



NTELVERAFARIAWILSONCID

DIÁLOGOS ABERTOS 3

JOSÉ ALBERTO PINHO NEVES
COORDENAÇÃO



O TEMPO DA MEMÓRIA

A importância de um projeto se dá, muitas vezes, pelo que ele representa anos após sua consecução. O Diálogos Abertos merece uma atenção especial, pois um dos fortes motivos que me levam a acreditar nisso reside no fato de que não há — com a qualidade que o empreendimento exige — no Brasil algo similar.

O resgate da memória sempre esteve atrelado à historiografia oficial. Falar então da memória subjetiva — aquela que encontra ressonância na afetividade, na reconstrução de um passado íntimo na consciência — nem se cogita, uma vez que ela sempre esteve relegada e nunca encontrou terreno fértil em páginas impressas e bem cuidadas como nestas que vão à mão do leitor.

Outro ponto de suma importância a considerar é que este material, além de ser rico em informações, muitas vezes invadindo proveitosamente a intimidade de pessoas célebres, é também uma possibilidade de estudos sociológicos. Explico-me. Um simples exemplo fará entendimento em todos: à exceção de Vera Faria, cujo depoimento se deu em 2009, todos os outros datam de 2008. Quando levamos em conta que o tempo se faz presente e modifica substancialmente o sujeito histórico que todos somos, entendemos que esses depoimentos estão imersos e prenhes de sua temporalidade, mas os sujeitos que os habitam não. Eles, à luz de Heráclito de Éfeso — que diz que ninguém pode entrar duas vezes no mesmo rio, pois, quando nele se entra novamente, não se encontram as mesmas águas,

DIÁLOGOS ABERTOS

DIÁLOGOS ABERTOS

COORDENAÇÃO
José Alberto Pinho Neves



Juiz de Fora
UFJF/MAMM
2012

© by Museu de Arte Murilo Mendes, 2012

Universidade Federal de Juiz de Fora

Henrique Duque de Miranda Chaves Filho

Reitor

José Luiz Rezende Pereira

Vice-reitor

José Alberto Pinho Neves

Pró-reitor de Cultura

Comissão Editorial MAMM

Antenor Salzer Rodrigues, Christina Ferraz Musse, Edimilson de Almeida Pereira, José Alberto Pinho Neves, Sonia Regina Miranda, Valéria Faria de Cristofaro, William Valentine Redmond.

Diálogos Abertos

Coordenação, José Alberto Pinho Neves. *Edição*, Katia Dias. *Projeto gráfico, capa e diagramação*, Nathália Duque. *Revisão de texto*, Ronald Polito. *Fotografia*, Alexandre Dornelas. *Ficha catalográfica*, Ailcto Mendes Novaes.

Diálogos Abertos / José Alberto Pinho Neves (Coordenador). – Juiz de Fora : UFJF/MAMM, 2012.

152 p. – (Diálogos abertos, 3)

ISBN 978-85-62136-11-5

1. Arte e literatura - Entrevistas. 2. Literatura – História e crítica. I. Neves, José Alberto Pinho.

CDU : 7:82(079.5)

[2012]

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

PRÓ-REITORIA DE CULTURA

MUSEU DE ARTE MURILO MENDES

Rua Benjamin Constant, 790, CEP. 36015-400, Juiz de Fora, Minas Gerais

www.ufjf.br/mamm

Sumário

APRESENTAÇÃO	7
<i>(O relógio dos fatos)</i>	
ALMIR DE OLIVEIRA	10
<i>(Um mestre com múltiplos talentos)</i>	
JORGE COURI	40
<i>(O fotojornalismo sob as lentes da sensibilidade)</i>	
MARCOS PIMENTEL	66
<i>(Sonhos e curiosidade no caminho autoral)</i>	
VERA FARIA	92
<i>(A vanguarda como herança)</i>	
WILSON CID	114
<i>(O guardião de ideias)</i>	

Quando o filósofo Santo Agostinho analisou o tempo como impossível de ser desligado das marcações do ser humano, ficou claro que o relógio dos fatos é a memória. Das ancestrais figuras desenhadas em cavernas aos ritos orais ainda hoje necessários, a escrita se impõe, mesmo numa era marcada pelo virtual. Os traços que inauguram a cronologia dos acontecimentos são a História que queremos contar e que a Universidade Federal de Juiz de Fora toma para si através do projeto *Diálogos Abertos* da Pró-reitoria de Cultura. O resultado é um registro que encontra suas bases no posicionamento de testemunhas da realidade construída nas últimas décadas.

Em sua terceira edição dos livros oriundos das gravações no Museu de Arte Murilo Mendes, nossos entrevistados contam suas experiências de vida, muitas delas emblemáticas das mudanças que ocorreram no fazer cultural, social, político e econômico de Juiz de Fora. Num plano mais amplo de observação, a evolução da fotografia, do cinema, do jornalismo, do Direito e da política ao longo do século XX até a primeira década do Terceiro Milênio está aqui registrada a partir de diferentes olhares, reafirmando que a História é, de fato, um trabalho do homem que sobrevive ao seu tempo.

Meio século de observação crítica e alguns dos principais fatos que marcaram o município desde a sua fundação estão no depoimento do jornalista Wilson Cid, defensor de que o diferencial para movimentar o mundo vem sempre de quem oferece mais do que lhe é exigido, indo além de si mesmo. O pensamento pioneiro de Vera Faria, primeira mulher a ser eleita para a Câmara Municipal, também é revelado nas memórias de quem, ainda empenhada em promover a presença feminina na política, parafraseia a ex-presidente do Chile, Michelle Bachelet: “Quando uma mulher entra na política, muda a mulher. Quando muitas o fazem, muda a política”.

Advogado, jornalista e professor, Almir de Oliveira gravou seus passos na história da cidade e da Universidade Federal de Juiz de Fora com inúmeros livros sobre Direito, além de artigos e conferências, algumas tendo como inspiração o poeta que dá nome ao Museu de Arte Murilo Men-

des. Companheiro desses tempos, o fotógrafo Jorge Couri e seus instigantes trabalhos jornalísticos revelam a evolução técnica de uma arte que exigiu esforço e dedicação para que fossem registrados momentos da ditadura militar, como o próprio golpe, e outros da democracia, como a posse de Itamar Franco como presidente da República.

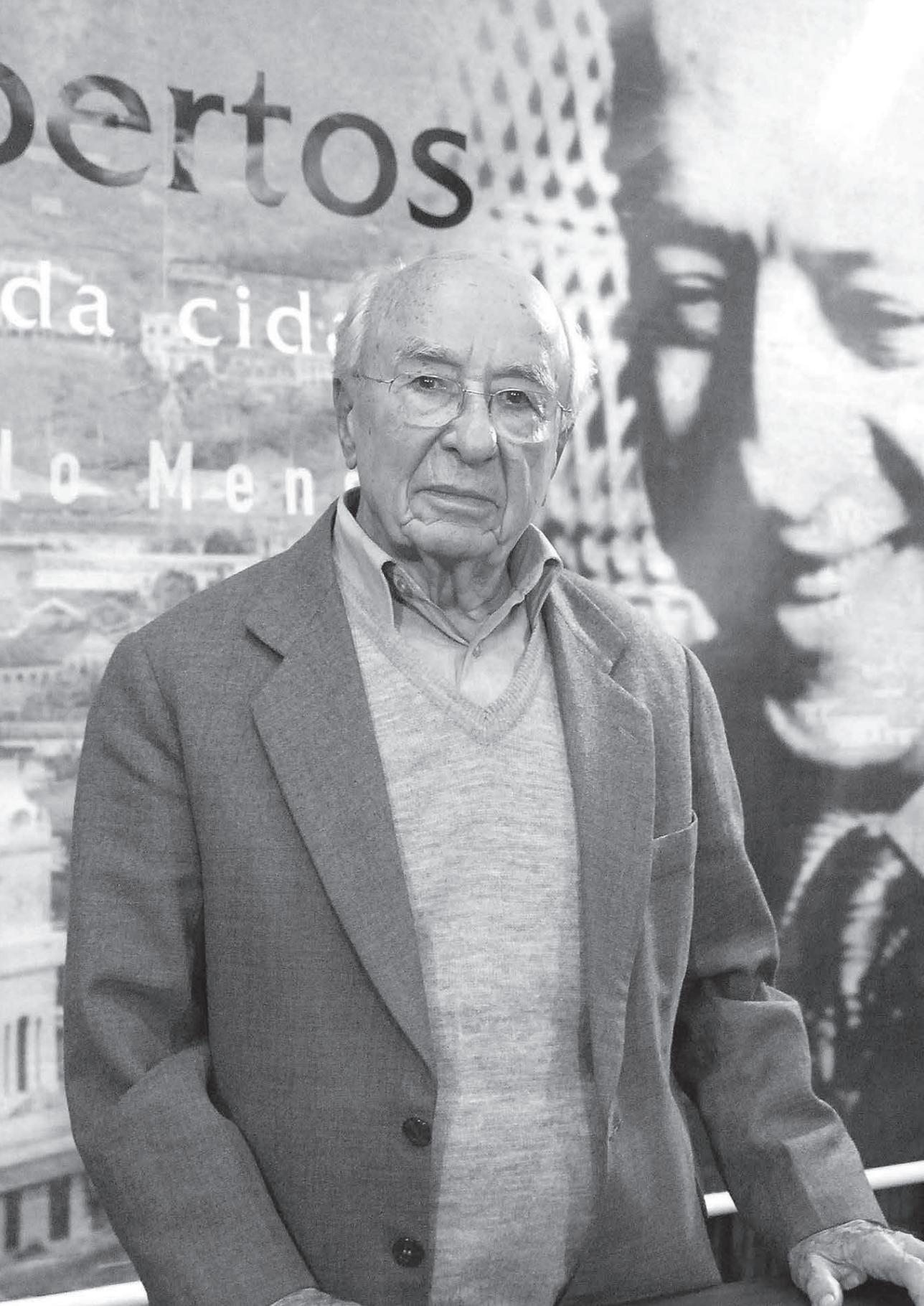
A presente edição se acerca ainda da poética dos documentários filmados por Marcos Pimentel, cuja inquietude e curiosidade vêm privilegiando o campo da memória. Seu trabalho, premiado em inúmeras ocasiões, faz oportuna a lembrança do ensaísta alemão Walter Benjamin no pensamento de que é tarefa ainda mais árdua honrar a memória dos anônimos do que das figuras célebres, contando os fatos como eles são recordados por quem os vivenciou, o que torna fundamental a História recomposta pelo tecido da rememoração, tal qual aqui o fazemos.

Katia Dias

bertos

da cida

Lo Men



ALMIR DE OLIVEIRA

Nasceu em 8 de julho de 1916, em Espera Feliz, Minas Gerais. Filho de Aldemar de Oliveira e Isaura Assis de Oliveira, viveu em Carangola, Raul Soares e Ponte Nova até se radicar, ainda adolescente, em Juiz de Fora. Teve seu primeiro trabalho aos 13 anos, como alfaiate, enquanto cursava o ginásial no Colégio Machado Sobrinho. Passou por várias funções até ir para o Exército, onde chegou a cabo. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito, tornando-se doutor pela mesma faculdade, da qual foi diretor. Como jornalista exerceu a função de redator dos jornais *Estado de Minas*, em Belo Horizonte, e *Diário Mercantil*, em Juiz de Fora, onde foi também diretor do *Folha Mineira* e colaborador do *Tribuna de Minas*. Professor da faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), foi sócio-fundador e presidente do Instituto Histórico e Geográfico (IHGJF), além de presidente do Conselho de Amigos do Museu Mariano Procópio. Membro da Academia Mineira de Letras, Almir tem uma vasta produção literária, resultante de mais de seis décadas de carreira.

Seu primeiro livro – *Gonzaga e a Inconfidência Mineira* – foi publicado em 1948 e abriu caminho para obras como *Poetas e prosadores de Juiz de Fora*, de 1950; *A solução jurídica do problema da paz internacional*, de 1960; *As duas inconfidências*, de 1970; *O Parsifal de Wagner*, de 1977; *Democracia e direitos humanos*, de 1983; *No Vale do Paraibuna*, de 1986; *Quadrilha política*, de 1988; *Os homens na História*, de 1996; *Ciências jurídicas*, de 2000, *Viagem à Terra Santa*, de 2002, e *Viagens ao Velho Mundo*, de 2008. No prefácio de *Musa bissexta*, livro de poemas que chegou ao público em 2007, a escritora Creusa Cavalcanti França escreve sobre o autor: “[...] Liberto das

peias tradicionais, em versos soltos, mas reverente ao vernáculo, numa perfeita adequação ao tema, tece o poeta densas reflexões, em poemas, onde requintes da emoção exalam originais nuances, num ritmo pleno de musicalidade”.

Intelectual apaixonado pelo cenário político, econômico e cultural de Juiz de Fora, Almir de Oliveira proferiu várias conferências memoráveis, entre elas uma que faz alusão ao patrono do Museu de Arte Murilo Mendes: *Murilo Mendes e as artes plásticas*. Em face da sua importância e da sua contribuição para o registro da história local, é citado pelas professoras Marisa Timponi e Leila Barbosa no livro *Letras da cidade*, de 2002: “Almir de Oliveira escreve e inscreve Juiz de Fora radicalmente como fronteira, o *locus* que ata as pontas do passado ao futuro pela instância do presente”. Com seu senso crítico sempre aguçado, o escritor toma a cidade de Pedro Nava, Belmiro Braga, Murilo Mendes, Duque Bicalho, Oscar da Gama, entre outros, no poema *Minha cidade*. Escreve ao final: “[...] Já não és mais aquela cidade solitária e cordial, que cheirava a manacá nas tardes mornas e via cá debaixo o Cristo Redentor e que Manuel Bandeira, muito encantado, chamou de o primeiro sorriso de Minas Gerais, que pena Juiz de Fora”.

José Alberto Pinho Neves. Como guardião da memória local, por sua contribuição ao Museu Mariano Procópio, ao Instituto Histórico e Geográfico, e por seus escritos refletindo sobre a cidade sob todos os aspectos, inclusive os éticos, o senhor diria que Juiz de Fora, hoje, está mais para um *locus amoenus* ou para um *locus horrendus*? O lugar do prazer ou o lugar do horror?

Almir de Oliveira. Juiz de Fora continua uma cidade de trabalho, não perdeu esta característica. Teve um período muito bonito de cidade industrial. Foi realmente aquele versinho do Lindolfo Gomes: “sendo a mais industrial das cidades brasileiras, sendo a mais industrial...”. O versinho não é grande coisa, mas encerra uma verdade: foi de fato “a mais industrial” cidade do Brasil durante muito tempo. Tínhamos um parque industrial têxtil de primeira qualidade e de tamanho. Eram cinco grandes fábricas de tecido, mais duas de tecido comum e mais duas fábricas de malha. Todas elas de muito bom porte. Então, a cidade era e continua sendo, sob este e outros aspectos, uma cidade de trabalho. Outro aspecto que Juiz de Fora sempre teve e que mantém com muita galhardia é o de cidade cultural. Desde que me mudei para Juiz de Fora, já era um centro cultural. Menor naquele tempo, mas já muito expressivo, principalmente do ponto de vista da educação secundária e primária. Não havia educação superior. Naquele tempo era a Faculdade de Farmácia e Odontologia, a Escola de Engenharia e só. As outras vieram depois. A cidade manteve seu panache de cidade industrial e cidade educacional, formadora de valores.

Paulo Nader. Estou honrado e sumamente feliz por estar neste encontro com o professor doutor Almir de Oliveira. Minha vida, de jovem até os dias de hoje, correu em paralelos de sintonia com o professor. Para demonstrar isso, permitam um recuo de 50 anos. Era um comício na praça João Penido, conhecida como praça da Estação. Acredito que era um evento da Coluna da Reação. Aí, vi um vulto se destacar no meio do povo, do público, e se dirigir ao orador. Não tenho uma lembrança nítida dos fatos e por isso gostaria que o professor falasse sobre aquele momento em vista de o fato ter sido marcante e mostrado o temperamento guerreiro do senhor.

Almir de Oliveira. Naquela época estávamos fazendo uma campanha política. Havia uma campanha eleitoral em curso, e a União

Democrática Nacional, a UDN, da qual fiz parte desde o princípio, estava fazendo um comício. Fui parar no palanque por conta de uma história curiosa: eu pertencia ao diretório da UDN, que combatia o governo, e uma das figuras do PTB, o partido contrário, pediu um aparte e, por meu convite, foi para o palanque. Aquilo foi inusitado... Como é que alguém chama o adversário para falar de cima, ao seu lado? O homem subiu e disse o que queria dizer. E nós continuamos metendo o pau no governo (risos), que era o nosso papel na ocasião.

Paulo Nader. Coluna da Reação?

Almir de Oliveira. Chamava Coluna da Reação. Era uma reação contra o governo federal do Getúlio Vargas.

Pinho Neves. Não era municipal?

Almir de Oliveira. Não, era federal, referente ao governo de Getúlio Vargas.

Paulo Medina. Da mesma forma que nosso comum amigo Paulo Nader, me sinto muito emocionado nesta oportunidade em que nosso caro mestre presta este depoimento, porque posso, igualmente, lembrar 50 anos de convivência. Lembro ainda daquele dia, mês de fevereiro de 1958, quando tivemos nosso primeiro contato, na prova oral de português do vestibular da Faculdade de Direito, em que fui arguido pelo senhor sobre o parnasianismo. Mas neste encontro tão agradável que nos enseja tantas lembranças, quero destacar sua passagem na direção da Faculdade de Direito. Um evento marcante foi o primeiro encontro brasileiro de faculdades de Direito, em 1971, por iniciativa sua na nossa Faculdade, que funcionava ainda na rua Santo Antônio. Naquele encontro, compareceram representantes de quase todas as faculdades de Direito do país, congregando grandes professores de Direito e marcando o início de uma série que prossegue ainda hoje. Já estamos no trigésimo encontro brasileiro da Faculdade de Direito, salvo engano. Mas, de todos os encontros realizados, o primeiro foi sem dúvida o que teve maior importância, porque influenciou decisivamente na elaboração do novo currículo mínimo do curso de Direito, que viria a ser aprovado pelo Conselho Nacional de Educação em 1973. Para se ter uma ideia da importância do 1º Encontro das Faculdades de Direito basta que se

diga que num livro muito importante, sobre a história dos cursos jurídicos no país, de autoria do doutor Alberto Venâncio Filho, *Das arcadas ao bacharelianismo*, está a carta de Juiz de Fora aprovada no primeiro encontro. E há comentários importantes sobre a contribuição do 1º Encontro de Faculdades de Direito aos cursos de Direito do país. De modo que a pergunta que formulo é em função desse encontro. O que ficou para o senhor desse encontro? Como o senhor vê o ensino jurídico no país hoje? Qual a sua apreciação sobre este problema com o qual nos defrontamos hoje, que é o do crescimento desmedido e desordenado dos cursos de Direito do país?

Almir de Oliveira. Vejo até com certo orgulho, se é possível dizer assim, o resultado desses encontros. Estou convencido de que aquele primeiro encontro modificou os rumos do ensino jurídico no Brasil. Tenho certeza que despertou interesse na discussão dos problemas. Ninguém cuidava, cada um na sua e fazia seu curso na maneira que muito bem entendia, respeitando os preceitos legais e mais nada. Mas, depois, começamos a perceber que os cursos jurídicos estavam se mexendo. A partir daqueles contatos, cada um queria apresentar uma fisionomia melhor. O resultado foi positivo: os cursos jurídicos começaram a realizar encontros para discutir os problemas do ensino da legislação própria, o que resultou numa série de medidas legislativas do governo em relação aos cursos jurídicos. Parece-me que foi proveitoso aquele trabalho inicial que fizemos em Juiz de Fora. Havia certo entusiasmo naquele primeiro encontro, e no segundo encontro, que realizamos em Bagé, houve até a presença de escolas da América Latina a convite do diretor de lá, um entusiasta. Até que os encontros foram se multiplicando, sempre com bom proveito, bom resultado. Saí da direção da Faculdade e não voltei mais aos cursos, mas me sinto muito gratificado com o resultado daquela minha iniciativa.

Paulo Medina. E o ensino jurídico no país hoje?

Almir de Oliveira Talvez eu não deva dizer, porque estou afastado da Faculdade de Direito há muitos anos, aposentado, apesar da minha vontade (risos). Se me deixassem, estaria lá até hoje, porque gostava de dar as aulas. Não sei se os alunos gostavam das aulas tanto quanto eu, mas que é certo que eu gostava deles. O convívio com os estudantes

parece que nos rejuvenesce. O convívio com a mocidade é muito bom e proveitoso.

16

Ismair Zaghetto. Quero agradecer ao professor José Alberto por esta oportunidade de estar aqui pela segunda vez, depois de participar da entrevista com o presidente Itamar Franco. Hoje tenho o prazer de estar nesta sabatina com o professor Almir de Oliveira, sem dúvida uma das maiores expressões do processo de cultura em Juiz de Fora. Esta semana tive a oportunidade de falar sobre isso com uma aluna do curso de Comunicação Social, que me procurou para uma entrevista e tive a oportunidade de lembrar as facetas variadas do nosso grande mestre jornalista, advogado, historiador, escritor, Almir de Oliveira. E minha indagação é: dessas atividades todas, qual a que mais o empolgou?

Almir de Oliveira. Acredito que a de professor. Mas gostei muito de ser jornalista. Aprendi a ser repórter em Belo Horizonte, no *Estado de Minas*, e vim para Juiz de Fora trabalhar no *Diário Mercantil*, onde desenvolvi minha atividade com algo muito espicaçante: o jornalismo político. Os comentários políticos produziam uma série de emoções por causa das reações por parte dos atingidos. Não eram comentários ofensivos, mas eram francos.

Ismair Zaghetto. O senhor disse que aposentou contra sua vontade, o que deriva outra discussão muito interessante: a universidade brasileira aposenta os professores muito jovens. Há cerca de 20 anos, encontrei com um amigo, o professor José Passini, que chegou a ser reitor da Universidade, e ouvi dele: “Zaghetto, hoje é um dia triste para mim. Acabei de assinar minha expulsória”. Expulsória! Isso tem quase 20 anos e, depois disso, o professor José Passini assumiu a presidência da Sociedade Esperantista Brasileira. Viajou e viaja pelo mundo todo. Que experiência fantástica os jovens perdem! Imaginem quanto perdem nossos jovens estudantes de Direito. Uma inteligência brilhante como a do professor Almir de Oliveira. Então, professor, o senhor concorda que a aposentadoria é prematura?

Almir de Oliveira. Concordo. Penso que, no Brasil, desperdiçamos a experiência. Quando estamos com mais experiência nos mandam para casa. Foi o que aconteceu comigo. Eu tinha uma vivência de

professor, já bastante longa, gostava de estar no meio dos estudantes, de dar o meu recado. E, de repente, acabou. Fui para casa e tudo aquilo que aprendi e que estava passando para os outros ficou lá arquivado, não pude repassar. Gostaria de lembrar também um fato que me chamou a atenção quando fui aposentado. Numa certa época, estive em Juiz de Fora um professor com 80 anos, vindo de uma universidade da Alemanha a convite da Faculdade de Filosofia e Letras por sugestão do professor Franz Joseph Hochleitner. Aos 80 anos, era chefe de departamento de sua universidade. Aos 80 anos! Uma pessoa sadia, produtiva, em plena atividade. Não se joga fora o trabalho de ninguém na Europa, por isso o Velho Mundo continua a progredir.

Wilson Cid. Tenho aprendido muito com o professor Almir, convivendo em pelo menos três instituições importantes de Juiz de Fora: o Conselho de Amigos do Museu Mariano Procópio, o São Tomas de Aquino e o Instituto Histórico e Geográfico. Gostaria que nos relatasse sua experiência como repórter político em 1947, logo após a redemocratização do país. Derivando desta questão, o senhor poderia avaliar qual a diferença dos políticos daquele tempo e de hoje. Qual seria a diferença dos partidos políticos de antes comparados aos atuais?

Almir de Oliveira. Tive uma experiência muito boa, porque foi num ramo que sempre mexeu comigo, a política. Sempre gostei de política, talvez por influência paterna e de um tio que era um políტიqueiro terrível em Barra do Piraí. Nossa gente sempre gostou de política; então, quando foi oportuno acabei me inserindo nela, não para ser candidato (o que nunca quis), mas para estar no meio político. Então, o jornalismo era uma forma de estar ali fuxicando entre os políticos, ouvindo e dando meus palpites no jornal, ora fazendo críticas, ora aplaudindo. Esta atividade me foi muito grata, porque a desenvolvia com prazer. Aprendi muito vendo os homens daquele tempo. Lembro como “malhei” a Câmara Municipal de Juiz de Fora, o comportamento dos vereadores daquele tempo, o rigor que com que fazia as críticas, exigindo deles um comportamento decente e proveitoso. Vejo hoje que aqueles homens eram geniais, muito superiores aos de atualmente. Os de hoje que me perdoem, mas percebo que a qualidade dos vereadores de agora é muito inferior comparada com a dos vereadores daquele tempo.

Então, o depoimento que posso dar nesse sentido é esse: hoje estamos menos bem servidos do que estivemos décadas atrás.

18

Wilson Cid. Com a visão que o senhor tem dos problemas partidários de antes e de hoje, qual o seu entendimento sobre bipartidarismo ou pluripartidarismo?

Almir de Oliveira. Bipartidarismo não me parece coisa boa não, porque reduz muito o progresso das ideias. E as ideias não são tão estritamente classificáveis. Penso que o pluripartidarismo é melhor, dá mais ensejo ao embate das ideias.

Nilson Leão. Registro aqui que a Universidade Federal de Juiz de Fora em geral, e especificamente a Pró-reitoria de Cultura, foi extremamente feliz com a iniciativa do projeto Diálogos Abertos, permitindo que se cumpra sua missão estatutária e seu papel institucional de registrar os fatos históricos, principalmente aqueles com desdobramentos importantes para a realidade da cidade. Isso ganha valor especial quando temos a presença de alguém com o professor Almir de Oliveira, a quem a cultura local, a literatura, o jornalismo, a política, o direito e a história devem tanto. Também quero registrar o meu agradecimento pela honra de participar deste momento. O professor Almir foi importante para a consolidação da antiga Faculdade de Direito e para a institucionalização da Universidade, e por isso peço sua manifestação sobre um episódio na área dos direitos humanos fundamentais, área em que o professor Almir de Oliveira tem singular importância em nível nacional. Foi na nossa Faculdade de Direito, em 1976, sob sua atuação e iniciativa, que se instituiu, pela primeira vez no Brasil, a disciplina de Direito Humanos Fundamentais. Houve dois momentos, em 1977 e 1978, que geraram debates e votação acerca de um projeto no Senado, que tornava obrigatório o ensino dessa disciplina. O governo era o do general Ernesto Geisel. O senhor se lembra desse episódio? Como se desenrolou? Qual foi sua atuação e como esses fatos foram recebidos no Senado?

Almir de Oliveira. Esse episódio é muito interessante. O senador Itamar Franco teve notícias do que se passava na Faculdade de Direito em relação à criação da disciplina Direitos Humanos Fundamentais (leccionei-a durante sete anos até me aposentar) e apresentou um projeto

tornando-a matéria obrigatória nos cursos de Direito. Porém, estávamos sob regime ditatorial e o líder do governo no Congresso era o senador Jarbas Passarinho, que manipulou a bancada da ARENA quando percebeu que o projeto iria passar, se retirando com toda a bancada do plenário. O resultado foi que o arquivamento do projeto por falta de *quorum*. Foi assim que o coronel Jairo Passarinho matou o projeto do senador Itamar Franco. Defendo, ainda hoje, que se trata de uma disciplina fundamental nos cursos de Direito. Estamos vivendo a era dos direitos humanos, meu Deus! Há uma Declaração Universal dos Direitos Humanos! É uma disciplina tão importante quanto de direito civil, direito comercial e outras tantas. Mas, infelizmente, não conseguimos sua obrigatoriedade, unicamente por causa da mentalidade no Congresso brasileiro da época.

Nilson Leão. Já que estamos falando da Faculdade de Direito, quando foi o seu ingresso como professor?

Almir de Oliveira. Formei naquela faculdade, depois fui para Belo Horizonte e voltei para Juiz de Fora, ingressando como docente da Faculdade de Direito em 1942.

Nilson Leão. A faculdade era na rua Santo Antônio?

Almir de Oliveira. Ainda cheguei a dar aulas no Granbery. A faculdade começou instalada de favor numa sala do Granbery e lá ficamos alguns anos, até que adquirimos aquele prédio da rua Santo Antônio, onde hoje funciona o Fórum da Cultura.

Nilson Leão. O senhor usou “até que adquirimos” aquele prédio que hoje é o Fórum da Cultura. Como foi a compra deste prédio?

Almir de Oliveira. Foi o seguinte. O doutor professor José Barbosa de Castro era casado numa família que era proprietária daquele prédio e queria vendê-lo, sendo que estávamos à procura de um lugar para instalar a faculdade, pois tínhamos conseguido uma verba do governo federal para isso. Então, tudo se encaixou: a Faculdade comprou o prédio e se instalou até passar para o Campus. Quem fez essa transição fui eu, contrariando muita gente que não queria ir lá para o novo espaço. Trabalhei muito para passar a Faculdade de Direito para a Cidade Universitária antes que terminasse meu mandato.

Nilson Leão. Mas esperou pelo asfaltamento da estrada.

20

Almir de Oliveira. Sim, estava tudo prontinho, era a hora certa para mudar. Quando o reitor Moacyr Borges de Mattos obteve do prefeito Ademar Andrade o terreno para o Campus muitos não aderiram à ideia porque teriam que sair do conforto das escolas no centro, mas fui um dos que defenderam a criação da Cidade Universitária. Com muito entusiasmo, o reitor Gilson Salomão, sucessor de Moacyr Borges de Mattos, conseguiu realizar a mudança. Fomos um dos primeiros a ser instalados no Campus da UFJF.

Paulo Nader. Gostaria de aproveitar a observação sobre a atuação do professor Almir de Oliveira na disciplina Direitos Humanos e a ênfase dada pelo próprio professor sobre sua importância nesta disciplina, haja vista que a Constituição institui o princípio da dignidade humana como fundamental no estado democrático de direito. Assim, gostaria de buscar uma radiografia ideológica do professor para estabelecer sua evolução, englobando desde o Almir jovem até o Almir já maduro, este um homem voltado para as reflexões sobre a dignidade inerente à pessoa humana, sobre os direitos humanos. O senhor não via diretamente o Estado, mas sim a pessoa dentro do Estado. Sabemos que sua primeira experiência no campo ideológico do conhecimento foi com o Movimento Integralista, ao lado de pessoas ilustres como Miguel Reale e Plínio Salgado, que davam ênfase ao Estado, à nacionalidade. Como foi traçada esta evolução, esta experiência de o senhor deslocar o foco do Estado para a pessoa? Houve uma troca de valores? Como se processou esta evolução para desembocar nesta angústia, neste trabalho intenso do qual sou testemunha, por sua obra publicada pela Editora Forense. Gostaria que o senhor traçasse seu itinerário ideológico.

Almir de Oliveira. Realmente há uma passagem. Houve uma mudança muito significativa porque fui formado, fui muito pressionado pelo Movimento Integralista, que era um movimento aparentado do fascismo italiano e do nazismo alemão. Mas o integralismo tinha um conteúdo que os outros dois não tinham, porque o Plínio Salgado era um homem rigorosamente católico e deu muita ênfase, tanto ele quanto o Gustavo Barroso e o Miguel Reale, que também tinham formação católica e deram um teor menos agressivo ao sistema que estava

se expandindo para o muito inteiro. O que me fez mudar depois foi a Segunda Guerra Mundial, quando ficamos sabendo do que realmente era o nazismo, as atrocidades contra os judeus, o que me impressionou muito fortemente. Então, comecei a repensar minha posição. Será que se tivéssemos um sistema integralista não caminharíamos depois para fazer uma coisa parecida aqui no Brasil? Porque o Gustavo Barroso era antissemita, apesar do sobrenome Barroso. Tenho uns livros dele até hoje (risos) em que pregava um antissemitismo terrível aqui no Brasil. Depois da Segunda Guerra, vendo aquilo tudo, fiquei impressionado e recuei, começando a pensar de maneira diferente. Larguei o integralismo e passei a pensar da maneira que penso hoje: num estado realmente democrático de direito, sem aquele aparelhamento de lavagem cerebral dos sistemas fascistas e dos comunistas também. Esta é a razão pela qual mudei. Mudei pela má impressão que me causaram os regimes fascistas e nazistas durante a Segunda Guerra Mundial.

Paulo Medina. É muito interessante esta lembrança, porque quem lê o professor Almir de Oliveira e o acompanha como escritor, jornalista, historiador e jurista sempre tem presente o humanista e o democrata. Como o senhor, um homem antenado com o mundo, vê hoje o democrata e humanista Almir de Oliveira diante do protagonismo de figuras no plano internacional, mas próximas, como o coronel Hugo Chaves? Na verdade, estou querendo tornar concreta uma indagação mais genérica do professor Paulo Nader.

Almir de Oliveira. O coronel presidente da Venezuela é uma figura muito comum no meio sul-americano, tipicamente um caudilho que empolga uma população atrasada e consegue movimentá-la e dominá-la através de dois processos: demagogia e violência. Isso é o que ele é: demagogo, inescrupuloso e violento. O que é muito comum hoje, como esse outro na Bolívia, Evo Morales, que é menos teatral que ele, mas é a mesma coisa. Este tipo de gente como Juan Domingo Perón, da Argentina. São políticos muito marcados por este espírito caudilhesco próprio dos hispano-americanos.

Paulo Medina. Juiz de Fora viveu nas primeiras décadas do século XX uma fase de grande efervescência cultural aliada a um notável

desenvolvimento industrial. Vêm daí os codinomes de Atenas Mineira e Manchester Mineira, que lhe foram atribuídos por personalidades da vida pública brasileira e da literatura.

Almir de Oliveira. Barcelona Mineira, Ruy Barbosa.

Paulo Medina. Exatamente: Barcelona Mineira, Ruy Barbosa. Constitui um marco desta fase de efervescência cultural a fundação da Academia Mineira de Letras, que depois se transferiu para Belo Horizonte e na qual hoje temos um único representante, que é exatamente o senhor. Por esta época tivemos também um grande número de jornais. Começaram a surgir os cursos superiores. Além da efervescência cultural e do desenvolvimento industrial, Juiz de Fora tinha também um papel de relevo na política nacional, sendo de destacar-se a contribuição do grande líder que foi Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Em Juiz de Fora se fizeram importantes reuniões preparatórias da Aliança Liberal e da Revolução de 30. Gostaria que o senhor fizesse uma análise, como historiador, daquela época e dos tempos atuais. Perdemos seguramente o primado industrial, mas ainda temos um papel relevante no plano cultural, embora nem tanto no plano político. Como é que se explica muito do que a cidade perdeu? O que, a seu ver, Juiz de Fora ganhou nestes últimos tempos?

Almir de Oliveira. Perdemos aquela qualidade de cidade industrial logo depois da Segunda Guerra Mundial. O parque industrial de Juiz de Fora estava obsoleto e os proprietários das fábricas não tiveram, não sei por que, como rejuvenescer esse empreendimento, que acabou desaparecendo, abafado pela indústria paulista, que comprou fábricas inteiras, levando as máquinas para São Paulo. Enfim, a maquinaria de Juiz de Fora foi toda vendida para fora, porque os sucessores dos pioneiros das nossas indústrias não tiveram, digamos assim, força para dar sequência à obra dos antepassados. Foi uma geração medíocre que não soube pegar aquele parque industrial nas mãos e dar impulso. Por isso Juiz de Fora perdeu sua condição de primeira cidade industrial de Minas Gerais, de “uma das mais industriais do país”, como dizia Lindolfo Gomes. Hoje não temos mais este tipo de prestígio. Temos boas indústrias, sem dúvida nenhuma, mas era para termos muito mais se os sucessores dos pioneiros tivessem tido mais envergadura.

Pinho Neves. Vamos voltar um pouquinho à cultura. O senhor conheceu Murilo Mendes?

Almir de Oliveira. Conheci.

Pinho Neves. Esteve com ele pessoalmente? No período do *Diário Mercantil*, Murilo Mendes esteve lá pelo menos uma vez, não?

Almir de Oliveira. Conheci Murilo Mendes quando ele já havia saído de Juiz de Fora. Estava no Rio de Janeiro, depois andou pela Europa. Estive com Murilo apenas duas vezes. Uma vez, fui visitá-lo acompanhado de um colega da *Folha Mineira*, o José Portes. Ele nos recebeu tão bem, tão gentilmente, tão cordialmente. O Murilo era muito acessível. Apesar daquele jeitão, era muito positivo; algumas vezes era agressivo e irreverente, mas era muito bom no trato pessoal. Fomos recebidos com muita delicadeza, perguntando sobre as coisas da cidade (risos). Mais tarde, ele voltou a Juiz de Fora e fui convidado a visitá-lo pelo doutor Arthur Arcuri, que era amigo e companheiro de ideias sobre arte. Nosso encontro foi na casa de Joaquim Ribeiro. Murilo tinha vindo de Ouro Preto e feito uns poemas sobre aquela cidade. Foi assim que o conheci: uma admirável figura intelectual.

Wilson Cid. Sobre a efervescência cultural do Século XX em Juiz de Fora, particularmente na primeira metade do século, tivemos figuras exponenciais produzindo contemporaneamente, como Lindolfo Gomes, Belmiro Braga, Heitor Guimarães, Machado Sobrinho, Oscar da Gama, Albino Esteves. E é possível verificar que, na segunda metade do século, com um sistema jornalístico já diferente, mais industrializado, menos personalizado, o senhor diria que o pensamento jornalístico perdeu um pouco de substância?

Almir de Oliveira. perdeu por causa da concorrência da imprensa do Rio de Janeiro. Naquele tempo, desenvolveu-se muito o jornalismo em Juiz de Fora porque a comunicação com o Rio de Janeiro era mais demorada. Havia necessidade de ter um jornal que se encarregasse de fornecer aos habitantes de Juiz e Fora o noticiário. À medida que as comunicações com o Rio de Janeiro ficaram mais rápidas, e com a chegada dos jornais do Rio, houve uma concorrência tão forte com nossos jornais, que acabaram prejudicados. Os jornais começaram a morrer, porque a

imprensa do Rio de Janeiro dava notícias mais amplas, enquanto ficávamos restritos ao local. É o caso do *Diário Mercantil*, que tinha um serviço de captação de notícia muito recente, feito à noite por telefone.

Wilson Cid. Agência Meridional.

Almir de Oliveira. A Agência Meridional era trabalhada à noite. E os jornais do Rio de Janeiro chegaram na hora que a *Tribuna de Minas* estava sendo posta em circulação [1981].

Wilson Cid. O jornal também ficou muito industrializado e, hoje, é um processo curioso. No sábado à tarde quem está no Rio de Janeiro já compra *O Globo*, *Jornal do Brasil*. Costumo até a brincar: num sábado à noite em que morrer o presidente da república o jornal não vai dar no dia seguinte. Perdeu-se aquela característica individualista, talvez até um pouco panfletária, para a industrialização. Como é que o senhor vê esta mudança?

Almir de Oliveira. Hoje, em Juiz de Fora, os jornais matutinos fecham cedo. Às 18 horas, mais ou menos, já estão circulando. Das 18 horas em diante, o que acontece só é publicado no dia seguinte (risos). Isso é muito difícil.

Wilson Cid. As redações ficam abertas apenas nas vésperas dos jogos de futebol, que terminam quase meia-noite e o resultado tem que ser dado no dia seguinte.

Almir de Oliveira. Com o advento da televisão, e a facilidade com que as notícias chegam quase que instantaneamente, houve prejuízo para o jornal impresso, que sofre uma concorrência muito forte.

Wilson Cid. Não só em relação a Juiz de Fora, mas no Brasil inteiro a submissão do jornal ao sistema industrial é uma evidência, basta lembrar de fatos como a morte da princesa Diana, que se acidentou num sábado à tarde e nenhum jornal de domingo deu a notícia. Só houve divulgação na segunda-feira, porque os jornais estavam realmente fechados à hora do anúncio oficial. Já estavam circulando.

Agora vou insistir um pouco no seu depoimento sobre questões históricas às quais tem se dedicado desde a fundação do Instituto Histórico

em 1957, estudando os fenômenos mais importantes da história de Juiz de Fora. O senhor chegou ao ponto de nos oferecer um trabalho em que separa com nitidez os diversos períodos da história local. O senhor diz que de 1701 a 1840 o tempo foi ocupado pela tomada do Vale do Paraibuna, a civilização do Paraibuna. Depois, de 1840 a 1861, o senhor fala sobre Halfeld e Mariano Procópio, relatando o que estes homens significaram de fato. De 1861 a 1889, o senhor situa o advento da grande indústria da eletricidade e do telefone. De 1889 a 1930, o senhor cita a Companhia Mineira de Eletricidade; Antônio Carlos Ribeiro de Andrada como uma grande figura, e também a chegada de vice-consulados. Naquela época, Juiz de Fora tinha três vice-consulados: França, Itália e Portugal. Aí o senhor diz que, entre 1930 e 1961, tivemos a fase em que, com o deslocamento da política das decisões do estado para Belo Horizonte, começa nosso processo de esvaziamento. Aí também ocorreu a saída da capital federal, vizinha nossa, para um planalto distante. E mais: a Rio-Bahia, que nos desviou da função de grande empório do Nordeste. Enfim, o senhor situa este ciclo até 1971, quando chega a Universidade Federal. O senhor já se considera em condições de nos projetar um próximo ciclo? Como ficaria a história de Juiz de Fora a partir de 1971?

Almir de Oliveira. Não sou capaz de projetar o futuro, mas penso que mudamos a fisionomia de Juiz de Fora. A cidade cresceu demográfica e economicamente. Hoje, o comércio é muito mais ativo e amplo. Não prosperamos industrialmente como seria de desejar. Então, falo no advento da Universidade, que deu um toque diferente na fisionomia de Juiz de Fora, que hoje é uma cidade educacional, com um número expressivo de estabelecimentos de ensino em todos os níveis. Ultimamente, várias escolas superiores do Rio de Janeiro se instalaram aqui. Estamos cumprindo nosso destino de cidade educacional.

Wilson Cid. A Universidade Federal de Juiz de Fora veio marcar um novo ciclo, que é o da prestação de serviços.

Almir de Oliveira. A Universidade foi muito importante para Juiz de Fora. Cheguei a falar ao Conselho Universitário que esse serviço à cidade se deve ao presidente Juscelino Kubitschek. Não sei se Juiz de Fora lhe agradeceu como deveria pelo grande benefício de ter conduzido a cidade para o educacional, para que se transformasse numa cidade universitária.

Wilson Cid. Quais foram as figuras de Juiz de Fora que se juntaram a Juscelino Kubitschek nesse grande trabalho? Uma delas foi Sérgio Tavares?

Almir de Oliveira. Sérgio Tavares foi muito importante no desenvolvimento do processo legislativo que resultou na Universidade. Mas quem fez com que Juscelino Kubitschek mandasse o projeto da Universidade para o Congresso foi Abel Rafael Pinto, um aliado, um elemento de contato permanente com o presidente. Assim, Abel inspirou e estimulou Juscelino Kubitschek no processo de criação da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Ismair Zaghetto. Naquela época, eu era o presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE), que teve um papel muito importante na campanha pela criação da Universidade. E me recordo de um encontro com o então deputado Abel Rafael Pinto, na sua casa, levado pela sua filha Ana Maria, que era nossa colega e companheira de atividades no DCE. Foi quando Abel, também estudante de Direito (se formou em 1959), mostrou o anteprojeto da Universidade Federal de Juiz de Fora que iria apresentar. Depois, disse que sentiu a inviabilidade de uma iniciativa individual e convenceu o então presidente Juscelino Kubitschek a enviar o projeto ao Congresso Nacional. Abel pertencia ao Partido da Representação Popular (PRP), originário dos integralistas, e tinha um papel muito importante no governo de Juscelino porque fora o fiel da balança nas eleições de 1955, dando a vitória a Juscelino com a candidatura de Plínio Salgado, que dividiu os votos da oposição.

Wilson Cid. As coisas conspiraram a nosso favor (risos).

Nilson Leão. Nesses estudos da origem da criação da Universidade foi importante também a colação de grau da primeira turma da Faculdade de Medicina, que trouxe Juscelino Kubitschek como paraninfo.

Almir de Oliveira. Foi.

Paulo Nader. Então eles marcharam não para a criação de uma Universidade, mas para a federalização da Faculdade de Medicina. Gostaria que o senhor mostrasse como este fato evoluiu. Por que, depois, a Faculdade de Medicina caminhou dentro do espírito de criação da

Universidade. Em que momento ou fato político levou à ideia maior de Universidade?

Almir de Oliveira. Creio que foi a determinação, a inevitabilidade, se é possível dizer assim, do projeto da Universidade. A Faculdade de Medicina estava com o projeto dela, caminhando prontinho para ser aprovado sozinho, tanto que não gostou de ser incluída na Universidade. Houve uma reação na Faculdade de Medicina (isso é um fato histórico), que queria ser uma entidade isolada. Mas, felizmente, esta ideia pequena não se realizou e a Faculdade de Medicina foi incorporada para que se formasse a Universidade Federal de Juiz de Fora.

Paulo Medina. Talvez porque não acreditasse na aprovação da UFJF como um todo e achasse que fosse mais difícil conseguir a criação da Universidade do que a federalização. Talvez tenha sido isso, não?

Almir de Oliveira. Não. A ideia era que fosse autônoma, não subordinada à Universidade. Havia um grupo forte dentro da Faculdade de Medicina que não queria que ela fizesse parte do todo; mas prevaleceu o bom senso.

Nilson Leão. Professor Almir, fui seu aluno já no final de sua carreira docente. A peculiaridade é que o senhor foi professor dos meus professores e de vários aqui presentes. Meu primeiro contato com seu pensamento, com suas ideias, foi como leitor de jornal, com o articulista e especialmente o polemista. Lembro dos artigos do *Diário Mercantil*. Alguns geravam séries de polêmicas, réplicas, tréplicas, respostas. Então, em homenagem a isso e trazendo novamente a conversa para os momentos atuais, pergunto ao educador Almir de Oliveira sua opinião sobre o sistema de cotas, enquanto critério de acesso ao ensino superior, seja por motivação racial ou econômica dos egressos da escola pública. Como senhor vê isso na realidade brasileira presente?

Almir de Oliveira. Isso é demagogia, porque não é dando cotas especiais para estudantes negros que vamos resolver o problema da pobreza do negro. O negócio é muito mais sério. Acredito que devemos estimular e fazer com que todos possam ingressar nas universidades não por favor, mas por direito de conquista de chegar e mostrar que é capaz de entrar sem concessões num curso superior. O que está sendo feito

no Brasil até os negros americanos criticaram. Os Estados Unidos têm uma medida semelhante, e um líder negro, na ocasião, falou que não seria o caso de aplicar essa medida no Brasil e explicou que nos Estados Unidos há uma discriminação, uma rejeição franca e ostensiva do negro nas universidades e aqui não. Tivemos alunos negros na Faculdade de Direito muito antes dessa discussão e ninguém cogitou saber de que cor era este ou aquele estudante. Passou no vestibular acabou, não importa a cor. Por isso penso que esta política é imprópria, além de uma rematada demagogia.

Wilson Cid. Apenas observo que dentre muitos argumentos que se colocam a respeito desta questão é que, além de várias outras considerações possíveis, existe a ideia de que o sistema evita o enfrentamento da questão maior de solidez no ensino de segundo grau, o ensino público em níveis anteriores. Então, se esconde o problema debaixo do tapete e não se enfrenta a realidade. Mas isso é só uma opinião.

Almir de Oliveira. O problema é que para entrar na Universidade é preciso ter concluído o curso secundário. Se a pessoa pode fazer, vai direto para a Universidade, que tem as portas abertas, não importando a cor do estudante. Na Universidade, nunca se fez discriminação porque alguém é negro. Nunca houve isso. Então, a solução do problema é dar condição ao negro pobre de fazer um curso secundário que abra as portas para o curso superior. O resto ele faz sozinho. A Universidade é de graça para todo mundo.

Paulo Medina. O senhor influenciou de forma muito importante a formação de quase todos nós. A mim, ao Paulo Nader e ao Nilson Leão na Faculdade de Direito, ao Ismair Zaghetto e ao Wilson Cid na imprensa. Quero crer que também, de certa forma, o Pinho Neves.

Almir de Oliveira. Tem uma assistente ali que também foi minha aluna. (risos)

Paulo Medina. Quem o influenciou? Quais as maiores influências que o senhor recebeu?

Almir de Oliveira. Não sei (risos).

Paulo Medina. Na literatura, na história, na convivência em Juiz de Fora com grandes personalidades do passado.

Almir de Oliveira. Não sinto que tenha recebido uma influência que marcasse o meu modo de ser. Fui muito estimulado pelo meu pai, um homem que queria que não fôssemos como ele e fez tudo o que pôde para isso. Era exigente demais. Meu pai fora apenas alfabetizado, mas queria ver os cadernos desde o curso primário, queria saber como andavam as notas e pressionava mesmo. Quando chegamos a Juiz de Fora, a primeira coisa que fez foi me matricular no Machado Sobrinho. Esta foi sua primeira providência. Depois, me arranhou um emprego para eu pagar o colégio (risos), porque ele não podia pagar para mim e para os outros irmãos, que eram menores. O grande estímulo que tive foi dele, um estímulo de exigência.

Pinho Neves. Aproveitando esta perspectiva, então quem transmitiu ao senhor esta sua determinação foi o senhor Ademar, seu pai.

Almir de Oliveira. Sim.

Pinho Neves. Então, com esta determinação, o senhor tem uma disciplina. Porque sem disciplina não conseguiria desenvolver todo esse trabalho em várias frentes. Gostaria de saber a influência da vida militar no senhor.

Almir de Oliveira. Fui militar durante cinco anos.

Pinho Neves. Isso exerceu também uma influência no seu espírito de disciplina?

Almir de Oliveira. Penso que sim. A vida militar me marcou muito (risos). Um dia, na Faculdade de Direito, quando terminou o meu mandato e foi feita uma nova lista para diretor da faculdade, um dos docentes, o professor Milton Braz Paiva, disse: “poxa, terminamos dois anos de regime de caserna nesta faculdade” (risos). Era uma referência ao meu mandato. Meu Deus, eu não fazia outra coisa a não ser exigir o cumprimento do dever de cada um!

Paulo Medina. Ordem e progresso.

Almir de Oliveira. E não é?

Paulo Nader. Gostaria de saber sobre esse amor que o senhor tem aos livros, que é impressionante. O senhor não teria haurido esta cultura toda se não tive essa entrega incondicional. Sou testemunha de que o senhor ama mais os livros do que o domínio sobre os livros, porque o senhor mesmo já me presenteou com obras raras e de grande utilidade, em uma fase em que o senhor percebeu que seriam mais úteis para mim. Haja vista a consolidação dos trabalhos de Augusto Teixeira Filho, de 1857, sobre as leis civis, esta memorável e extraordinária obra que tem sido muito útil. Sua relação com os livros é uma página que não pode ser esquecida.

Almir de Oliveira. O gosto que tenho pelos livros começou muito cedo. Lá em casa há um retrato muito “posudo”, em que estou em frente a um pequeno armário de livros, mas com ares de dono de biblioteca (risos). Sempre gostei de ler. Meu pai estimulava, pois também gostava de ler. Era um homem que morava na roça, em Espera Feliz, e foi trabalhar no arraial, ocasião em que fez três anos de curso primário, com professores que apareciam de vez em quando. Não havia escola primária regular naqueles tempos, no princípio do século XX. De vez em quando aparecia um mestre e dava aula para a meninada. Foi o que aconteceu com meu pai, mas ele se alfabetizou razoavelmente e se tornou leitor de jornais e livros. Gostava de ler romances portugueses (risos). Talvez este gosto que tenho seja consequência disso. Apesar de homem de poucos conhecimentos, meu pai gostava de ler.

Ismair Zaghetto. O senhor teria condições de nos dizer quais foram os livros que escreveu?

Almir de Oliveira. Primeiro, foi *Gonzaga e a Inconfidência Mineira*. Este livro tem uma história engraçada, curiosa: um dia, cheguei em casa e Getúlio Vargas estava fazendo seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras. E alguém, que certamente escreveu por ele, o fez dizer que Tomás Antônio Gonzaga, patrono da cadeira ocupada por Getúlio, tinha uma importância mais política do que literária. Me lembro de pensar que aquilo era uma grande besteira, não entendia como um presidente podia falar uma asneira daquelas. Ele tomou a figura do Tomás Antônio Gonzaga como um inconfidente que nunca foi. Resultado: escrevi meu primeiro livro *Gonzaga e a Inconfidência Mineira* para

mostrar que Tomás Antônio Gonzaga nunca foi da Inconfidência e que fora condenado por perseguição política, principalmente porque um dos juízes era adversário pessoal dele no contexto literário português. O outro livro que fiz, também polêmico, foi *As duas inconfidências*. Um escritor fez um livro sobre a Inconfidência da Bahia, a fim de exaltar o movimento que era pouco conhecido por culpa dos próprios baianos, que não cuidaram de projetá-la (risos). Era uma obra que procurava diminuir o significado da Inconfidência Mineira, dizendo que a Inconfidência Baiana era mais popular e que em Minas Gerais houvera apenas um movimento de literatos. Fiz meu segundo livro para mostrar que o autor baiano estava errado (risos). Assim comecei minha produção literária. *Ciências jurídicas* foi o último livro que publiquei.

Ismair Zagheto. Esta produção literária mostra que o professor Almir de Oliveira é um dos raros exemplares remanescentes do bacharel típico, que não era um mero tecnicista, mas um homem de formação humanística. Isso não estaria faltando no nosso meio jurídico atual?

Almir de Oliveira. Sim, nossos juristas estão muito técnicos (risos).

Nilson Leão. Antes de fazer minha pergunta, já que se falou da importância da turma da Faculdade de Medicina na implantação da Universidade Federal, gostaria de registrar que estamos comemorando 50 anos neste ano de 2008. De passagem, lembro que Sagrado David, Aloysio Fellet e Juraci Neves são desta turma... Isso tem importância fundamental, até porque teve como paraninfo o presidente Juscelino Kubitschek.

Wilson Cid. E há um episódio que se conta sobre o discurso do orador da turma, que queriam censurar, e o presidente Juscelino interveio para permitir que se falasse livremente.

Almir de Oliveira. A direção da Faculdade de Medicina quis censurar o discurso do orador. Ele não consentiu e disse que então não iria ter discurso. Aí o Juscelino perguntou pelo discurso do orador da turma e eles não tiveram jeito (risos), não tiveram coragem de negar que havia um discurso censurado. O resultado foi que o discurso original acabou sendo feito, certamente com algumas alfinetadas políticas.

Paulo Medina. Recentemente, durante entrega da medalha JK, no discurso do magnífico reitor Henrique Duque de Miranda Filho, este episódio do discurso do professor José Carlos foi lembrado, especialmente como referência à vinculação que se fazia, já naquela época, à atuação do presidente Juscelino na criação da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Paulo Nader. Voltando ao professor Almir como polemista: efetivamente, os seus artigos, as suas colunas políticas sempre incendiaram emoções nesta cidade, desencadearam debates, cartas ao jornal. Corroborando isso, havia a Câmara Municipal da época. Wilson Cid deve se lembrar quando jogaram o retrato do senhor pela janela (risos), porque fizera uma crítica ao método de vencimento de subsídios. Em que ano foi isso?

Wilson Cid. Creio que em 1981 ou 1982. Quem atirou a foto dele pela janela foi o vereador João Carlos Campos.

Nilson Leão. Como o senhor rememora esse episódio hoje?

Almir de Oliveira. Com muita tranquilidade porque são fatos passados e, hoje, nos damos bem. Há pouco tempo, um ano mais ou menos, estávamos no Clube Bom Pastor, eu para fazer o discurso em nome do diretor que estava saindo e João Carlos Campos para fazer o discurso do diretor que estava entrando. Quando terminamos cumprimentei-o pelo bom trabalho que apresentara e voltamos às boas naquele dia.

Wilson Cid. Cabe lembrar que, depois de defenestrado, o retrato foi reintroduzindo. O doutor Almir é patrono da Sala de Imprensa da Câmara Municipal.

Almir de Oliveira. Voltou ao lugar (risos).

Wilson Cid. O senhor atuou também no campo da intelectualidade católica, ao lado de Henrique Hargreaves, Wilson de Lima Bastos e Mozart Teixeira. O que o senhor gostaria de registrar em relação a esta atividade?

Almir de Oliveira. Foi um convívio muito bom, mas, infelizmente, são companheiros que não estão mais aqui. Não sou propriamente um

líder católico. Não tenho vocação para este tipo de atividade. Pratico minha religião, sou católico por tradição, continuo procurando cumprir meus deveres como católico e mais nada. Mas convivi e aprendi muito com o professor Hargreaves, com quem me dava muito bem, principalmente depois que foi diretor da Companhia Mineira, onde me encontrou já como advogado da empresa. Ali, tínhamos um convívio diário, pois tinha que ir ao seu gabinete várias vezes por dia. Fazíamos um trabalho de prevenção, para evitar que a Companhia fosse envolvida em questões desnecessárias. Convencemos a diretoria que nenhuma carta que envolvesse interesses jurídicos poderia sair da Companhia sem passar pelo Departamento Jurídico. Então, fazíamos um trabalho constante de prevenção da correspondência e com isso meu convívio com o professor Hargreaves passou a ser diário e acabamos nos tornando bons amigos. Passado o momento do serviço, vinha sempre uma boa conversa (risos).

Wilson Cid. Ali, era o Dom Vital, o São Tomás de Aquino, a Liga Eleitoral Católica.

Almir de Oliveira. Nunca fiz parte da Liga Eleitoral Católica, fiz parte, sim, do Instituto Cultural São Tomás de Aquino.

Wilson Cid. Dom Vital, não?

Almir de Oliveira. Não. Ainda era rapazola quando criaram o Centro Dom Vital, com Henrique José Hargreaves, Joaquim Ribeiro de Oliveira, Arthur Vieira e outras pessoas já maduras. Depois, foi fundado o Instituto Cultural São Tomás de Aquino, onde acabei ingressando por ser professor na Faculdade de Filosofia.

Ismair Zaghetto. Já falamos do doutor Almir de Oliveira jornalista, professor, historiador, literato. E o poeta?

Almir de Oliveira. De vez em quando, a gente perpetra uns versos (risos). Esta expressão é de um tio meu da Barra do Piraí, o Wilson. É o que acontece comigo: perpetro meus versinhos. Acabei publicando um livro de versos porque minhas filhas acharam esse trabalho na gaveta e viram a necessidade de publicá-lo.

Wilson Cid. Falta agora um livro com a produção satírica, sobretudo as cartas trocadas com nosso saudoso Rangel Coelho.

Almir de Oliveira. Ainda tenho as cartas do Rangel.

Paulo Medina. O senhor deve ter acompanhado o fato (que eu nunca entendi bem) de o curso de Jornalismo ter convivido por algum tempo com a Faculdade de Direito na UFJF.

Almir de Oliveira. O Jornalismo foi para a Faculdade de Direito porque o curso era da Faculdade de Filosofia, foi criado lá. A Faculdade de Filosofia fora incorporada pela Universidade e na hora da distribuição dos cursos todo mundo tirava o corpo fora. Então, sugeri que o Jornalismo fosse para a Faculdade de Direito. Lá, o curso ficou certo tempo, até que o professor Adilson Zappa foi eleito diretor e trabalhou para montar o curso em outro local.

Paulo Medina. A conversa que corria é que o senhor lecionava na Faculdade de Direito e na Comunicação. Então, no começo, o impasse foi um casamento.

Almir de Oliveira. Eu lecionava Introdução aos Estudos Históricos no curso de jornalismo.

Paulo Medina. No início a união foi boa, não incomodou o curso de Jornalismo ou a Faculdade de Direito, porque não havia diversificação, mas com o tempo o curso foi sendo ampliado, chegando a ter três laboratórios. Então, o espaço começou a ficar pequeno. Quando assumi a direção da Faculdade de Direito, convidei o José Cursi Júnior, que era coordenador, e o Adilson Zappa, que era chefe do Departamento, e solicitei que fizessem o seguinte estudo comparativo sobre o curso: quantos professores havia, quantas salas de aula ocupavam, se havia laboratório naquela época. O estudo foi realizado, encaminhe-o ao reitor Márcio Leite Vargas e pedi para o pessoal da Comunicação fomentar o assunto. Então, ninguém segurou mais e ficou visível que havia uma oposição, a exemplo do Departamento Jurídico, que enxergou dificuldades, como a de que a criação da Faculdade de Comunicação Social implicaria no ônus de nomear um secretário etc. Eram questões mínimas, que, pouco a pouco, foram suplantadas. Essa autonomia permitiu

que o curso crescesse muito mais, dando o espaço que a Faculdade de Direito queria.

Nilson Leão. O professor Almir de Oliveira não apenas escreveu livros, mas tem filhos e um deles deixa uma presença concreta na Faculdade de Direito: Igor Valério de Oliveira, diretor da Faculdade de Direito, meu colega e professor. Foi através dele, em sala de aula e também na sala dos professores, que soubemos do defenestramento do retrato do doutor Almir (risos). Wilson Cid lembrou com muito bom humor como isso soou na época, tendo o efeito de uma verdadeira homenagem. O senhor se lembraria de algum fato importante ou pitoresco que cobriu na política local?

Almir de Oliveira. Sempre havia casos curiosos, pitorescos, engraçados. Lembro que o Wilson de Lima Bastos, que tinha uma voz meio fanhosa, estava fazendo um discurso e se alongando no assunto, quando um dos vereadores cochichou com outro algo como “esta poesia enjoada nunca mais que acaba” e Wilson, tendo escutado, retrucou: “Senhor vereador, eu, com esta voz vozinha enjoada a que vossa excelência se refere, sou casado, fiz quatro filhos, enquanto vossa excelência, com todo esse vozeirão, é casada há muito mais tempo e nunca fez filho nenhum.” (risos). Aquilo foi como se fosse um murro na cara, o vereador levantou e foi embora (risos). Foi muito engraçado.

Wilson Cid. Tem aquele episódio do debate na Câmara Municipal sobre a imagem do Cristo e o Justino Sarmiento.

Almir de Oliveira. O Justino Morais Sarmiento e o Irineu Guimarães, quando a Câmara foi instalada, puseram um crucifixo atrás da mesa diretora. Guimarães, como protestante que era, fez um requerimento para a retirada do crucifixo, alegando que seria uma expressão religiosa e como tal não era conveniente. Houve um debate demorado e quente entre Irineu Guimarães e Abel Rafael Pinto que defendia a permanência do crucifixo. No final, o crucifixo ficou, sob o argumento de que a maioria dos brasileiros é católica e o crucifixo determinaria a posição do Brasil como nação católica e não protestante.

Wilson Cid. Há também uma alusão ao fato de que o crucifixo se encontrava entre o bom e o mau ladrão.

Almir de Oliveira. Quem conhecia bem Justino Morais Sarmiento sabia que era um homem muito ferino, que tinha grandes tiradas, e foi justamente quem saiu em defesa da permanência do Cristo. Quando viu que, de um lado tinha o retrato de Getúlio Vargas e do outro lado o de Benedito Valadares, saiu com essa: “afinal de contas, nosso Senhor crucificado entre dois ladrões” (risos). Aí foi aquela zoadá.

Ismair Zaghetto. Como jornalista, o senhor foi processado também por um membro da Câmara, um vereador.

Almir de Oliveira. Fui processado duas vezes: difamação e injúria. Uma vez pelo advogado Ribeiro de Sá, em quem dei umas bordoadas fortes, mas perdeu em todas as instâncias. Mais tarde, fui processado na Câmara Municipal por proposta do Raymundo Hargreaves. O estopim foi ter escrito que se a Câmara continuasse daquela maneira, os vereadores haveriam de ser varridos como lixo. Desta vez fui condenado em Juiz de Fora, em primeira instância, por um juiz que tinha sido meu aluno.

Ismair Zaghetto. Nelson Villa Verde?

Almir de Oliveira. Quando cheguei ao Tribunal fui absolvido por unanimidade. Não acharam nada de injurioso.

Pinho Neves. Temos 10 minutos para terminar a gravação. Alguém ainda quer se manifestar?

Ismair Zaghetto. A Câmara Municipal de 1947 a 1951 é guardada na história como a grande legislatura de Juiz de Fora. Foi a primeira legislatura na redemocratização do Brasil. O senhor acredita que este prestígio, esta lembrança histórica, se deve ao fato de que saíamos de uma ditadura? Ou seria pela evidente qualidade dos homens que lá estavam? Ou seria pelas duas coisas?

Almir de Oliveira. A qualidade dos vereadores daquela ocasião era melhor, eram homens mais ilustrados. Só havia um vereador que não tinha curso superior, embora fosse um dos melhores da Câmara Municipal, o Lindolfo Hill, que pertencia ao Partido Comunista. Lembro que entrou pelo PTB, mas como elemento do Partido Comunista, era um homem iletrado, operário da construção civil. Mas tinha debates

demorados e quentes com o Abel Rafael Pinto, que era o oposto, integralista. Então, isso dava margem para que eles explodissem de vez em quando. A Câmara ficava cheia de gente para ouvir o debate.

Ismair Zaghetto. Maravilhoso.

Almir de Oliveira. Um dia, falei com Abel: “Sabia que está fazendo muita propaganda do Lindolfo Hill”. Com aquele jeitão peculiar, perguntou a razão, e respondi: “Você provoca o Lindolfo Hill com um papel daqueles no Partido Comunista, você entra e desanda no debate, cada um com a voz mais forte que a do outro. Lá em baixo da rua o pessoal sobe para assistir e o Lindolfo, então, está com quem quer, o público”. E Abel reconheceu que era verdade. Pois é. (risos). Depois disso, Abel deixou de lado as discussões.

Ismair Zaghetto. O senhor passou por dois nomes, Lindolfo Hill e Abel Rafael Pinto. Quem mais seria daquela época?

Almir de Oliveira. Wilson de Lima Bastos, Irineu Guimarães... [De 1947 a 1951, o presidente da Câmara era João Felício Fernandes e os vereadores Antônio Ribeiro de Sá, Abel Rafael Pinto, Fábio Nery, Hildebrando Bisaglia, Irineu Guimarães, Ithamar Rattes Barroso, Justino Moraes Sarmento, José Fonseca Soares, Joaquim Vicente Guedes, Jamil Altaí, Joaquim Henrique Viana Júnior, Lindolfo Hill, Sady Monteiro Boechat, Vicente Adão Botti e Wilson de Lima Bastos].

Ismair Zaghetto. Um grupo fantástico em comparação com o que temos hoje.

Almir de Oliveira. O governo era muito irreverente.

Wilson Cid. Estou tentando pensar sobre as diversas atividades do professor Almir, com a preocupação de que nada fique sem registro. Estou me lembrando que o senhor tem atuação no campo da heráldica. O senhor é o autor da bandeira de Juiz de Fora, poderia falar a respeito?

Almir de Oliveira. Em certa ocasião, trouxemos o professor Alberto Lima para ministrar um curso de heráldica em Juiz de Fora. Ele era heraldista do Ministério da Guerra e fazia os símbolos das unidades militares. Fazia para outros também, mas era empregado do governo.

Ele deu uma semana de aulas sobre origem, evolução e significado dos emblemas blasônicos e, depois, conversei com ele. Itamar Franco era o prefeito e autorizou-o a mudar os símbolos de Juiz de Fora, criando os que faltavam e alterando os que estavam malfeitos do ponto de vista heráldico. Então, fiz um rascunho, que foi reestruturado de acordo com as regras e as medidas da heráldica. Itamar Franco obteve, dentro da Câmara, a lei adotando aqueles símbolos, que são os atuais. Os símbolos anteriores ainda estão na fachada da antiga Prefeitura, na avenida Rio Branco 2234, onde hoje é a Funalfa. Os antigos símbolos continuam na fachada.

Wilson Cid. São três cores?

Almir de Oliveira. Vermelho, verde, azul e branco.

Ismair Zaghetto. Acredito que esta entrevista esteja caminhando para o fim e a biografia de Almir de Oliveira ainda não está completa. Falta um dado fundamental, a referência à dona Joaquina Vanelli de Oliveira, que foi uma companheira (aplausos) que deu ao senhor a oportunidade de se colocar na vanguarda, de refletir com paz de espírito e equilíbrio. Então, gostaria que o senhor falasse sobre ela e talvez sobre outros membros de sua família, que é muito bem constituída. O senhor teve a alegria de ver um filho na área jurídica se despontando: o Igor Vanelli de Oliveira, que foi diretor da Faculdade de Direito por dois mandatos, uma projeção do senhor dentro da Universidade.

Almir de Oliveira. É muito emocionante. Para resumir tudo, gostaria de dizer que desejo a todos que se casem que tenham uma união igual à minha. Tive realmente uma grande companheira, muito compreensiva, colaboradora fora do comum, que às vezes fazia correções em meus textos. Uma mãe extremosa, uma companheira de todas as horas. Viajamos duas vezes para a Europa. Joaquina sabia ver aquele mundo velho, tinha curso de jornalista e lia muito. Então, estava sempre com o espírito aberto para aprender mais. Influenciou muito a minha vida, estimulando, advertindo sobre coisas que não deveria fazer, por não convir. Enfim, muito obrigado pela referência.

Pinho Neves. Gostaria de agradecer ao doutor Paulo Nader, ao doutor Paulo Medina, aos jornalistas Ismair Zaghetto e Wilson Cid,

ao doutor Nilson Leão e em especial ao doutor Almir de Oliveira por ter nos proporcionado este encontro, um registro que muito contribuiu para a questão referente à história da cidade e particularmente à da Universidade. Saímos daqui mais enriquecidos hoje, por conhecer mais profundamente a nossa história. Muito obrigado.

Almir de Oliveira. Quero agradecer aos presentes, em meio tão agradável para mim, com três ex-alunos que prezo muito: Paulo Medina, Paulo Nader e, de certa maneira, Wilson Cid, que foi um aluno que prezo muito, além de companheiro de jornal, de vida de jornalista. Todos fazem muito bem ao meu coração. Muito obrigado por esta presença e conversando sobre estas coisas, relembrando fatos interessantes de nossa vida. Obrigado.

Entrevista concedida ao projeto **Diálogos Abertos**, em 15 de julho de 2008, no Museu de Arte Murilo Mendes. Entrevistadores: Ismair Zaghetto; José Alberto Pinho Neves; Nilson Leão; Paulo Medina; Paulo Nader; Wilson Cid.

entos

ciudad

Mendoza



JORGE COURI

Nasceu em 6 de maio de 1930, em Juiz de Fora, Minas Gerais. Filho de Mariusta e Constantino Miguel Couri, descendente de sírios e libaneses. Jorge Couri iniciou carreira em agosto de 1948, nos Diários Associados, instituição responsável pelo *Diário Mercantil* e pelo *Diário da Tarde*, dos quais foi chefe do Departamento Fotográfico no período entre 1952 e 1983, ano do fechamento desses dois jornais. Foi um dos fundadores da agência de publicidade Nova Comunicação. Trabalhou durante dois anos no jornal *Tribuna de Minas* e quatro na sucursal local do *Hoje em Dia*. Entre fatos importantes, registrou o campeonato de futebol em que Juiz de Fora representou Minas Gerais, em 1961, e fotografou a seleção brasileira campeã de futebol, em 1958, no Palácio do Catete, quando foi recepcionada pelo presidente Juscelino Kubitschek. Na política, foi um dos únicos profissionais registrando, nas ruas, o golpe militar de 1964. Esteve presente na posse de Itamar Franco como presidente da República, em 1992, após o *impeachment* do presidente Fernando Collor. Nos 45 anos dedicados ao fotojornalismo, acompanhou importantes momentos da cidade, como o incêndio no Clube Juiz de Fora. Casado com Marilda Barreiros Couri desde 1956, tem três filhos: Mary, Miriam e Jorge. Hoje com quatro netos, também foi responsável pela criação dos sobrinhos Colino Barreiros e Roberto Simões Barreiros Filho.

A respeito da contribuição de Jorge Couri como jornalista atento às mudanças de seu tempo, profissional que soube como poucos traduzir quatro décadas e meia de Juiz de Fora em imagens excepcionais, seja para jornais escritos ou televisivos, Flávio Lins Rodrigues, mestre em Comunicação Social pela UFJF, registrou numa das edições do Encontro

Nacional de História da Mídia: [...] “Ao observarmos o trabalho de Jorge Couri, inicialmente responsável pelas fotografias do *Diário Mercantil* e *Diário da Tarde*, mais tarde cinegrafista da TV Mariano Procópio, produzindo slides e filmes em película para TV, podemos ver a maneira como o *Telefoto Jornal* atuou, preparando e conquistando o público através de uma linguagem que oscilava entre a fotografia e o cinema, para o que viria a ser o telejornalismo moderno, que tem nas imagens um elemento indispensável para atuar como produtor de sentidos e construtor de realidades”.

José Alberto Pinho Neves. Boa noite a todos. A Universidade Federal de Juiz de Fora tem a honra de receber o fotógrafo Jorge Couri, que representa uma grande contribuição para o jornalismo de Juiz de Fora. Para começar, gostaríamos de saber sobre a trajetória da família Couri em Juiz de Fora.

Jorge Couri. A família Couri era muito grande em Juiz de Fora, e esse sobrenome se escreve de várias formas aqui na cidade: Couri com c, que é o meu; Kuri com k, e Curi com c sem o. Dom Geraldo Maria de Moraes Penido, nosso antigo arcebispo, dizia que na minha família tinha que ter algum padre porque Couri significa padre, “da cúria”. Nasci em Juiz de Fora, em 6 de maio de 1930, e sou filho de Mariusta e Constantino Miguel Couri.

Pinho Neves. Roland Barthes define a fotografia como a escrita da luz. E os impressionistas diziam que a fotografia era o lápis da natureza. Quando é que começou seu interesse pela fotografia?

Jorge Couri. Aconteceu da seguinte forma: meu irmão, José Constantino Couri, fotógrafo, ao perceber que eu parara de estudar [na Academia de Comércio], me chamou para trabalhar, para que não ficasse à toa. A redação do *Diário Mercantil* era no antigo Jardim das Dores, onde era a sede do PDT [Partido Democrático Trabalhista], e ali, a partir de 1948, comecei a trabalhar com meu irmão, sem saber nada de fotografia. Meu primeiro serviço foi fotografar, para publicação no *Jornal da Tarde*, o suicídio de um rapaz, ocorrido na estrada do Morro do Cristo. A partir daí, fui me afeiçoando à prática fotográfica e me aperfeiçoando tecnicamente, na medida do possível, porque tudo naquela época era muito difícil. Em 1952, meu irmão deixou o jornal; assumi seu lugar e acabei ficando no *Diário Mercantil* até 1983.

Antigamente, era muito difícil trabalhar com fotografia porque não existiam máquinas automáticas como as atuais. Primeiro, a máquina tinha tripé, e o fotógrafo e a pessoa fotografada não podiam se movimentar. Tudo era registrado como pose. Segundo, tinha o magnésio, uma solução de pólvora que se colocava num recipiente de vidro, antes que a máquina fosse fixada no tripé, e, a partir desse momento, ninguém mais podia se mexer até que a fotografia fosse tirada: ao mesmo tempo que se disparava o magnésio, apertava-se o botão [obturador]

que acionava a máquina. Era um problema sério e resultava numa fumaceira imensa. Lembro que, em certa ocasião, ao fotografar no Colégio Stella Matutina, onde o teto era muito baixo, um amigo, que me ajudava, colocou pólvora demais e quando disparei o magnésio todos que posavam à mesa, ao ver a fumaceira, saíram correndo do salão. Depois, evoluímos para a máquina à base de lâmpada, que se encaixava num bujão, com duas pilhas destinadas a provocar um curto, que, por sua vez, acendia a luz e fazia um clarão, possibilitando a fotografia instantânea.

Certa vez, fiz a cobertura de um concerto da Orquestra Sinfônica Brasileira, realizado no Sport Club Juiz de Fora, e precisávamos fazer chapas para cobrir tudo que fosse possível da solenidade. Como, naquela época, as câmeras e os materiais eram muito caros, para economizar o máximo possível programei fotografar o maestro, os músicos e o povo na arquibancada, a partir de um tablado ao fundo, no qual teria que subir bem devagar para não esbarrar em ninguém da orquestra. O equipamento tinha uma lâmpada dupla que dava dois tipos de clarão, um menor e outro maior. Essas lâmpadas tinham uma espécie de gelatina que retinha, quando estouravam, os cacos, impedindo que caíssem no chão. Geralmente, eu trabalhava bem com esse tipo de equipamento. Então, subi no tablado, e o maestro já me olhou com a cara de “o que esse cara está fazendo ali?”. Fui devagarzinho, sem esbarrar, carregando aquela máquina grande e pesada. Posicionado, acionei a máquina, a lâmpada estourou, e a camada de gelatina não segurou os cacos, que caíram na orquestra. Foi uma vaia tão grande, que não lembro como descii do tablado e saí dali. Só me lembro da vaia e da cara do maestro, horrível. Antigamente, o material fotográfico era dispendioso: a fotografia em preto e branco era feita com nitrato de prata, que era caríssimo. Tínhamos de fazer muita economia; então, numa solenidade, procurávamos fazer fotos que retratassem o maior número de possibilidades com uma só tomada.

Wilson Cid. Jorge Couri é um divisor da história da fotografia jornalística de Juiz de Fora. Tudo que ocorreu, aconteceu antes e depois dele. Acabamos de ser informados sobre as condições técnicas de que dispunha para realizar seu trabalho e que a técnica foi herdada de seu irmão José Constantino, o Zé Bolão, como era conhecido. Percebe-se,

hoje, repassando as coleções dos jornais antigos, que o material fotográfico era muito escasso, talvez porque fosse muito caro, como nos disse. Quando iniciou seu trabalho no jornal, em 1948, como era o relacionamento do repórter fotográfico com a editoria do jornal? Quais eram os critérios?

Jorge Couri. O editor, que, naquela época, era intitulado “redator chefe”, nos dava a pauta para que fizéssemos as reportagens de acordo com o interesse do jornal. As matérias eram principalmente de caráter policial para atender ao *Diário da Tarde*, um jornal mais popular, e cobríamos essa parte de acordo com a pauta. Depois de algum tempo, o jornal fechou um acordo com a polícia, através do qual ela se comprometia a chamar o jornal para cobrir todo tipo de acidente que acontecesse, desde que cedêssemos para a polícia todas as fotografias para que estas subsidiassem a perícia. E, com isso, me acordavam duas, três vezes por noite para fotografar desastre, crime, brigas etc., e o jornal *Diário da Tarde* se expandiu muito, com essas notícias que, espremidas, soltavam sangue. Só se publicava crimes. Na porta da redação (ex-Jardim da Noiva), afixavam-se fotografias que seriam publicadas no próximo número do *Diário da Tarde*. As fotos mostravam tudo, gente machucada etc., e o pessoal ficava ali olhando aquela coisa horrível.

O *Diário da Tarde* era um jornal vespertino, que só saía às 14 horas, e, geralmente, era vendido na saída das fábricas, às 16 horas. Um fato curioso: quando noticiávamos um suicídio, geralmente ocorrido no Clube Juiz de Fora, acontecia outro nos mesmos moldes dois ou três dias depois. Parecia que a notícia incentivava novos suicídios, e, por isso, a redação do jornal resolveu não publicar mais esse tipo de acontecimento. Naquela época, os jornais eram feitos com muito sacrifício. Um exemplo é que para fazer uma fotografia levava-se muito tempo. Nas datas comemorativas, o jornal circulava sempre com uma foto na primeira página vinculada àquela data e, assim, no *Diário Mercantil*, quando Wilson Cid já era editor, no Dia dos Pais, muitas vezes fui à Vila Olavo Costa colher flagrantes do cotidiano, para que redigissem a matéria. Às vezes, o assunto não estava na rua, mas se eu pegasse alguma coisa diferente, fazia a fotografia e corria para a redação. Era questão de oportunidade, de prestar atenção onde estava, o que estava fazendo, e era necessário ter sensibilidade para observar tudo que estava à volta.

Estávamos sempre à procura de algo que merecesse um registro e, assim, todo dia saíamos para fazer aquilo que era do interesse do jornal.

46

Humberto Nicoline. Independente da evolução tecnológica e dos equipamentos cada vez mais rápidos que disparam mais quadros por segundo, o senhor acha que a essência continua a mesma, ou seja, a foto tem que ser aquilo que representa o fato jornalístico?

Jorge Couri. Sim. *O Globo*, hoje, costuma publicar, principalmente na coluna do Ancelmo Góis, uma foto feita por um popular que registrou uma cena: um casal de passarinhos, uma árvore bonita etc. Sempre achei que a fotografia fosse tão importante como é hoje; pelas revistas atuais se vê essa importância, só publicam fotografias.

Humberto Nicoline. Queria chamar a atenção do senhor para a diferença entre o fotojornalismo da sua época e o atual, e para a diferença de uma época para outra. O senhor concorda que naquele tempo era necessário maior concentração e maior tino de observador, devido, inclusive, ao número reduzido de chapas disponíveis para registrar o momento? O fotógrafo antigo tinha muito mais perspicácia e mais concentração, era um observador mais arguto do que os fotógrafos de hoje com equipamento digital que filma o fato jornalístico?

Jorge Couri. Em qualquer solenidade, posse do reitor, formatura etc., o fotógrafo tem que estar sempre à procura de alguma coisa diferente para contar. Vou contar um episódio em que acabei preso. Na época da revolução militar, o ministro da Guerra veio a Juiz de Fora visitar o general Alfredo Malan e fomos até o Quartel General fazer a cobertura do acontecimento. Ao chegarmos lá, fomos orientados, por um coronel, para que não fizéssemos fotos dos militares com copo nas mãos. Numa sala havia dependurado na parede um retrato do idealizador da revolução, general Olímpio Mourão Filho, e, em determinado momento, percebi que o ministro da Guerra conversava com o general Malan tendo como fundo o quadro do general Mourão Filho. Tirei várias fotografias com os dois e o quadro no fundo. Na mesma hora, o coronel me levou para fora da sala e me disse: “Dá-me esse filme!”. Eu pedi: “Coronel, o senhor vai me desculpar, mas nesse filme não tem só esse serviço, tem vários serviços que fiz hoje. Não posso lhe dar o

filme, não”. “Você não pode publicar essa fotografia do homem com a xícara na mão!”. “Ah, mas isso não é problema não! A gente corta aqui.” Ele disse: “Não, você vai me dar esse filme”. Ainda argumentei: “Então, coronel, o senhor, por favor, telefone para o redator chefe. Se ele autorizar — mas eu quero ouvir —, entrego o filme”. Combinaram que eu iria à redação, acompanhado da Polícia Especial — PE, para revelar o filme, fazer a cópia, e voltar para mostrar a cópia com a foto de fato cortada. Era desse jeito que trabalhávamos depois da revolução. Tudo era controlado e espremido. Outro exemplo: Na inauguração da Universidade Federal de Juiz de Fora, o primeiro presidente militar, Castelo Branco, veio para a solenidade. Fui designado para cobrir a inauguração dentro do prédio; quando cheguei, levei muitos “pescoções”, uma coisa horrível. Não me deixaram trabalhar, foi uma pressão danada. Não havia liberdade para entrar nos recintos, só era possível ficar parado num mesmo lugar. Era horrível!

A fotografia daquela época era artesanal: fazia-se um banho para chapa, para tinta, para que não ocorresse granulação; era necessário também outro banho para fazer a cópia, o positivo; e, depois, ainda tinha que fixar. Era um trabalho difícil, porque envolvia substâncias para banhos de acordo com cada tipo de revelação. E se trabalhava praticamente no escuro. Para revelar filmes, não tinha luz nenhuma, para não afetar a gelatina do filme. Depois que se colocava na banheira para revelar, a gelatina ficava muito escorregadia e se acontecesse de escorregar e quebrar [o negativo era acoplado a uma chapa de vidro], acabava o serviço, não tinha conserto. Depois, com a evolução, veio o filme de 12 chapas, em que batíamos a foto, puxávamos o papel e passávamos para a próxima fotografia. Em seguida, o filme 6 x 6; depois, o de 35 mm. E foi evoluindo de tal forma até chegar à digital. Hoje, numa solenidade, batemos 30, 40, 50 fotos, colocamos no computador, escolhemos o que achamos melhor.

Natálio Luz. Você sobrevivia e vivia de sua profissão? Como?

Jorge Couri. Naquela época, ganhávamos pouco, mas fazíamos alguns serviços particulares para aumentar a renda. Eu, por exemplo, na época do carnaval fotografava crianças para sair no suplemento que o jornal fazia depois. Meu irmão montava, na redação, um painel com coisas de carnaval, serpentina, confete etc. e convidava as mães que tra-

ziam as crianças para serem fotografadas. E assim se faturava algum, era um meio de sobrevivência.

48

Natálio Luz. Em sua trajetória, chegou a cursar alguma escola para aprender a fotografar?

Jorge Couri. Não havia curso de fotografia, então aprendi trabalhando. Como repórter fotográfico, o termo que usavam antigamente, fazia parte do Sindicato dos Jornalistas, mas não tenho curso de fotografia, nem cursei universidade; aliás, não existia naquela época. Aprendi procurando fazer o melhor possível.

Natálio Luz. Sentia que essa era a sua profissão?

Jorge Couri. A profissão de fotógrafo não é rendosa, como a maioria dos fotógrafos sabe. Mas acabamos tomando gosto pela arte, e é uma profissão que nos permite sobreviver fazendo coisas diferentes. Na inauguração da antiga iluminação da rua Halfeld, da janela do meu quarto, vi uma pomba pousada em cima de uma lâmpada; para mim era um flagrante a fotografar. Essas são coisas que observamos. Penso que temos que nos aperfeiçoar o máximo possível dentro da nossa profissão. Nunca tive estúdio e nunca tive vontade de ter, porque gostava mesmo da reportagem.

Antônio Maria. Como era fotografar esporte na sua época? Como era com o futebol?

Jorge Couri. Naquela época, não tinha futebol. Lembro que vi Nestor Santos, um antigo fotógrafo do *Diário Mercantil*, fazendo instantâneos de um jogo entre o Fluminense e o Sport, com tripé e aquela máquina em que se se apertava o magnésio. Não sei como, mas fazia tudo tão perfeito que nada saía tremido. Só me lembro disso porque era moleque e estava vendo aquele jogo. Antigamente, era difícil cobrir futebol, porque não havia muitas condições para se registrar um gol, tanto que, quando fotografávamos um gol, todo mundo da torcida do Sport, por exemplo, perguntava: “Pegou esse gol?”, “Vai sair esse gol no jornal amanhã?”. A resposta era sempre que não sabíamos.

Sérgio Bara. Quando recebi a ligação convidando para participar desse encontro fiquei extremamente feliz porque o senhor é um dos

meus primeiros ídolos. Eu nem imaginava que iria lidar com criação e artes gráficas, mas já reconhecia suas fotos, sem ler o crédito, pelo seu estilo único. Como fazer arte no fotojornalismo? Por que sua foto sempre teve uma característica única, especial? Como conseguiu isso?

Jorge Couri. É necessário observar e ter sensibilidade. Wilson Cid sempre queria uma foto na primeira página; então eu saía para procurar alguma coisa, sem nada marcado. Passando pelo rio Paraibuna, vi o pai de um menino e uma menina, todos muito sujos. Fotografei a cena e, hoje, você a chamaria de *Fome Zero*. Dentro daquelas datas festivas, tínhamos que fazer dia das mães, semana santa etc. Naquela chuva de granizo que houve na rua Halfeld, na avenida Rio Branco, fiz fotos de um menino correndo, e, por tê-las batido com baixa velocidade, as pedras de gelo fizeram arranhaduras nas fotos. Essa foi a foto que saiu na primeira página. Às vezes, as coisas acontecem por sorte.

Sérgio Bara. Qual das suas fotos escolheria como a mais marcante?

Jorge Couri. Minha foto mais marcante foi feita em frente ao Clube Juiz de Fora, nas Olimpíadas Universitárias, durante o desfile de abertura feito pelas faculdades. Subindo a rua Halfeld, notei uma senhora segurando uma pomba na mão. Pensei onde ela iria soltar a pomba, e fiquei observando-a. Ao soltar a pomba, por sorte minha, a senhora voltou-se para o meu lado. Fotografei uma mão aberta e a pomba voando. Essa, das fotos que fiz, é a que mais gosto.

Pinho Neves. Considerando toda a sua carreira, quais os fatos mais relevantes que registrou?

Jorge Couri. O incêndio do antigo Clube Juiz de Fora [esquina da rua Halfeld com avenida Rio Branco], é um deles. Naquela época [1950], fazia a cobertura do carnaval praticamente sozinho, e, durante a noite de segunda para terça-feira de carnaval, revelava as fotografias e fazia cópias para o jornal da quarta-feira de cinzas. Estava na rua Halfeld quando ouvi um grande barulho e vi muitas pessoas correndo. Corri com elas e quando cheguei perto do Clube Juiz de Fora, vi o incêndio e a imensa confusão com muita serpentina, confete e lança-perfume. Cheguei na hora exata. O prefeito Dilermando Cruz de pijama e chinelos, as pessoas fantasiadas

chorando, uma balbúrdia. O Clube Juiz de Fora equivalia ao Teatro Municipal do Rio de Janeiro; vinham para os bailes de abertura do carnaval madames fantasiadas e muita gente importante; era tanto sucesso que a rua Halfeld ficava cheia de pessoas vendo a entrada dos bailes. Era um espetáculo. Fiz ali as melhores fotos do incêndio e as mais marcantes daquela época.

Wilson Cid. Gostaria de acrescentar uma informação a respeito dessa foto de Jorge Couri: tão importante quanto o registro do incêndio foi também o flagrante do prefeito de Juiz de Fora de pijama e chinelo no meio da rua Halfeld, com um guarda-chuva, protegendo-se da chuva que caía naquele momento. Há, porém, outra foto dele de grande importância jornalística: em 1964, tivemos relativa liberdade para atuar junto ao comando do golpe militar, no Quartel General da 4ª Região instalada aqui em Juiz de Fora. Jorge Couri fotografou o momento em que o general Mourão Filho conversava ao telefone com o general Antônio Carlos Muricy. Aquele telefonema decidiu realmente até que ponto as forças militares daqui se mobilizariam e que, recebendo o apoio do exército de São Paulo, subiriam até Resende. O momento fotografado é impressionante. Jorge Couri é também de uma época em que a publicidade era basicamente feita com reportagem, e, portanto, com material fotográfico. Era mais reportagem que publicidade. Um caso pitoresco que vale a pena registrar: Oswaldo Gouvêa, grande companheiro de Jorge Couri nessas matérias pagas, era diretor comercial do *Diário Mercantil*. Houve uma exposição agropecuária, em Leopoldina, em que o proprietário do touro campeão era um admirador fascinado por Juscelino Kubitschek. Oswaldo Gouvêa queria vender duas páginas do *Diário Mercantil* para esse fazendeiro para que ele mostrasse seu rebanho e, principalmente, o touro campeão. O proprietário colocou a seguinte dificuldade: disse que pagaria pelas duas páginas do jornal desde que aparecesse JK abraçado ao touro dele. Juscelino se viu numa situação extremamente incômoda, uma vez que o sujeito também era um líder político da região. Para contornar a situação, estabeleceu-se o seguinte: um número suficiente de funcionários segurariam o touro pelo rabo e pelas pernas da frente e de trás, e Juscelino daria o abraço; exatamente nesse momento, Jorge Couri, preparadíssimo, porque o abraço durou apenas um instante, registrou o “flagrante”. Esse foi um fato pitoresco de sua carreira na publicidade.

Humberto Nicoline. Jorge, eu, novato na profissão, o conheci na fundação da *Tribuna de Minas*, onde comecei a trabalhar. O encontrava sempre nas mesmas pautas e, grande admirador seu, ficava constrangido de trabalhar perto de você, porque sua fama era enorme. Mas ficava de olho no que você estava fazendo, qual a objetiva que estava usando e qual ângulo estava pegando. Na verdade, tudo aquilo foi um ensinamento muito importante, e gostaria que você soubesse disso. Agora a pergunta: Com relação à ditadura militar, há algum fato que o constrangeu, alguma ocasião em que não pôde fotografar ou não pôde publicar a foto?

Jorge Couri. No dia da Revolução de 1964, a equipe do jornal foi convidada a ir ao Quartel General da 4ª Região Militar. Ao chegarmos lá, sem que soubéssemos o que estava acontecendo, nos puseram dentro de uma sala e somente nos liberaram depois que o general Olímpio Mourão Filho leu o manifesto da Revolução. A partir da nossa liberação é que nos foi possível publicar algo sobre a Revolução e nos moldes em que os militares determinaram. O jornal não podia criticar nada, porque, na época, tudo era censurado. Antes de rodar o jornal, olhavam e mandavam rodar um exemplar, para depois ver se podia sair ou não. Assim era a censura que existia e por muito tempo isso perdurou.

Humberto Nicoline. Inclusive as fotografias eram censuradas?

Jorge Couri. Sim. Para se ter uma ideia, vou contar como e por que um dia fui preso. Meu cunhado, já falecido, voltava para São Paulo levando uns documentos e, enquanto aguardávamos o ônibus, ficamos num bar na antiga rodoviária na avenida Rio Branco. Ali mesmo, foi preso porque acharam que era terrorista por estar com uma pasta em seu poder. Argumentei com os militares: “O rapaz não tem nada com isso, está voltando para casa em São Paulo”. “Não, o senhor está errado. Ele está preso.” Expliquei que o rapaz estava em Juiz de Fora trabalhando e estava indo embora. Os militares resolveram então que meu cunhado embarcaria para São Paulo, mas acompanhado de dois soldados que iriam no mesmo ônibus. Em determinado momento, abriram a pasta dele e reagi. Prenderam-me no ato e me levaram para o Quartel General, onde prestei depoimento, fui fichado e o diabo a quatro. Quando meu cunhado chegou em São Paulo, ficou comprovado que não tinha nada com ele, mas mesmo assim foi fichado.

Quando Clodesmidt Riani foi preso, os militares o humilharam demais e, depois, o colocaram no meio de uns oito ou dez homens da PE [Polícia Especial]. Fui até lá na tentativa de registrar o fato; acharam que eu queria conversar com Riani e, por isso, me disseram: “Se for, o senhor vai ser preso”. Era uma pressão muito grande na época da ditadura. Os militares tomavam totalmente sua liberdade de agir. Prendiam por qualquer coisa.

Pinho Neves. Nesses 45 anos de atividade, qual foi o fato de maior comoção popular em Juiz de Fora que registrou?

Jorge Couri. Trata-se de uma coisa que parece antiga, mas comoveu muita gente, uma obra do nosso amigo José Carlos de Lery Guimarães. José Carlos, com o compositor Nelson Silva, fundou a *Mascarada Veneziana*, a primeira escola de samba a desfilar na avenida Rio Branco; antes os desfiles eram na rua Halfeld. José Carlos tinha uma mania: fazia uma coisa uma vez e não fazia a segunda. O samba composto por Nelson Silva era maravilhoso e fez um sucesso muito grande. José Carlos fez do desfile uma encenação; misturou prostituta com irmã de caridade, fez crianças desfilar; todos que assistiram se comoveram muito; foi um acontecimento deslumbrante e de tal forma impressionante que não conseguiu fazer uma segunda vez. A repercussão foi enorme. Não havia, naquela época, muita cobertura de carnaval, porque, se houvesse, a repercussão teria sido nacional. Foi muito bem feito, um samba muito bonito. Dali para frente, o carnaval passou a ser na avenida Rio Branco.

Wilson Cid. A partir do momento em que chegava da rua com a sua máquina, como era o processo de trabalho até a entrega da foto ao editor?

Jorge Couri. Com a chapa e com o filme 6 x 6, chegava, revelava o filme no escuro, fixava as 12 poses, passava álcool e fazia a secagem com secador de cabelo, porque no *Diário Mercantil* não havia secadeira. Em seguida, fazia a ampliação em preto e branco e as cópias. Nesta etapa, usava-se luz vermelha... Colocava no fixador, esperava um pouco para lavar, secava e levava uma, duas ou três cópias para o editor escolher a que queria.

Wilson Cid. Que elementos entravam na química para revelação?

Jorge Couri. Havia dois tipos de banho para revelação, um para o positivo e outro para o negativo, embora a química fosse a mesma, com diferença apenas no peso. O sulfato de sódio era o fixador. Vou falar do revelador positivo: metol, sulfito de sódio, carbonato de sódio anidro, brometo de potássio e ácido acético [mais hidroquinona e água para diluir]. Aquilo era pesado... Tudo era sacudido e, em seguida, havia um banho para a revelação. A revelação de filme era diferente, para não dar granulação. Antigamente, a granulação era um problema. E, com toda essa química, a vista sofria muito e todo fotógrafo acabava usando óculos. Para piorar, não havia ventilação, porque a sala tinha que ser toda fechada, a fim de vedar a luz. Uma vez, no *Diário Mercantil*, colocaram ar-condicionado dentro da câmara escura e tivemos problemas com a umidade.

Wilson Cid. Você está, neste momento, diante da fotografia de Murilo Mendes, que os Diários Associados elegeram, em certa data, como Personalidade do Ano, ocasião em que o poeta compareceu a uma solenidade realizada no antigo Cine Palace para receber o prêmio. À saída, Murilo Mendes perguntou se havia no arquivo do *Diário Mercantil* uma foto do professor Henrique Hargreaves sentado no Café Salvaterra em frente ao Cine-Theatro Central. Felizmente, tínhamos e conseguimos mandar essa foto para Murilo Mendes. O que foi feito com todo aquele patrimônio fotográfico que você promoveu durante mais de 30 anos para os Diários Associados?

Jorge Couri. Aconteceram duas coisas: o fechamento do jornal, em 28 de novembro de 1983, pegou todo mundo de surpresa. A revolta foi tão grande que começaram a tirar os positivos e rasgar, abriram as gavetas, jogaram no chão, rasgaram... Não podíamos fazer nada porque todo mundo estava muito revoltado com a atitude do pessoal de Belo Horizonte. Foi um choro danado, foi uma coisa horrível. Depois do fechamento, passei a ir ao jornal todos os dias para organizar a minha parte de negativos, inclusive os negativos do meu irmão — era ele quem comprava o material; o jornal só passou a comprar a partir da data em que assumi — na esperança de levar o arquivo para casa ou doá-lo a alguém. Mas no 30º dia, não me deixaram entrar no jornal e, portanto, não pude levar o arquivo para casa. Levaram tudo que tinha

para levar: telefone, máquina, caixa de ferramenta, tudo. Apesar de ter tentado argumentar com a pessoa responsável que havia coisas minhas dentro da sede do jornal, me disseram que só poderia entrar com ordem expressa de Belo Horizonte. Telefonei pra Belo Horizonte, mas não consegui de forma nenhuma. Então, meu arquivo ficou preso; muita coisa boa ficou presa ali, inclusive fotos com as quais eu poderia hoje fazer exposições por aí, mostrando os registros daquela época.

Já com a nova direção de Belo Horizonte, guardávamos os negativos em cima da câmara escura, onde, certo dia, surgiu uma goteira. Chamei a atenção de José Otávio Alkimin, diretor, para o fato que os negativos estavam molhando e que assim se perderia todo o material. Não arrumaram a goteira e, em consequência, esse material também se perdeu. O meu arquivo praticamente ficou todo preso no espólio dos Diários Associados, não sei o que restou dele; sei que existe alguma coisa na Funalfa [Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage], mas não sei o que é. Fiquei com poucas coisas.

Pinho Neves. Só a título de registro: a prefeitura, um tempo atrás, fez uma negociação com os Diários Associados, em Belo Horizonte, e conseguiu a doação do material dos antigos *Diário Mercantil* e *Diário da Tarde*, que hoje está no Arquivo Histórico de Juiz de Fora. Não sei dizer em que condição está o material, mas parte foi negociada para voltar, visando a compor a memória da cidade.

Wilson Cid. O arquivo fotográfico do *Diário Mercantil* e do *Diário da Tarde*, sem a orientação de Jorge Couri, sem sua classificação, sem sua reorganização, não tem valor nenhum. Só Jorge Couri conhece aquilo. Se não o chamarem para fazer esse trabalho, a cidade vai perder totalmente aquele material.

Jorge Couri. Na época, um superintendente da Funalfa me chamou para ver o material; fui e não há mais nada que interessa. Não sei o que fizeram com os arquivos. Sinto-me muito emocionado em mexer com aquilo, relembro tudo; então, pedi desculpas e não voltei mais.

Pinho Neves. Penso que Juiz de Fora tem uma tradição de jornalismo muito acentuada, e o fechamento do *Diário Mercantil* foi realmente muito

traumático, não só para quem era da área de jornalismo, mas como para a cidade também. A emoção de uma pessoa envolvida diretamente, como você, Wilson Cid e o doutor Almir de Oliveira, pessoas que estavam presentes no momento em que o jornal foi fechado, é um pouco diferente da nossa que contemplávamos à distância esse fato. De qualquer forma, todos guardamos essa emoção.

Jorge Couri. O jornal era fechado geralmente às 22 horas, porque o Ricardo [Martins de Souza], que fechava a primeira página do jornal, tinha que ver o *Jornal Nacional* da Rede Globo, como também esperar as últimas notícias que vinham pelo telex. Ricardo fechava a primeira página às 22 horas, porque o resto já estava fechado. No dia anterior ao fechamento do *Diário Mercantil*, havia um espaço pequeno na primeira e na última página, e Ricardo perguntou para Wilson Cid e para outros onde estava o material que iria sair naqueles espaços, pois tinha que fechar a capa do jornal. Todo mundo procurou as matérias e nada foi encontrado. De madrugada, o pessoal de Belo Horizonte chegou com o fotolito já pronto, do tamanho dos buracos que estavam reservados nas páginas, comunicando que o *Diário Mercantil* a partir daquela data não mais circularia. Foi um choque tremendo para todo mundo, porque o *Diário Mercantil* era uma espécie de família. Para qualquer dificuldade que se tinha, possuíamos uma caixinha de empréstimo que ajudava todo mundo. Aos sábados, nos reuníamos depois que fechávamos o jornal para uma cerveja, para bater papo; era uma coisa gostosa. Foi um trauma muito grande.

Humberto Nicoline. Vou fazer uma proposta. Descobri no arquivo da *Tribuna de Minas* dois negativos, que, juntamente com outros negativos que já estavam comigo, formarão o livro *Juiz de Fora anos 80*, que será lançado em breve. Inclusive, o senhor é um personagem do meu livro. Se, em 20 dias, conseguir reunir os negativos do arquivo da *Tribuna*, o senhor, acredito que com um pouco mais de tempo e com acesso ao arquivo do antigo *Diário Mercantil*, irá fazer exposições e livros de várias décadas da cidade. Vamos envidar esforços, e com ajuda talvez até da Universidade, veremos se conseguimos recuperar esse material. Quem sabe nesses arquivos o senhor não encontra as fotos do incêndio no Clube de Juiz de Fora, o telefonema do general, a pomba com as asas abertas no centro da cidade e até o JK com o touro? Quem

sabe? Então, proponho ajudar Jorge Couri a ter acesso a esse arquivo. É um direito autoral do senhor. A fotografia é uma obra artística e o senhor tem direito autoral sobre ela. E gostaria de reiterar o seguinte: temos que fortalecer a memória visual da cidade e o senhor é a pessoa indicada para resgatar as décadas passadas. Mesmo com o equipamento digital de hoje, não se tem um arquivo tão farto como tinha antigamente. O senhor concorda? Temos que ajudar a recuperar isso.

Jorge Couri. Acontece que a direção do *Estado de Minas* mudou. A maior parte da diretoria daquela época já faleceu. Agora estão os filhos. Aquele pessoal é difícil de lidar; tentei várias vezes e não consegui de forma nenhuma. Há uma má vontade enorme com Juiz de Fora, não sei por que, pois o *Diário Mercantil* e o *Diário da Tarde* socorreram várias vezes o *Estado de Minas* com dinheiro. Se tiveram a coragem de fazer o fechamento do jornal daquela forma, o que esperar deles? Nada. Temos a coleção de jornais impressos, que está na Funalfa: são 72 anos do jornal em Juiz de Fora, da vida de Juiz de Fora. Tem muita coisa interessante. Jornal nunca fica velho.

Pinho Neves. As primeiras páginas nessa época eram as que realmente traziam as manchetes, as fotografias principais. A exemplo do que a *Folha de S. Paulo* fez em São Paulo, poderíamos, pelo menos, fazer um projeto das primeiras páginas do *Diário Mercantil* e resgatar essa história. Acho que a Universidade poderia contribuir, e poderíamos montar um projeto que nos permita, pelo menos, aliviar essa lacuna que ficou na memória do jornalismo fotográfico de Juiz de Fora.

Antônio Maria. Depois desse término traumático do *Diário Mercantil*, onde o senhor foi trabalhar?

Jorge Couri. Fiquei na esperança de que o jornal voltasse, mas não voltou. Depois, abrimos a agência de publicidade Nova Comunicação, que hoje está com o César Romero. Éramos eu, Wilson Cid, José Renato, José Carlos de Lery Guimarães e César Romero. Trabalhávamos com propaganda e conseguimos montar uma agência para fazer jornais empresariais, discursos, embalagem. Ficamos mais ou menos um ano e pouco, depois paramos e a firma ficou com César Romero, que mantém o nome inicial. A seguir, se deu a proposta da *Tribuna de Minas*, onde

trabalhei durante quatro anos. Mas o serviço fotográfico da *Tribuna*, na época, era feito de forma muito complicada. Foram quatro anos em que praticamente ganhei pouca coisa, mas conheci vários jornalistas, inclusive o José Carlos de Lery Guimarães. A seguir, veio a chance de trabalhar no jornal *Hoje em dia*, do Newton Cardoso, que, futuramente, iria se transformar em jornal diário. José Eduardo Frederico, gerente da sucursal, me convidou para ir para Belo Horizonte. Na esperança de, mais uma vez, realizar o meu sonho de trabalhar num jornal diário, pedi demissão da *Tribuna* e fui. O Wilson Cid também trabalhou lá. Ficamos mais ou menos dois anos, mas quando o jornal passou a ser da Igreja Universal do Reino de Deus, voltamos. Depois disso, parei de trabalhar, começou a era digital e nela não me encaixo. Sinceramente, não. Minha filha queria me dar uma digital, eu não quis. Tenho uma maquininha pequena, mas não é digital; o flash é embutido, você aperta o botão, acabou, sai perfeitamente. Não consegui me adaptar à digital de forma nenhuma, porque é um negócio sem entusiasmo. Antigamente, eu saía inspirado para fazer uma coisa boa, e com a digital resolvi parar porque sabia que não ia dar certo. Acho mais interessante resolver onde se vai cortar as fotos: corta aqui, corta ali... Já sai direto da oficina, não tem esse negócio de computador.

Vou contar uma história. Trabalhava comigo um rapaz que estava começando na fotografia. Certo dia, fomos informados que a polícia ia fazer uma batida nas margens do rio Paraibuna, para flagrar o pessoal que utilizava mercúrio para garimpar. Como eu não podia cobrir essa batida — Juracy Neves não me deixava sair da redação de forma nenhuma; eu podia morrer, mas tinha que ficar lá por conta dele —, chamei esse rapaz e orientei: “Você vá lá e presta atenção. Depois, faça uma chapa pegando o rio, a polícia, a barca, a apreensão do proprietário. Se fizer essa foto, com uma chapa você resolve o problema de uma só vez, e não precisa fazer mais nada”. Foi uma sorte, porque a foto pegou a polícia fechando o motor, o dono da barca, o rio Paraibuna, tudo perfeito. Quando vi a foto, dei os parabéns; a foto falava tudo. Em seguida, fui até a diagramadora e orientei que não houvesse corte. No dia seguinte, veio a surpresa: o rio Paraibuna tinha sido cortado. Reclamei, dizendo que havia estragado o trabalho do rapaz, mas o argumento era que a foto inteira não cabia. Na verdade, o que acontecia era que os

paginadores não gostavam muito de reduzir fotos; eles metiam a faca. Não cabia, cortavam.

58

Natálio Luz. Como o senhor vê a reportagem fotográfica no jornalismo de Juiz de Fora atual?

Jorge Couri. Sinceramente, vejo algumas fotos boas, mas não sei... Tem um rapaz que trabalha na *Tribuna de Minas* que é muito bom, o Roberto Fulgêncio [cuja carreira foi iniciada por Jorge Couri no *Diário Mercantil* em 1977]. Ele é muito observador, sempre pega um ângulo diferente. Mas, penso que, atualmente, as fotos do jornal não têm valor nenhum. Não são imagens que falam, são fotos que precisam de legenda.

Antônio Maria. No carnaval de 1976, o que aconteceu com você? É verdade que um policial lhe deu um choque?

Jorge Couri. Foi durante a *Corrida da fogueira*, que acontecia no bairro Mariano Procópio. Tive uma sorte danada. A chegada era na avenida Rui Barbosa, em frente ao Museu Mariano Procópio. Enquanto me preparava para fotografar o vencedor, vi, naquele exato momento, que um policial esbarrou no primeiro colocado, o quepe caiu e registrei o flagrante. Mas o corredor continuou em primeiro lugar.

Sérgio Bara. Descobri o que era retícula quando tinha 10 anos de idade. Não conseguia entender como as fotos eram impressas. E foi através de uma foto sua que descobri que retícula era aquela graduação de cinza.

Jorge Couri. Para fazer uma foto, naquela época, era preciso sensibilizar o vidro: punha-se a gelatina no vidro e colocava na rotativa para espalhar, e assim era feito o negativo, para depois jogar no ácido, para corroer. Os pontos brancos saíam e os pretos não. Ficava toda furadinha... Aquilo depois era pregado na madeira, de acordo com o tamanho; punham-se uns preguinhos do lado para fixá-la numa madeira, que depois ia para paginação. Era uma mão de obra danada, não era uma coisa rápida, era um processo demorado e insalubre, pois havia muitos ácidos fortes; geralmente o pessoal que trabalhava com isso sempre tinha problemas de saúde. A seguir, vinha a paginação, que era feita com chumbo. Copiava-se a matéria, de acordo com a lauda, depois tirava-se uma “folga”. A revisão era feita e, em seguida, era tudo levado para a

rama e, finalmente, para a impressora. Às vezes, aquilo caía, e era uma mão de obra danada... Era diferente, rodava o jornal [em linotipo] com tinta preta.

59

Sérgio Bara. Você passou um tempo na área de propaganda, que é o segmento onde atuo. Como foi essa sua experiência?

Jorge Couri. A experiência foi mais na área da publicidade. Osvaldo Gouvêa era um agente publicitário muito querido na cidade e administrava tudo. Fizemos muitas inaugurações.

Wilson Cid. A publicidade era a reportagem do factual, por isso Jorge Couri e Osvaldo Gouvêa providenciavam a fita que seria cortada, o padre e tudo o mais. Gouvêa encomendava o discurso e o levava pronto. Comecei a ser contratado para fazer os discursos; ganhava para fazer o texto e, depois, se o discurso fosse publicado, ganhava também na publicação.

Pinho Neves. Você começou falando sobre a ética do fotojornalismo, quando mencionou os suicídios. Como vê o percurso dessa ética?

Jorge Couri. Hoje, é tudo feito na base de computador, com máquinas automáticas. Naquela época, tínhamos um grande amor pela fotografia. Quando o papa João Paulo I faleceu, Wilson Cid telefonou me convocando. Quando cheguei ao jornal, liguei a máquina de radiofoto e fui logo colocando papel virgem para receber as fotos através de sinal. Por incrível que pareça, a primeira e única foto era o papa morto em cima do caixão. Fomos o único jornal do Brasil que publicou a foto do papa morto. Foi muita sorte, e eu ficava satisfeito quando ia à banca de jornal verificar se os demais jornais tinham a foto e via que não tinham.

Wilson Cid. A ética na imagem sempre foi objeto de discussão nas redações. Da época de Jorge Couri até hoje, sempre se discutiu onde está o limite da imagem e onde começa, em função da imagem, o respeito ao leitor, ao telespectador. Essa sempre foi uma grande discussão: onde devemos parar e onde começa a nossa obrigação de informar. Mas sempre houve uma preocupação no sentido de evitar a foto escandalosa. Os fotógrafos chegavam com aquelas fotos de pessoas sem cabeça, sem perna, enfim... Mas procurávamos evitar esse choque para o leitor.

É uma velha e interminável polêmica. Recentemente, houve uma discussão a respeito do austríaco Josef Fritzl, que manteve a filha em um porão por 24 anos. Coisa bárbara. Então, há sempre essa questão: até onde vai a imposição da ética? Essa discussão já existia naquela época e não sei quando vai terminar.

Pinho Neves. Na verdade, quando fiz a pergunta, pensei que hoje vivemos um momento de grande “espetacularização” dos fatos, onde não só o texto, mas também as informações da imagem têm contribuído muito para isso. Penso que, antes, havia certa preocupação com esse tipo de coisa e, hoje, devido à evolução até dos próprios canais de informação, isso está disponibilizado de uma forma direta, talvez com pouco cuidado. Não sou da área, mas, como leitor, às vezes fico chocado com a forma como nos apresentam a informação.

Wilson Cid. Os fotógrafos se sentiam na obrigação de levar o material, os editores escolhiam. Mas sempre houve uma preocupação com o excesso, porque é possível dar a notícia, oferecer a imagem de um acidente com graves consequências, sem detalhes sanguinários.

Pinho Neves. Há algo curioso em seu depoimento: volta e meia, entra a palavra sorte. Você acha que o destino lhe reservou essa direção no jornalismo? E se não fosse jornalista, o que pensaria ser?

Jorge Couri. Quando comecei com a fotografia, me apaixonei imediatamente. Era algo fora de série na época e me aprofundi bastante nos processos fotográficos em todos os sentidos, porque achava que era ouro. Gosto de fazer a fotografia, do processo artesanal. Sentia grande prazer quando via a foto publicada nos jornais: *O Globo* publicava minhas fotos, o *Estado de Minas* também. Esses jornais nos mandavam muitas matérias, porque havia intercâmbio através da telefoto e da radiofoto. Foi isso que me levou a ficar nessa profissão, que, hoje em Juiz de Fora, não é rendosa, talvez no Rio seja, mas aqui não é. O que nos leva a aperfeiçoar a fotografia é ver a felicidade da pessoa quando é fotografada; a tristeza de outra chorando durante algum acontecimento triste; não gosto de ver foto de crianças em situações ruins — quando tinha acidente que envolvia criança eu ficava abalado, mas como era

profissão tinha que me controlar. E com isso, gostei e continuei na carreira. Gosto tanto, que não me adaptei com a era digital. Com o fotógrafo, passava tanto pela alegria quanto pela tristeza. No dia de finados, tinha que ir ao cemitério à procura de algo que chamasse a atenção do leitor. Natal era a mesma coisa, carnaval... E me senti muito satisfeito por realizar essa profissão que abracei. Hoje, queridos colegas, a modernidade suplantou um pouco a sensibilidade, a atenção que se tinha ao fotografar, mas são assim os casos da vida. Eles hoje são novos, vão continuar nisso e não sei aonde vai parar.

Pinho Neves. Outra discussão que sempre vem à tona é a fotografia como arte, “se é arte ou não é”. Quando a fotografia é arte?

Jorge Couri. Fotografia é arte. Tínhamos aqui o falecido doutor Hamleto Fellet, um fotógrafo amador. As fotografias dele eram lindas. Se houver uma exposição das fotos do doutor Fellet, é preciso ver, porque vale a pena. Eram feitas com amor. Ficava meses em cima de uma foto, tudo em preto e branco. A fotografia do doutor Fellet é arte. Quanto a mim, nunca tive oportunidade de fazer arte na fotografia.

Para fotografar é necessário ter sensibilidade e estar atento ao ambiente no qual se desenvolve o trabalho. Para se ter uma ideia, Juscelino Kubitschek, quando era presidente da República, veio ao Cine-Theatro Central para ser paraninfo de uma turma de medicina. Juscelino era um político que não contratava seguranças, e, depois da solenidade, chegou perto dos vários fotógrafos e disse: “Está na hora de vocês ganharem dinheiro. Quem quer tirar fotografia comigo?”. E assim a turma faturou, pois todo mundo queria tirar uma fotografia com ele. Juscelino tinha essa vantagem, era espontâneo. Como governador também foi espetacular. Depois, veio a revolução, e tudo mudou totalmente; ficamos sem condições de trabalhar. Por exemplo, quando chegava, no aeroporto da Serrinha, um presidente da República [general Castelo Branco, que veio a Juiz de Fora em 1966 para a inauguração do prédio da Reitoria da UFJF, na rua Benjamin Constant, 790], faziam um “curral” para os fotógrafos, de onde não podíamos passar.

Pinho Neves. Antigamente, era uma espécie de censura, mas hoje se atribui ao cerimonial; é o cerimonial quem camufla a censura nessas ocasiões.

Jorge Couri. Por exemplo, aquela foto de Jânio Quadros andando de perna torta, este flagrante tinha que existir; Teresópolis, quando houve aquela tromba d'água, muita gente morreu, mas houve o registro de uma cena bonita: um bombeiro carregando uma criança morta e no fundo uns raios de sol. Outra foto histórica: aquela menina queimada pela bomba atômica... São fotos que não precisam de legendas.

Pinho Neves. Na verdade, é um momento de emoção que a pintura não resolve. No século XIX, a fotografia foi muito utilizada, inclusive, pelos pintores impressionistas, por seus instantâneos de modernidade. Acho que a partir daí houve uma grande substituição de linguagem e uma contribuição da fotografia, além do simples registro, para a arte. O brasileiro Sebastião Salgado é um desses que buscam capturar imagens que traduzem não só o fato social, mas principalmente o fato social sob o ponto de vista da arte, do momento, da emoção. Essa é função da arte.

Wilson Cid. Acredito que não se consegue calcular até que ponto vai a possibilidade de uma foto depois que ela perde a paternidade do profissional, nem em que ela pode influenciar ou o que ela pode realizar. Quando uma foto escapa do seu autor, do seu pai, ela passa a ser filha de todos. Um caso interessante aconteceu em Juiz de Fora, na campanha eleitoral de 1965, eleição para prefeito. Um dos candidatos adotou para sua campanha uma foto dele inserida numa fotografia de multidão. Essa foto da multidão foi tirada pelo Jorge Couri, defronte ao edifício Ciampi, naquela famosa marcha de Deus com “padre, família e propriedade”. O candidato aproveitou a foto, inseriu o recorte de seu rosto e fez a propaganda. Os adversários logo procuraram divulgar que aquela foto havia sido tirada no enterro do padre Wilson Vale da Costa, o maior enterro da história de Juiz de Fora. Isso deu um desânimo imenso na campanha; criou um mal-estar tão grande entre as pessoas que admiravam esse padre, que acabou, realmente, influenciando o resultado da eleição. Enfim, uma foto de Jorge Couri, que não foi feita para isso; utilizada de forma diferente daquela para qual foi tirada, teve influência no processo eleitoral daquele ano.

Pinho Neves. Jorge Couri fez poesia com a fotografia; foi pintor fazendo fotografia. O que deixou de fazer em termos de fotografia e o que gostaria de ter feito?

Jorge Couri. Meu sentimento é de realização como repórter fotográfico, pois fotografei quase tudo que aconteceu na minha vida. Só não fotografei a vida mundana, mas o restante consegui fotografar, desastre de avião, de trem, tudo. Como falei anteriormente, na vida, passamos por períodos de alegria e de tristeza. Havia matérias para fazer que me deixavam triste e às vezes o trabalho era bem difícil, como um desastre de avião que houve na serra de Ibitipoca. Para cobri-lo, fui até com o jornalista Carlos Henrique Ângelo, conhecido como Grande. Para alcançar a área da queda, tivemos que andar quatro quilômetros carregando uma mala pesada com os equipamentos, e, quando chegamos, a equipe da Aeronáutica já estava no local e não pudemos fotografar. Mas conseguimos fazer alguma coisa até que nos expulsaram da área. Voltamos com aquele material horrível e o jornal publicou no dia seguinte. Duas coisas sempre me chocaram muito: pedaços de corpos humanos espalhados e casos, como falei, de crianças; estes me deixavam com o coração muito apertado. Alegria senti quando a seleção paulista veio jogar aqui com o Pelé. Foi um *show* de bola no campo do Sport, com estádio superlotado. Fiz muita coisa de carnaval; havia antigamente aquelas batalhas de confete e serpentina, era bom. Fotojornalismo é uma profissão que obriga o profissional a participar da vida da cidade. Mal ou bem, ruim ou bom, mas participávamos da cidade.

Humberto Nicoline. O senhor é uma referência como fotógrafo; é uma escola. Acredito até que se estivesse no Rio de Janeiro ou em São Paulo seria considerado um dos maiores do Brasil, não tenho a menor dúvida. Quem foi sua referência? Entre os fotógrafos, quem já admirou ou admira hoje? Não precisa ser só de fotojornalismo.

Jorge Couri. Humberto Nicoline, Antônio Maria e Alexandre Dornelas, filho do Roberto Dornelas, são ídolos, porque evoluíram na fotografia. É uma turma unida, mas cada um tem que puxar para o seu lado. Têm que se aperfeiçoar, retratar só criança, o outro só casamento, o outro só publicidade. É o que têm que fazer para viver dessa profissão. A fotografia hoje é uma arte, totalmente diferente do trabalho do repórter fotográfico, que, como falei, depende da sorte. O falecido doutor Wilson Lima Bastos, na época em que fiz a foto da pomba, queria que a mandasse para a ONU, argumentando que representava a liberdade.

Ver a foto que mais gostei ser assim elogiada me faz sentir realizado. E isso ajuda muito.

64

Sérgio Bara. Tem uma foto do senhor da qual não esqueço. Num dia de chuva acima do normal, o *Diário Mercantil* publicou a foto de uma pessoa com sombrinha, atravessando a avenida Rio Branco. Ficou maravilhosa. Por acaso era minha irmã, Nádía Bara. O mais interessante é que a foto é praticamente de frente e ela não percebeu ser fotografada. Como ser discreto no fotojornalismo?

Jorge Couri. Quando saímos à rua para fotografar, temos que estar sempre com a atenção ligada, porque pode estar acontecendo alguma coisa interessante que não está na sua pauta, mas que vale a pena registrar. Essa é a sensibilidade necessária. Por exemplo, na avenida Rio Branco, antes daqueles canteiros, aconteciam muitas coisas: choque dos antigos bondes; o bonde que fazia o trajeto do centro até o cemitério municipal trazendo e levando o pessoal no dia de finados; o abrigo de bonde que existia ali. Enfim, eram coisas que foram se perdendo e nos tirando o gosto. Sei lá, tudo foi endurecendo. Tiraram os postes, tiraram os bondes... Tiraram uma coisa que era uma viagem espetacular, uma viagem de contato humano: o homem levantava para a mulher sentar, tinha o condutor. Perdemos um pouco da fantasia.

Pinho Neves. Como vê a evolução da cidade desde o princípio de sua carreira como fotógrafo até agora?

Jorge Couri. Vou fazer uma crítica porque acho que, apesar da avenida Rio Branco ter ficado florida, não havia necessidade do fechamento de tantas ruas com mão única. Eu estava na rua Paula Lima, enquanto vinha para cá, e lá fizeram um “dente” no passeio que impede ultrapassar quem vai para a esquerda. No bairro Santa Helena, criaram uma porção de sinais de “contramão” que não têm justificativa. Não sei qual é a necessidade nisso. A cidade cresceu oca, continua um ovo, porque emprego não se acha. O cara vem para cá, estuda, forma e vai embora. Juiz de Fora atraiu muita gente achando que Juiz de Fora seria um bom negócio devido à Mercedes Benz e às outras fábricas que abriram na ocasião e que agora já fecharam. A cidade cresceu demais; para andar na rua está difícil, para pegar o ônibus está difícil, o trânsito está uma coisa horrível, porque todo

mundo está comprando carro por causa das facilidades que se tem. Juiz de Fora se tornou uma cidade grande, boa para se morar, para se estudar, com essa universidade enorme, mas para ganhar a vida...

Pinho Neves. A cidade está mais feia?

Jorge Couri. A paisagem do Cristo, no centro, e do morro São Bernardo são bonitas, mas a periferia de Juiz de Fora é feia demais.

Pinho Neves. Gostaria de agradecer a Jorge Couri pelo depoimento realmente emocionante a respeito da profissão, pelo profissional de excelência que é, além do ser humano que aqui conhecemos. Penso que Jorge Couri é um ícone da cultura de Juiz de Fora, em função desse amor que tem pela profissão e por tudo que deixou registrado. Certamente, poderíamos continuar conversando e os fatos iriam chamar outros, pois esse depoimento é pequeno em relação à contribuição que Jorge Couri deu para Juiz de Fora, para a cultura da cidade. Encerramos aqui com um compromisso, em nome da Universidade Federal de Juiz de Fora, de tentarmos resgatar a memória do *Diário Mercantil* e sua contribuição, através da recuperação de seu arquivo de negativos. Agradeço a todos que compareceram e aos entrevistadores. A Jorge Couri, agradeço pela oportunidade que nos concedeu.

Jorge Couri. Quero ressaltar a importância da iniciativa da Universidade ao colher esses depoimentos, pois a abertura que a UFJF está dando para Juiz de Fora é muito interessante e importante para a memória da cidade. Aproveito para lembrar sobre o acervo da Carriço Filmes, que está em São Paulo e é espetacular, ou seja, é a vida de Juiz de Fora filmada. Agradeço à minha família, a todos os presentes e aos fotógrafos em atividade, porque o trabalho tem que continuar. Apenas sinto muito que a coleção do *Diário Mercantil* não esteja na Universidade, porque, com acesso aos 72 anos da vida de Juiz de Fora, poderia ser conferido o trabalho que dava fazer um jornal. Hoje é tudo rápido. E que Deus conserve vocês com essa ideia.

Entrevista concedida ao projeto Diálogos Abertos, em 13 de maio de 2008, no Museu de Arte Murilo Mendes. Entrevistadores: Antônio Maria dos Santos Neto; Humberto Nicolini; José Alberto Pinho Neves; Natálio Luz; Sérgio Gattás Bara; Wilson Borrajo Cid.

ertos

ciudad

Me n



MARCOS PIMENTEL

Nasceu em 5 de junho de 1977, em Juiz de Fora, Minas Gerais. Filho da assistente social Elan de Almeida Pimentel e do médico e professor Marcos Alfredo Pimentel, é formado em Comunicação Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e em Psicologia pelo Centro de Ensino Superior (CES/JF). Sua formação como documentarista tem base na *Escuela Internacional de Cine y Televisión de San Antonio de los Baños*, em Cuba, onde leciona desde 2009. Especialista pela *Filmakademie Baden-Württemberg*, na Alemanha, é diretor, roteirista e produtor independente, fazendo cinema, vídeo e televisão. Conquistou inúmeros prêmios em festivais nacionais e internacionais, a partir de filmes como *A poeira e o vento* (2011), *Taba* (2010), *Pólis* (2009), *Urbe* (2008), *A arquitetura do corpo* (2008), *Terra brasilis, terra de gols* (2008), *O maior espetáculo da Terra* (2005), *Biografia do tempo* (2004), *Ilha* (2004), *Nada com ninguém* (2003) e *Cemitério da memória* (2003).

Em televisão, desenvolveu documentários culturais e educativos para a Rede Minas, como as séries *Palavras*, *Caminhos* e *Minas em festa*, exibidas em circuito nacional pela TV Cultura. Marcos Pimentel realizou também os roteiros da campanha de lançamento da TV Cultura Brasil, emissora pública do Distrito Federal. Com o projeto *Além das veredas*, chegou à final da edição brasileira do concurso *Doc TV Iberoamericana*. Atua como um dos diretores do Festival de Cinema de Países de Língua Portuguesa (Cineport), coordenando a cooperação audiovisual entre jovens realizadores. Em Juiz de Fora, por meio da Lei Municipal de Incentivo à Cultura — Lei Murilo Mendes —, realizou o vídeo *Princesa de Minas*, que é a cidade vista e contada através de suas mulheres.

Sobre o trabalho de documentaristas em geral e de Marcos Pimentel em particular, o jornalista João Toledo escreveu num de seus artigos sobre cinema: “[...] Uma interessante demonstração do potencial e do crescimento da produção deslocada dos grandes eixos comerciais. Ainda que alguns dos resultados sejam irregulares, há, em cada um deles, curiosas potencialidades. Mas todos os problemas se tornam pequenos demais diante da beleza avassaladora do curta *Ilha*, de Marcos Pimentel [...]”. Reconhecendo a força e a singularidade de suas imagens, principalmente no que tange à História, acrescentou a respeito do filme: “Um documento poético extremamente pessoal, extraído de memórias e construído também de esquecimento — de lembranças e sensações lavadas pelas ondas que cercam o passado”.

Marcos Pimentel. Boa noite. Agradeço a presença de todos e também o convite do Museu de Arte Murilo Mendes para participar desse projeto fundamental, que busca resgatar e preservar a memória da cidade. Fiquei muito orgulhoso com o convite. Nasci em Juiz de Fora, dei meus primeiros passos aqui e é importante para mim que as minhas raízes estejam fincadas aqui. Escolhi uma profissão em que faz parte viajar e tenho tentado sempre ir aonde há oportunidade de filmar. Tenho feito o possível para dar continuidade ao trabalho de documentarista, o que acarreta inúmeros deslocamentos, às vezes a lugares bem distantes, mas sempre existe em mim a necessidade de voltar às raízes, a Juiz de Fora. Nesse momento, estou fazendo um filme que fala muito de raiz, de essência, dos sentimentos primordiais do homem, e acredito que não conseguiria fazer esse filme em outro lugar que não fosse Juiz de Fora. Mesmo que a cidade não apareça explicitamente no filme, digo sempre que é Juiz de Fora. Para mim, é necessário estar aqui para que consiga falar mais sinceramente desses sentimentos. Sou muito curioso, sempre fui, desde pequeno, meus pais podem comprovar isso, e acho que essa curiosidade acabou por me definir como documentarista. Apesar de parecer uma pessoa muito calma e tranquila, trago uma grande inquietação. Sempre precisei me movimentar, circular, e, nessa busca, passei por diversos lugares e tive diferentes procuras. Sou formado em Psicologia e em Comunicação, mas nunca exerci a profissão de psicólogo. Durante o curso de Comunicação, descobri o documentário, que me possibilitava exercitar a psicologia de uma forma indireta e que me realizava plenamente. Desde então, nunca mais larguei o documentário, respiro isso 24 horas por dia, seja filmando, montando, pesquisando, fazendo ou dando curso, assistindo documentário. Sou um cinéfilo compulsivo de documentários, que, de alguma forma, me possibilitam conhecer pessoas e lugares, ter contato com temáticas que algumas vezes são distantes e outras, muito próximas. O trabalho que procuro fazer é marcado pela simplicidade, sendo os esquemas de produção, na medida do possível, muito simples também. Creio que tudo partiu dessa curiosidade, dessa vontade de olhar o mundo com atenção. Sempre fui observador e procurei exercitar essa característica cada vez mais. Encontrei uma ferramenta de trabalho, a câmera, que possibilita o registro de minhas observações. A caminho daqui, vim pensando sobre

o que iriam me perguntar e como me definir: sou curioso e sonhador. Sempre sonhei muito, corri atrás de todos os meus sonhos e muitos foram realizados aqui em Juiz de Fora; outros, fora. O documentário é minha arte e meu ofício, mas há outra vertente fundamental: a cidade, a paisagem, esse fato estranho de as cidades se modificarem a cada dia. Mais especificamente sobre Juiz de Fora: eu a sinto diferente a cada dia. Acredito que isso se deve muito ao fato de eu sair e sempre retornar; de estar, invariavelmente, com um pé dentro e outro fora. Já tive oportunidades de ficar muito tempo longe, mas tenho um carinho e um amor incondicional por essa cidade. Marcos Pimentel vai surgir através das perguntas que me farão e, se alguém quiser entender um pouco de mim, assista a meus filmes; está tudo ali. É minha forma de expressão. Neles, encontrei espaço para as histórias que quero contar, para trabalhar os temas pelos quais tenho interesse, para buscar os personagens que me interessam. Identifico-me muito com cada personagem que criei e com cada filme que fiz. Ao olhar as expressões de personagens que tive oportunidade de registrar, vejo, em cada uma delas, um pouco de mim. Estou aberto às perguntas para conseguirmos compor esse quebra-cabeça.

Flávia Lima. Como você se vê como autor? Como seria o documentário *Marcos Pimentel*? E, com relação à memória e ao tempo, como você costuma lidar com eles? Como trata seu personagem?

Marcos Pimentel. Comecei a fazer documentário de forma instintiva. Estava na faculdade, cursando Comunicação, quando comecei os primeiros experimentos de vídeo, que eram, curiosamente, de ficção. O documentário entrou como um exercício a mais, mas me senti absolutamente atraído pela realidade e pelo olhar das pessoas que estavam na frente da minha câmera. Isso me fez ficar mais atento às pessoas e às atividades comuns. Desde o primeiro momento fui atraído pelo cotidiano. Meus primeiros passos no documentário coincidem com o período em que Eduardo Coutinho retomou seus trabalhos, filmando de forma mais contínua. Comecei a assistir a essas obras, realizadas de uma maneira muito simples: filmes de entrevista feitos pelo maior entrevistador que o Brasil já teve. A forma de Eduardo Coutinho realizar um documentário é: ou está entrevistando alguém ou está desnudando o processo todo. Observei, vi como era simples, e concluí que daria conta

de fazer algo semelhante. Não estou dizendo que faço filmes como o Coutinho, mas que era o tipo de trabalho possível de ser feito. A partir daí, comecei a fazer experimentações através de “ensaio e erro” e só entendi o que era documentário um tempo depois, após alguns experimentos. Fiquei completamente apaixonado, e acho que Coutinho e João Moreira Salles têm uma importância fundamental, pois foram uma espécie de divisor de águas. Passei a buscar uma forma de contar histórias que tivessem a ver comigo. A estudar mesmo, só comecei depois que já estava realizando documentários, mesmo que de forma modesta e tímida, com os equipamentos aos quais tinha acesso. Quando comecei a entender o que era estilo e que estilo determina como se conta cada história, dei um salto. Mas precisei passar por um momento sem saber disso, para poder entender que a história ficaria com outra cara caso fosse contada de modo diferente. Isso foi fundamental, porque quando se toca na questão da autoria, o documentário é essencialmente autoral, em relação ao filme de ficção, porque a forma como se conta uma história é mais importante do que a própria história. Se o documentário não for autoral, não desperta interesse. Comecei a ter uma grande preocupação com a questão da autoria depois de ter experimentado diferentes estilos, formas e linguagens para contar uma história: percebi que alguns elementos tinham muito a ver comigo e que certas formas de contar as histórias, que experimentei em determinados momentos, me satisfizeram muito, não porque funcionaram, mas porque era a maneira com a qual queria contar aquelas histórias. Experimentei uma forma de linguagem no *Nada com ninguém*, um filme de 2003, que, sob certos aspectos, permanece ainda hoje. Durante esse tempo, meio que sem perceber, também comecei a direcionar a temática dos filmes que fazia.

Essa pergunta colocou bem a questão do tempo e da memória, porque filmo para tentar entender o tempo, nunca para tentar explicá-lo. Quando vou trabalhar qualquer tema, procuro conhecer tudo que for possível a respeito, mas sem ter a pretensão de explicar o assunto, porque senão fica muito didático e vira uma palestra filmada e não uma obra de arte. O tempo está sempre presente no que faço de diferentes maneiras: ou é o personagem do filme, ou é o pano de fundo, ou observo um personagem no decorrer de um tempo, ou me ajuda a contar aquela história. O tempo é um elemento que está presente em praticamente

tudo que fiz até hoje. Neste momento [2008], estou fazendo uma trilogia sobre o que acontece nos centros urbanos, o que vivemos atualmente. Esse tema me fascina. Tenho certeza absoluta que vou chegar ao fim da vida sem ter chegado a uma conclusão sobre o tempo, mas essa procura me instiga e me marca de alguma forma, por isso busco histórias onde o tempo e/ou a memória têm alguma importância.

Quanto aos personagens, realmente não tenho uma fórmula, mas, como se trata da figura mais importante, procuro fazer filmes nos quais as pessoas falam de realidades que já viveram ou vivem, nunca de realidades não vivenciadas. Acho ótima, para uma palestra ou para um debate, a figura do especialista que pode explicar as questões, mas não para estar na tela, porque senão fica essa frieza de alguém analisando um mundo que não é dele, falando com propriedade sobre determinada situação, lugar ou tipo de vida. A única preocupação que tenho é respeitar ao máximo os meus personagens. Estou fazendo um filme sobre um casal de vira-latas que mora e dorme na esquina do Parque Halfeld com a rua Halfeld. Os dois são os protagonistas da história. No momento em que os registro no filme, passam a ser Deus. Procuro fazer isso com todos os personagens, da pessoa mais simples àquela considerada importante.

No documentário *Princesas de Minas* misturo muitas figuras anônimas com personalidades, no universo das mulheres com a cidade, e ainda coloquei, nesse mesmo trabalho, uma mistura das obras do escritor juiz-forano Pedro Nava e do documentarista cubano Santiago Alves. Tirando esses dois exemplos — agora vem o Araulfo Alves, mas essa é uma outra história —, não tenho critério para escolher personagens, porque, em certas horas, o que prevalece é o instinto. Quando tenho dúvida — normalmente fico muito dividido entre a cabeça e o coração — procuro sempre escutar o estômago, porque é ele quem vai me responder. São as vísceras, é o instinto, é alguma coisa que não tem explicação nenhuma. Não se explica o porquê de trabalhar um determinado tema ou com esse ou aquele personagem. E o cachorro, é ele ou não é? É ele. Existem não sei quantos vira-latas por aí, mas aquele é o escolhido. Nos primórdios de *Nada com ninguém* — ainda nem sabia se ia fazer o filme — fui conhecer as pessoas envolvidas e, entre elas, havia o Dionísio, que é a pessoa/personagem que me atrai, não o filho dele que está no filme. Sempre foi assim, as coisas vão surgindo e vou

encontrando no tempo uma forma de organizar tudo, de uma maneira que atenda à minha realização enquanto autor também.

Faço cinema independente, que é totalmente dependente de uma série de coisas. As estruturas a que temos acesso são pequenas, pois fazemos filmes que não vão entrar em cartaz, obras independentes não chegam ao circuito comercial. Temos que aproveitar, a nosso favor, a falta de recursos que sofremos, pois esse fato nos permite contar as histórias que queremos, uma vez que, entre aspas, não temos compromisso com particulares, mas, é claro, temos obrigações com o dinheiro público, temos que prestar contas do que realizamos. Por outro lado, hoje em dia, temos como contar histórias praticamente sem recursos, pois podemos realizar algum produto audiovisual ou um vídeo e, assim, acabamos por exercitar nossa autoria, tornando-nos autores. Isso é usar a deficiência, a carência, a falta de recurso a nosso favor, pois não temos que fazer concessão nenhuma, uma vez que não estamos inseridos nesse grande esquema de distribuidoras, de milhões e milhões de dólares, da Rede Globo etc. Até hoje, o tipo de documentário que faço me possibilitou dizer tudo que quis e estou cada vez mais à procura da minha autoria.

Flávia Lima. O considero um grande documentarista, uma vez que, através de seus filmes, podemos sentir como você percebe o tempo, sua grande questão. É emocionante.

Marcos Pimentel. É bom saber disso, pois essa é a minha intenção. Fiz um documentário sobre um garoto que sonha ser um boxeador famoso. No ano em que ele vai ter a resposta se vai conseguir ou não realizar seu sonho, o tempo, esse espaço bem definido, muda completamente sua vida. Era necessário filmá-lo durante esse determinado período e tentei ao máximo colocar na obra como o tempo modifica a pessoa numa situação de crise. E ainda bem que muda e interfere em algumas coisas. Agora, isso não se deve a mim, deve-se ao tempo.

Rogério Terra. Vamos falar primeiro de algo subjetivo, mais metalinguagem, depois entramos no assunto da produção. Você se definiu como um curioso e um sonhador, e colocou, depois, um terceiro adjetivo: viajante. Acho que o curioso viaja para fora, para o mundo, e o sonhador viaja preferencialmente para dentro. Sonhos são recados que

vêm de seu íntimo, de seu sentimento, de seu instinto, ou o que for. Nos documentários que tenho visto e na literatura a esse respeito que tenho lido, o contraponto entre a objetividade e a subjetividade permeia muitas produções de documentários e, às vezes, a questão não é discutida e polemizada com o merecido vigor. Entrando aqui, no Museu de Arte Murilo Mendes, vi, no saguão, uma exposição de Dnar Rocha com obras de observação da realidade, naturezas mortas, paisagens, casarios, que me fizeram lembrar os primeiros minutos de *Princesas de Minas*, quando são mencionadas obras de Maria Pardos. Nesse momento do filme, você lança um conceito interessante de que talvez a artista estivesse fazendo um documentário da alma e foi colocada uma legenda. Essa colocação me impressionou e por isso essa é a minha primeira pergunta: como definir um documentário da alma, se for possível definir? O que você quis dizer com isso? A segunda parte da minha pergunta é: quando você colocou aquela legenda, de certa forma você estava lançando mão de um elemento, de um recurso que tem sido utilizado em documentário, ultimamente, e que, em alguns casos, substitui o que poderia ser o *off*, a narração, a fala? Já que falamos de autoria, gostaria ainda de saber se no seu filme *Ilha* tem uma presença muito forte da fala, do verbo, não do verbo no sentido didático, explicativo, mas de uma fala poética. Posso estar enganado, mas julgo que uma grande vertente de seu trabalho agrega o verbal à imagem. Se estiver enganado, me perdoe, mas gostaria que comentasse essa utilização da fala, do verbo, seja com legenda ou com a fala.

Marcos Pimentel. Primeiro, Maria Pardos. *Princesas de Minas* é um documentário sobre Juiz de Fora vista através de suas mulheres — uma mistura de figuras anônimas e celebridades — com utilização de fragmentos de suas vidas que acabam contando a história da cidade. Durante a realização do filme, tive um momento de contemplação importante ao conhecer a obra de Maria Pardos, que está no Museu Mariano Procópio. Senti uma intimidade tão grande que comecei a pensar em coisas que já vinham me abordando antes mesmo da realização desse vídeo e que carrego comigo até hoje: o que é um documentarista? Creio que um documentarista é uma pessoa que olha para o mundo com atenção; que está atenta aos grandes acontecimentos do mundo, mas também à beleza das pequenas coisas e aos pequenos momentos do dia a dia, da vida cotidiana, da rotina de trabalho das pessoas; é alguém que con-

segue enxergar bem o mundo acontecendo. E entendo que é possível fazer isso com diferentes ferramentas; não é preciso, necessariamente, estar com uma câmera e um microfone para realizar um registro. Um documentarista pode pintar, escrever, fotografar, esculpir e trabalhar com outras formas de expressão. Ao olhar os quadros de Maria Pardos que mostram pessoas à mesa, pessoas dentro de casa, uma figura pensativa olhando por uma janela, percebi que não há nada acontecendo nas cenas, mas na cabeça de quem olha as pinturas — o espectador — passam muitas ideias. Esses quadros se completam no imaginário do público, e, como me identifico demais com isso, tenho procurado levar meus documentários para esse lado. Naquele momento, senti que Maria Pardos conseguiu fazer o que eu tinha vontade de fazer hoje com Juiz de Fora: registrou a vida daquelas pessoas, que deviam ser de sua família, os criados que deviam ser dela, afinal, ela morou na casa onde é o museu, e por isso acho que é a primeira documentarista da alma da cidade. Essas são pessoas que foram tão fundo no particular, que acabaram sendo globais: trabalhando o objeto com singularidade, conseguiram transcender. Isso, para mim, seria ser um “documentarista de alma”: conseguir enxergar a essência das coisas com que estamos trabalhando. Mas nem sempre isso é possível; por mais que desenvolvamos nosso olhar, nem sempre fazemos gol. Por melhor que seja o time ou a seleção, pode haver placar de zero a zero, como também perder o jogo. Maria Pardos foi uma artista que deu goleadas, por seu trabalho ser muito subjetivo.

Rogério Terra. Subjetivo para Maria Pardos ou para você? Porque quando li “documentarista de alma”, a impressão que tive é que você sugeria que ela estava documentando a alma dela mesma. Essa foi a minha compreensão. E esse foi, portanto, um olhar para si mesmo, que acaba sendo uma forma, também, de documentação e que pode tocar as outras pessoas, pode tocar a realidade, pode tocar o objetivo, porque existe dentro da gente um pouquinho daquilo que todo mundo é. Quando fala “subjetivo” você se refere a ela ou a você?

Mauro Pimentel. Essa é a minha leitura do que Maria Pardos fazia, que é a única que posso ter, pelo acesso que tive a arquivos e documentos, pelo que soube das coisas que fez e de como trabalhava essas cenas.

Mas creio que, direcionando isso para mim, essa questão do subjetivo e do objetivo no terreno do documentário rende uma série de discussões interessantes. O documentário surgiu como forma de registrar a ida a algum lugar para mostrar determinada situação, como registro, num primeiro momento, daquilo que estava longe, do que era exótico, e depois outras coisas passaram a ser registradas. Descobriu-se, mais tarde, que não era necessário ir tão longe para achar coisas tão exóticas, como diferenças e questões sociais, problemas das cidades que estavam se transformando nos primeiros anos do século XX. Então, creio que o documentário nasceu dessa preocupação em buscar algo distante ou da necessidade de registrar uma realidade que, longínqua ou próxima, não nos pertencia. Através de uma série de filmes que se apegavam a coisas mais subjetivas e a questões menores, descobriu-se que era possível olhar para o lado, retratar e mostrar uma realidade tão bela e interessante quanto aquela retratada em filmes de desertos de gelo, de meninos em greve ou de carvoeiros... Essa é uma questão fundamental, porque o documentário, hoje, é encontrado mais na primeira tendência, apesar da existência desses dois tipos de filme. Isso se torna um problema e uma armadilha, porque corremos o risco de julgar equivocadamente, já que aquela realidade não é nossa e também porque acabamos por exercitar pouco o olhar sobre nós mesmos.

Se tomarmos os documentaristas brasileiros, podemos verificar que a grande maioria versa sobre a força que a favela tem dentro do documentário nacional. No Brasil, por melhores que sejam as intenções dos realizadores, sempre corremos o risco de cair num julgamento de valor equivocado, por não vivermos aquela realidade e também por conhecer pouco sobre nós mesmos. E, na maioria dos casos, são filmes de pessoas que não se conhecem, falando de realidades que não lhes pertencem: é o encontro de duas ignorâncias. Então, a possibilidade de se cometer um equívoco é muito maior: 98% dos documentaristas brasileiros devem pertencer à classe média; nos 2% restantes, temos uma série de experiências de TVs comunitárias, de oficinas de vídeo de periferia, e temos João Moreira Salles [diretor de *Nelson Freire* (2003), *Entreatos* (2004), *Santiago* (2006)], que é filho de banqueiro. O restante, a esmagadora maioria, pertence à classe média. No entanto, encontramos poucos filmes que falam da classe média, e, por isso, *Opinião pública*, de

Arnaldo Jabour, é um clássico até hoje, retratando muito bem a classe média num momento em que praticamente não existiam filmes desse tipo. Isso demonstra um pouco a necessidade do exercício de olhar para si mesmo na busca do que está dentro de nós.

Num primeiro momento, é difícil e complicado buscar financiamento para um projeto pessoal, porque temos que convencer as pessoas que nossas questões podem interessar não só a nós mesmos e à nossa família, mas a outros. Entretanto, essa dificuldade e essa complicação não inviabilizam o processo. *Ilha* é um documentário que tem locução diferente do tipo que encontramos na maior parte dos documentários: é um 16 mm, feito em Cuba, com uma série de reflexões sobre a memória e sobre a estranha circunstância de eu me ver cercado de água por todos os lados. Vivi esse estranhamento lá, e muito me lembrou Juiz de Fora, que não tem mar, mas essas belas montanhas me provocam a mesma sensação que a água em Cuba. O que quis fazer naquele filme foi escrever uma espécie de diário/filmagem: saía com a câmera — eu mesmo fotografei tudo —, filmando e escrevendo o que estava sentindo durante aquele momento. Depois, transformei todas aquelas anotações tortuosas do processo de filmagem num texto em que, na verdade, alguém sussurra, falando consigo mesmo sobre as dúvidas que tem perante aquilo que está fazendo. Foi uma forma de trabalhar em *off*, diferente dessa forma condenada, dessa voz de Deus, dessa voz que tudo sabe, dessa pessoa onipresente que pode entender tudo, que sabe números, que sabe estatísticas, e que pode explicar tudo, como acontece na maior parte dos documentários televisivos de hoje. Essa foi a forma que encontrei; não escolhi isso para seguir o que Bernardet [Jean-Claude Bernardet] falou, mas sim porque julgava ser esta a linguagem que cabia naquela história que queria contar.

Quanto à força verbal presente em alguns trabalhos que realizei, pergunto a mim mesmo se não é cedo para definir o que vai ser representativo ou não dentro daquilo que é ou será uma obra algum dia. Por exemplo, estou fazendo quatro trabalhos que não têm palavra alguma, que são *A arquitetura do corpo*, em torno do universo do balé, e a trilogia urbana, uma espécie de poemas visuais. Em *O maior espetáculo da Terra*, a palavra também se esvai no meio da narrativa, o que, aliás, já vinha acontecendo desde *Nada com ninguém*. Foi experimentando essa forma

de filmar que cheguei ao momento que estou vivendo hoje, sem saber se vou continuar assim, se isso vai ficar; não tenho essas respostas. *Princesa de Minas* tem uma série de entrevistas e muitos textos. Em *Sobreviventes*, duas criancinhas, uma de um bairro residencial e outra de uma grande favela, falam o tempo todo, com a câmera seguindo-as.

Fiz diferentes trabalhos e tenho dificuldade em dizer que achei meu estilo, pois fiz tanto coisas subjetivas quanto objetivas. Tenho procurado cada vez mais tratar de pequenas questões e tenho precisado caminhar cada vez menos para realizar meu trabalho. A cada dia, meu interesse está mais próximo do meu cotidiano. Há também essa loucura de ter que conciliar sobrevivência financeira com satisfação autoral. Estou vivendo um momento muito especial, pois, em 2007, consegui aprovar cinco projetos, o que, tenho absoluta certeza, nunca mais acontecerá na minha vida. Por causa dessa aprovação maciça, vou poder, por um curto período da minha carreira, fazer somente o que gosto e o que quero, mas, como sei que isso não será para sempre, tenho que buscar outras atividades. Tenho tido sorte de encontrar, dentro da área de audiovisual, que é muito grande, outras possibilidades; faço muitos roteiros para o *Festival de Cinema de Países de Língua Portuguesa*; já fiz uma série de trabalhos para a TV Cultura; estou roteirizando o trabalho de outras pessoas e realizo oficinas. Essas foram as formas que encontrei de conciliar as oportunidades, e não posso reclamar, uma vez que tudo tem acontecido num ritmo muito mais rápido do que pensei. Mas, como todos sabemos, há muita incerteza na área.

Carlos Pernisa Jr. Em *Cemitério da memória*, filme que me é muito caro, há duas questões importantes da sua obra: a cidade e a memória. Você já falou sobre ambas, mas não claramente como as duas se fundem no seu trabalho. Poderia falar um pouco mais a respeito?

Marcos Pimentel. *Cemitério da memória* foi um momento muito especial da minha vida. É uma obra que fala, através de imagens de arquivo, sobre a vida cotidiana no século XX; imagens caseiras, na sua maioria, e todas elas feitas em Juiz de Fora, o que nos permite acompanhar o crescimento da cidade de 1920 até final do século. Foi bastante trabalhoso encontrar essas imagens que estavam perdidas, que não fazem parte do acervo de museu algum, que não estavam catalogadas

em nenhuma instituição. Foi um exercício de detetive descobrir quem filmava naquela época, quem tinha câmera etc. As fontes eram os filmes de 16mm, os documentários de João Gonçalves Carriço, além de filmes Super 8 com registros de famílias. *Cemitério da memória* traz à tona o lado caseiro, os pequenos grandes registros que são fundamentais para a história de qualquer lugar. O título vem de minha intenção em mostrar que um rolo de filme é um cemitério de memória.

Numa cinemateca ou onde quer que estejam armazenados filmes, em cada fotograma se tem um pouquinho da memória daquele lugar, daquelas pessoas que foram retratadas e tudo isso é tão importante quanto qualquer tipo de história que se possa mostrar. São registros da história oral e da história não oficial, pois a História não é formada somente por personagens e acontecimentos grandiosos, todos a fazemos cotidianamente. Foi fantástico ver a cidade se modificando. Como a montagem é cronológica, em cada uma dessas imagens antigas, encontramos, por exemplo, um vestido, um penteado, uma arquitetura de fundo, uma família fazendo piquenique, coisas que não existem mais porque aquela cidade, infelizmente, também já não existe mais. Como a Juiz de Fora de amanhã vai ser diferente dessa na qual vivemos hoje e que já é diferente daquela de ontem. Atraiu-me muito a possibilidade de pegar um monte de material e mostrar que tudo aquilo é História. Esse filme traz colagens de diferentes materiais, de diferentes formatos, de diferentes épocas, entrecortadas por áudio de arquivos, por músicas e fragmentos de composições de juiz-foranos, trechos de poesia de autores locais. Todos falam da vida cotidiana, e o único momento do filme em que se aborda algo maior acontece quando é feito o registro do golpe militar brasileiro [1964], mas o enfoque dado é o das ruas de Juiz de Fora e o que acontecia com as pessoas presentes naquele momento.

Em *Cemitério da memória* eu estava preocupado, durante todo o tempo, em captar a beleza das pequenas coisas para, através delas, contar a história. Voltei minha atenção, e, conseqüentemente, a de quem assiste ao filme para a beleza das pequenas coisas da vida, de personagens que não são notícia de jornal. Não há um só registro de acontecimento ou pessoa do tipo “esse homem pisou na Lua”; ninguém que figura no filme descobriu cura para doença alguma ou realizou grandes invenções, mas cada um contribuiu, à sua maneira, para que a história continuasse

acontecendo. A cidade está aí e o que fazemos hoje é sair registrando tudo, e, dessa forma, acabamos por trabalhar com realidade — não que o filme de ficção não o faça, o faz também ao reproduzir determinada época em que a história narrada se passa, mesmo que seja apenas como pano de fundo —. No documentário, isso acontece e, nem sempre, se dá conta desse acontecimento. Como viajo muito e sempre volto a Juiz de Fora — minha residência é aqui, moro com meus pais —, a cada retorno me chamam a atenção as diferenças que percebo na cidade: lembro que, quando foi aberto o posto de gasolina na esquina da avenida Independência com a rua Padre Café, havia dois meses que eu estava fora da cidade e quando passei por ali me desconcentrei completamente até perceber que havia uma nova luz naquele lugar e que a esquina não era mais aquela que conhecia. A cidade se modifica a cada dia, e um pouco de cada um fica nesses lugares. Qualquer pequeno ato merece ser registrado para que possamos ter cemitérios de memória espalhados em diferentes partes da cidade.

Hoje, vivemos uma revolução muito grande com o vídeo digital, com as câmeras cada vez mais compactas e leves, com um custo cada vez mais acessível e com um número cada vez maior de pessoas participando do processo com filmagens e gravações. Lidamos também com o problema da banalização, mas essa é outra coisa. Com um celular pode-se registrar tudo e ainda colocar no *Youtube*, mas registros feitos dessa forma são apenas fragmentos de memória perdidos por aí. Atualmente, é possível reunir registros audiovisuais de uma pessoa desde o dia de seu nascimento, aliás, desde o ultrassom da gestante, passando pela gestação, pelo parto, os primeiros passos e as primeiras festinhas de aniversário; enfim, tudo que aconteceu na sua vida até a sua morte. Um exercício curioso seria uma pessoa gravar o próprio filho até um determinado momento e depois entregar essa responsabilidade para o neto para que ele continuasse registrando a vida do pai daquela metade do caminho até o final.

Tudo é registro, é memória. É também o imaginário da cidade. Quando trabalhamos no universo dessas pequenas coisas, acabamos por registrar uma parte afetiva da cidade e daquilo que estamos vivendo. Num dos filmes da trilogia, *Urbe*, tento captar e registrar o imaginário e a essência de uma cidade. Os dois primeiros episódios dessa mesma

trilogia são muitos centrados nas mudanças que as cidades vivenciam hoje, na interferência disso na vida de cada um e como grande parte dos problemas das pessoas decorre dessas mudanças. E o último episódio mostra o que o progresso não vai matar e nem nos roubar: a essência do ser humano, representada por valores como vida, morte, amor, paixão, fé, dor, sofrimento, esperança, os quais, a meu ver, precisam ficar registrados.

Carlos Pernisa Jr. No meio de tudo isso, há o olhar de alguém que está participando do que está acontecendo. Queria que falasse um pouco sobre o resgate de fragmentos e pedaços de vidas de outras pessoas, que é o caso do Dziga Vertov, para montar uma história, que, de certa maneira, é sua, mas também não lhe pertence em sua totalidade porque muita coisa lhe escapa. Acredito que boa parte desse material que você capturou tenha sido rasgada ou perdida e, apesar disso, lhe coube montar as histórias. Como foi e como é esse desafio?

Marcos Pimentel. Isso é sempre muito instigante, até arrepio quando tenho um trabalho de montagem com esse tipo de material. Não há como não pensar em Vertov o tempo todo, porque depois de *Um homem com uma câmera*, realizado em 1929, é difícil chamar algo de “novo”. E me espelho muito, não só nesse filme, mas em todos os que fazem parte das sinfonias das cidades, naquele momento em que elas estavam se modificando e que comparo com o processo que vivemos hoje. Acho perfeito e fantástico trabalhar dessa mesma forma, agora, no tempo em que estamos vivendo. *Cemitério da memória* é dedicado a Dziga Vertov e a Rachel Jardim, exatamente porque tanto a mudança quanto a permanência das cidades são um ponto muito forte nesse filme. Foi fundamental dedicar o primeiro filme que fiz em 35mm a essas duas pessoas que foram cruciais na formação da pessoa que sou hoje e que seria, sem dúvida, completamente diferente se não tivesse lido os livros da Rachel ou visto os filmes do Vertov. Alguns outros documentaristas também me influenciaram e, hoje, penso que são até mais fortes e mais presentes em mim, mas com Vertov foi amor à primeira vista. Até hoje busco cada fragmento de descobertas a respeito dele e tenho feito de tudo para ir atrás disso na tentativa de entendê-lo o melhor possível. Por sorte, deixou muitas coisas escritas, que também são um caminho interessante para se compreender tudo o que fazia. No material de

Cemitério da memória realmente havia coisas mofadas e irrecuperáveis, mas o que está no filme é a pontinha de um *iceberg*. O material descoberto é vasto e rende vários outros trabalhos.

Quanto ao desafio de montar uma história através de fragmentos de histórias de outras pessoas, é necessário organizar porque é imprescindível que se tenha autoria, uma vez que é possível falar da vida cotidiana de uma ou de várias pessoas de 500 formas diferentes. Não dá para esquecer a questão da autoria em momento algum, e é necessário se organizar, porque, na maioria das vezes, é durante a montagem que nasce esse tipo de filme. Estou realizando um trabalho bastante atual, sem nenhum material de arquivo, mas que não deixa de ter as mesmas características, uma vez que estou capturando fragmentos de vidas que estão acontecendo na cidade e organizando sob a ótica de quem conta o filme — neste caso eu e a equipe —, de quem fotografa, produz ou monta. Todos contribuem e interferem na história. O fundamental é registrar e tentar encontrar histórias com esse conteúdo. Depois de Vertov, vários filmes foram feitos com características semelhantes às de *Um homem com uma câmera*, mas o dele é este, não os outros.

A autoria continua a ser fundamental, porque está cada vez mais raro encontrar histórias que lhe “peguem” de verdade. Há tanta informação, tanto sendo produzido de todas as formas, que sinto uma espécie de esvaziamento e creio que, por isso, devemos privilegiar a história, a forma como contamos essa história e como retratamos aquela realidade. E não estou falando da forma estética, e sim do tratamento a ser dado àquela história e àquela realidade. Uma coisa é fazer um arquivo, outra é fazer um filme com material de arquivo. Ambas são fundamentais: é necessário cuidar, manter, resgatar e acondicionar de maneira devida e adequada os materiais; é vital ter uma visão da memória, um museu da imagem e do som; é fundamental preservar coleções privadas de registros de memórias. Entretanto, assim como são necessários os guardiões dessas instituições, desses lugares e desses materiais, é preciso que haja pessoas que contem histórias a partir desses arquivos, fazendo arte a partir desse material. Já devo ter falado esta noite mais de dez vezes em arte, mas não me considero um artista. Trabalho num meio onde muito se confunde indústria e arte. O que é entretenimento, indústria e arte? Creio que quanto mais escutamos nosso dom, mais perto da arte

estamos. Devido às condições que temos para trabalhar hoje em dia, é fundamental fazer opção entre essas duas vertentes.

Uma discussão que está sempre presente em todos os acontecimentos dos quais participo é a dificuldade que os filmes brasileiros têm de se enquadrar no exterior. Fernando Meirelles e Walter Salles são dois grandes referenciais do Brasil, mas nem todo filme consegue ter o tamanho desses dois realizadores. Há também os filmes que não são feitos por eles e que, apesar de terem grande orçamento, não conseguem distribuição no mercado de arte europeu, que é um mercado que possibilita viajar muito e, até certo ponto, é bastante rentável.

O filme *O ano em que meus pais saíram de férias* é um caso especial dentro dessa safra, porque dificilmente há um filme cujo orçamento não é tão exorbitante e que tenha um resultado e uma fatura interessante que permitam repercussão lá fora. Hoje em dia, vemos que os filmes argentinos estão custando menos da metade da média das produções de longa-metragem nacional e têm conseguido boa aceitação no exterior, dando bom lucro. Apesar de o Brasil estar num momento financeiro melhor e mais estabelecido que o argentino, os filmes da Argentina têm conseguido resultados infinitamente melhores do que os brasileiros, porque aqui, com sorte, se termina um filme sem dívida, e aí não restam recursos para distribuição, publicidade, lançamento... Se o filme custou muito dinheiro, para chegar a ter lucro terá que ter muito retorno. A lógica é financeira. Este é um problema que nosso país vive hoje em dia e que tem sido identificado e discutido nos festivais daqui e de fora. A Argentina está supercentrada e o México conseguiu separar melhor do que nós arte e indústria. Vivemos uma crise de identidade, estamos vivendo o grande cinema brasileiro, os longas-metragens, as grandes produções que estão muito distantes de tudo que falamos aqui hoje.

Papaulo. No início desse depoimento, ficou bastante claro seu amor e sua paixão por Juiz de Fora e como seu trabalho está costurado e pontuado nesta cidade. Queria, então, que você, um jovem já com realizações interessantes e com resultados surpreendentes, falasse para os jovens em formação sobre a sede do conhecimento e da realização; sobre o profissional que atua na cidade e aquele que está chegando. Com o surgimento das novas ferramentas de registros de imagens, como vê

o futuro dos profissionais que trabalham na área? O celular registra e grava, às vezes, fatos contundentes e sabe-se a força dessas imagens. O que significa isso? Você acredita, por exemplo, no cineasta solitário? Isso é a banalização ou há chance de ser uma nova ferramenta de diálogo e interatividade?

Marcos Pimentel. Primeiro, vamos falar sobre Juiz de Fora, que, de certa forma, é a cidade de todos nós. Fernando Fiorese tem uma colocação muito interessante e que não me sai da cabeça: “Juiz de Fora tem que parar de expulsar seus artistas”. Pelas características da cidade, a um determinado momento, muitas pessoas se veem obrigadas a optar entre ficar ou sair de Juiz de Fora, ao se perguntarem que tipo de possibilidades a cidade lhes oferecerá ou do que terão que abrir mão caso permaneçam. Muitas resolvem procurar novos rumos fora. E isso é muito forte na nossa área, porque aqui não tem um mercado bem estabelecido para o trabalho que possui valor cultural. Se existe mercado publicitário em Juiz de Fora, Papaulo deve saber muito melhor do que eu, pois conhece a área muito bem. Agora, existem várias pessoas que se adaptam a essa situação, e que, para permanecerem aqui, dizem que vão tentar transformar a cidade.

Temos que aprender a encontrar uma forma de conciliar sobrevivência financeira com realização autoral. Como o campo do audiovisual é muito amplo, existem meios que tornam possível trabalhar diretamente com aquilo que traz recursos para sua sobrevivência, e, paralelamente, tocar seus projetos pessoais. O fantástico dos dias de hoje é ser possível trabalhar em qualquer lugar, graças à internet, ao correio e à telefonia celular. É cada vez mais comum encontrar pessoas que estão em sítios ou em fazendas escrevendo roteiros para 500 lugares diferentes. Um exemplo banal: aquelas vinhetas de animação que veiculam na Rede Globo durante todo o ano — em janeiro, é tradicional a do *Big Brother Brasil* — são feitas em Uberlândia. Maurício Ricardo, o autor, mora e faz tudo lá e depois manda para o Rio. Faço muitos roteiros e os faço de qualquer lugar; viajo apenas para uma reunião com o cliente, com a agência ou com a produtora, e também para receber; mas faço a pesquisa e o texto de onde estou. Se a vontade for estar em Juiz de Fora, é possível, dá para fazer tudo isso estando na cidade. Cresci escutando que a posição geográfica de Juiz de Fora é interessante, que é

praticamente um triângulo entre Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. Isso não é só papo de planejamento estratégico, é uma realidade.

Quanto à segunda parte da sua pergunta, com muito custo fizemos filmes e conseguimos colocá-los nos festivais. Eram obras que continham muitas coisas exóticas porque eram feitas num esquema de produção fora do eixo das capitais e víamos muitas experiências do interior do Paraná e daqui da cidade. Hoje, já não acontece assim, pois os meios estão cada vez mais acessíveis e as pessoas estão produzindo bastante e, como o volume de produção cresceu demais, alguns filmes conseguem chegar a alguns lugares. Penso que não se tem que ter medo de coisa alguma, tem-se que “peitar”; insistir se for o que se quer. Insista sempre, uma hora acontece! Com relação aos novos meios, tudo está cada vez mais barato e mais fácil. Fala-se muito da democratização dos meios de produção; essa é uma expressão de ordem. Acho fantástico possibilitar a um número cada vez maior de pessoas realizações que antes eram impossíveis. Nessa área de vídeo e filme, é impressionante o número de profissionais que estão atuando forte em todas as partes, principalmente em Juiz de Fora. Até brincamos que Juiz de Fora é a cidade com o maior número de cineastas por metro quadrado; cada vez que volto de viagem, tem mais uns 15. É impressionante.

Por outro lado, creio que as facilidades acabaram levando um grande número de pessoas a cair numa espécie de banalização do processo. As pessoas estão se esquecendo de que estão ali contando histórias. Como as fitas e equipamentos estão cada vez mais baratos, não existe mais preocupação com o custo de material; então, as pessoas saem e filmam durante horas e horas e, quando vão editar suas 500 horas de filmagens, descobrem que falta plano. E falta porque investigaram e pesquisaram com a câmera ligada, filmando o tempo todo; quando terminam de rodar, é, na verdade, quando deviam estar começando a filmar. Isso banaliza o processo, uma vez que é necessário um critério, mesmo que este critério seja a falta: “Nesse filme, vou me entregar ao azar, vou sair registrando qualquer coisa, porque essa ideia tem que ser assim; farei horas e horas de material, porque preciso mostrar esse tipo de fenômeno e sua transformação”.

Gosto muito de fotografia, e cada vez mais do estilo estático. Um fotógrafo húngaro anterior a Cartier Bresson, Andre Kertész, fez

uma série de fotografias, nos anos 1910 e 1920, que me diz muito a partir de temas bastante simples. Andre tinha um método curioso: sempre que saía para fotografar, levava a máquina com um filme de 12 poses apenas, porque aquelas 12 poses garantiriam que só teria 12 oportunidades de fazer uma boa foto naquele dia. Assim, se obrigava a não tirar fotos ao acaso. Isso era fundamental para o tipo do trabalho que Andre desenvolvia. Hoje, fazemos exatamente o inverso. Com as máquinas digitais, tiramos fotografias a esmo; se o resultado fica ruim, apaga.

Papaulo. Então, você acredita, como eu, que pela facilidade, baixo custo e acessibilidade, o desafio é muito maior?

Marcos Pimentel. Com certeza. Temos de juntar as duas coisas: primeiro, usar tudo de bom que essa democratização permite, mas sempre lembrando que há de haver autoria no processo. Tem-se que pensar como antigamente, há uma história a ser contada da forma que se escolher, mas há de se contar uma história. Um amigo meu tem uma dessas câmeras digitais que permitem filmar seis, dez ou 12 segundos anteriores àquilo que foi gravado. Esse dispositivo do equipamento está sempre gravando e apagando constantemente e isso pode ser muito útil. Por exemplo: um raio que não se sabe quando vai cair. Caiu, aperta-se o botão e já vale os seis segundos anteriores ao momento em que você deu o “rec”. Alguém caiu ou fez um gol, sei lá, isso pode ajudar. Bem, certo dia, esse dispositivo estava com problemas durante vários testes que estávamos fazendo e esse fotógrafo amigo estava muito preocupado, reclamando o tempo todo do defeito do equipamento: “Poxa! Não era para ser assim, e agora?”. Respondi: “Esquece isso. Quantos milhões de filmes foram feitos sem esse recurso? Você acha correto filmar o passado?”. E eu ficava brincando: “Hoje, vamos filmar o que aconteceu ontem? Não tem como, tinha que dar mesmo problema no equipamento”.

Passando para a última parte da pergunta, o que tenho a dizer para essa turma nova é o seguinte: entendam bem aquilo em que estão trabalhando. Encontrem o processo que querem realmente, e aí não tem fórmula, cada um vai fazer de um jeito. Todos trabalhamos de formas diferentes, experimentamos isso em tempos diferentes. Cada um vai encontrar o seu jeito de fazer e, encontrando, não esqueçam que a autoria é tudo. Aliás, sempre foi e, como hoje está prejudicada,

é superimportante que a resgatemos. Claro que podemos contar histórias diferentes; pelo celular ou até pela câmera de vigilância. Mas as facilidades atuais têm que ser usadas a favor da história. Não experimentar por experimentar. Escolher, ter critérios nas suas decisões, isso é indispensável. Pensar como realizador, isto é, como alguém que está contando uma história. O que fazemos é contar história com imagem, vídeo e áudio. Isso não pode ser perdido de forma nenhuma em tempo algum. Temos que ter muita consciência daquilo em que estamos trabalhando, como também o que cada tipo de história pede, porque a questão não é somente misturar os formatos. Claro que podemos fazê-lo para testar linguagens. Com uma câmera limitada, é possível contar uma história que deveria ser feita em 35mm; vai ficar tosco, mas é possível. Hoje em dia, os formatos são um grande desafio. Na internet, encontramos uma infinidade de material, pode-se “baixar” 500 coisas e é possível reproduzir imagens de diferentes formas, mas não podemos esquecer que é preciso haver um realizador por trás de todo o processo, mesmo que seja uma só pessoa. Inclusive, essa é uma categoria de festival: filmes de um homem só. Mas essa pessoa tem que pensar, tem que ser realizadora. Isso será o diferencial.

Papaulo. Você trabalha assim: independente e totalmente autoral. Fiz uma participação pequena no *Princesas de Minas* e pude perceber, durante o tempo todo, que o filme era seu.

Marcos Pimentel. Gosto de dividir tarefas, mas acho que alguém tem que estar sempre presente para organizar constantemente todas as etapas do processo, senão tudo se perde. Trabalhando sozinho ou numa equipe, seja esta grande ou reduzida, o filme tem que ser, de alguma forma, contado por uma pessoa ou por uma dupla. Pode até ter mais pessoas, o que dificulta muito, mas tem-se que extrair o melhor de cada um em cada posição que se ocupa.

Beto Campos. Gostaria de saber sobre o Cineporte e seu contato com a cultura da língua portuguesa, experiência que vem se intensificando de alguns anos para cá.

Marcos Pimentel. Essa tem sido uma experiência brilhante e fabulosa. Mas, no Brasil, temos problemas com a distribuição dos filmes.

As salas de cinema são muito poucas e as produções norte-americanas ou aquelas que pertencem aos grandes estúdios cinematográficos dominam a maior parcela do mercado. Temos aqui, aproximadamente, 2 mil salas de cinema, o que é muito pouco para um país com dimensões continentais, o que faz com que tenhamos acesso a pouco do que vem dos países de língua portuguesa. E isso acontece não somente no que diz respeito ao cinema, mas com toda a indústria cultural. Sei que perdemos maravilhas e que já podíamos ter sido influenciados, bebido da água, do caldo cultural desses países há muito tempo. O que senti nos cinemas de países de língua portuguesa foi exatamente a barreira cultural. As profissões são muito diferentes e, infelizmente, produtos muito instigantes não chegam até o público brasileiro, da mesma forma que os nossos filmes não chegam até lá. Chegam telenovelas, porque as pessoas sabem tudo sobre os atores de televisão, mas não conhecem nossa cinematografia. Por lá, chega um filme ou outro; *Cidade de Deus*, por exemplo, mas dificilmente verão *Feliz é Martinho da Vila*, que, há muito tempo, já milita sob a bandeira da lusofonia e que aproveita suas viagens para percorrer esses países que tanto têm a ver com a nossa cultura.

Fiquei impressionadíssimo quando cheguei a Cuba ao ver como são infinitas as semelhanças com o Brasil, e, quando cheguei a Cabo Verde, observei que ali eram ainda maiores. Gostaria de ter tido essa percepção há muito mais tempo. Tenho adorado fazer esse tipo de trabalho porque me renova e me coloca em contato com diferentes pessoas, de países diversos, uma vez que há uma rede de festivais que proporciona inúmeros tipos de contatos e conhecimentos. Esse modelo de festival já devia ter nascido há mais tempo para que o público tivesse acesso aos filmes produzidos, pelo menos pelos locais por onde o festival passa. Festivais são fundamentais.

Também é indispensável movimentar e circular sempre, mesmo que seja só para sair um pouco de Juiz de Fora, aproveitar o que há por perto, ir ao cinema, ao teatro, a uma livraria. Mesmo sem compromisso formal, é importante viajar para saber o que está acontecendo. Se não sairmos, perdemos o curso dos acontecimentos e, como nem sempre as coisas chegam aqui, precisamos nos mover até lá. Os festivais procuram resolver essa questão, levando os filmes até onde não chegam. Curtas-metragens não entram em cartaz: os filmes feitos em Juiz de Fora

estreiam, têm um lançamento e depois somem. Quando a população tem oportunidade de ver esses filmes? Quando passarem à meia-noite na TVE ou no Canal Brasil? É difícil. Os festivais, às vezes, cobrem essas deficiências. No Brasil, foram criados vários programas interessantes, mas que, por mais interessantes que sejam, ainda não atendem à demanda existente. No Brasil, cada vez mais, criam-se festivais e fomentos, incentivam produções regionais, através de programas como *Revelando os Brasileiros* e *Doc TV*, para cidades com menos de 20 mil habitantes. Existem pontos de cultura espalhados por toda a rede *Cultura Viva*, e ainda há as instituições que já existiam e que recebem incentivos para continuar desbloqueando seus projetos. O governo incentiva o que já existe, mas ainda assim é pouco. O orçamento da Cultura é praticamente zero. Infelizmente, é muito pouco e a nossa luta é para ver se chegamos a 0,02%.

Cristiano Rodrigues. O documentário é a arte do encontro?

Marcos Pimentel. Acredito que sim, o documentário promove o encontro de um lado de trás da câmera com o lado da frente. Nesse encontro se negocia o tempo todo: com a realidade, com os personagens, com a ética, com a sua consciência. Na verdade, uma das coisas que diferenciam o documentário da ficção é o fato de que a vida do personagem continua depois que o filme acaba. Vários fatores entram nessa negociação, que, se por um lado, complicam, por outro, enriquecem cada vez mais o processo, se soubermos lidar com esses fatores.

No caso específico do *Maior espetáculo da Terra*, eu sabia que existia essa vontade inicial de não fazer entrevista, apesar de ter gravado um áudio com o dono do circo por quase duas horas a fim de ter segurança. Tenho esse material até hoje, mas não o incluí no filme porque achava que realmente não cabia. No Brasil, você é levado a fazer som direto, praticamente todas as vezes, pois a carência das pessoas é tão grande em tantos aspectos que, quando você chega para entrevistá-las, elas se abrem de uma maneira absoluta, não porque queiram aparecer no filme, mas por quererem ser escutadas e por saberem que alguém está prestando atenção no que dizem. Creio que isso é próprio de país em desenvolvimento de uma forma geral, pois não senti isso na experiência que tive em países desenvolvidos, o que, aliás, é fatal: “Não lhe conheço, então não quero falar com você. Não preciso disso”.

Acredito que não podemos impor nunca. É o que falamos no início: o personagem é Deus naquele momento. Ser documentarista também é jogar para o alto todo o planejamento porque a realidade está lhe pedindo alguma outra coisa. Passei por um caso semelhante. Vamos voltar aos famosos cães: começamos acompanhando um cachorro e não teve como não fazer um filme. Ao realizar um documentário, mais importante do que ter planejamento, roteiro, pré-roteiro ou algo semelhante é ter uma questão na cabeça e saber se adaptar àquilo que a realidade está lhe apresentando. É preciso conhecer a essência da história que se quer contar. A realidade é o mais importante. Encontramos, hoje em dia, histórias que são completamente equivocadas exatamente devido a essas decisões. Assisti há pouco tempo um filme sobre uma comunidade em que as pessoas tinham de ser retiradas de suas casas porque a cidade seria alagada. A história foi contada através da estética MTV, como um *videoclip*: pulando e soltando. As pessoas não falam nunca; o tempo inteiro prioriza-se a estética, a forma briga com o conteúdo durante todo o filme etc. Isso não funciona.

Carlos Pernisa Jr. Por que o estatuto do audiovisual não foi aprovado até hoje? Como estão as negociações?

Marcos Pimentel. A esse respeito, estamos vivendo um momento muito estranho. Avançamos muito de uns tempos para cá, mas não foram suficientes as oportunidades que surgiram, e, como tudo se transforma com rapidez, creio que é necessária uma autocrítica imediata para que se consiga, se for possível, propor algo factível. Penso, é claro, que o modelo de produção que temos hoje não se sustenta, mas não devemos abandonar o barco; devemos, sim, insistir sempre na procura de meios com os quais possamos melhorar tudo isso.

Defendi as iniciativas da Secretaria do Audiovisual porque foram um avanço, mas o atraso é tão grande que nada disso foi suficiente. É apenas a pontinha da coisa. Temos muito por fazer, e, para que se obtenha algum êxito, serão necessárias 500 outras mesas de debates e encontros como esse. Fazemos história todos os dias; estamos sempre construindo e propondo algo em busca de uma ideia, de uma resposta, de um possível caminho que possa nos tirar do atraso. Precisamos de mais diálogos culturais entre os países de língua portuguesa, e essa é uma questão maior.

É necessário que haja mais encontros como este: não estamos, aqui, falando especificamente de documentário, estamos falando de arte e cultura, de uma forma geral. Precisamos cada vez mais inserir a nossa cidade no contexto artístico e cultural desse país.

Obrigado a todos que me escutaram falar sobre essas questões que, mesmo indiretamente, acabam interferindo na vida de todo mundo. Penso que um país que não se vê tem maior dificuldade de se reconhecer na tela. Procuo fornecer alguns elementos e algumas ideias que possam ajudar a construir o imaginário dos lugares. Estamos todos, de alguma forma, sempre trabalhando nessa construção.

Entrevista concedida ao projeto Diálogos Abertos, em 29 de janeiro de 2008, no Museu de Arte Murilo Mendes. Entrevistadores: Beto Campos [Carlos Alberto Campos]; Carlos Pernisa Jr.; Flávia Lima; Papaulo [Lúcio Paulo Alves Martins]; Rogério Terra.

bertos

da cidade

ilo M



VERA FARIA

Nasceu em Juiz de Fora, Minas Gerais, em 29 de setembro de 1917. Filha dos médicos Braulina Brum de Faria e Joaquim Simeão de Faria, Vera Faria Medeiros Ribeiro é a primogênita de uma família de 12 irmãos. Estudou no Instituto Granbery, no Colégio Santa Catarina e na Escola Normal Oficial de Juiz de Fora, ingressando na vida pública em 1939, a convite do prefeito Rafael Cirigliano. Aposentou-se em 1976 após 37 anos de serviço. Primeira mulher a ser eleita para a Câmara Municipal, exerceu sua legislatura entre 1964 e 1968. Serviu a 13 prefeitos, encerrando suas atividades públicas na gestão de Saulo Moreira, em 1976. Manteve estreita ligação com Itamar Franco, especialmente à época em que foi sua secretária do Trabalho e Bem-Estar Social em 1973. Contribuiu para a criação de frentes de treinamento profissional como do Clube Educativo dos Engraxates Dom Bosco e a Guarda Mirim de Juiz de Fora. Após encerrar suas atividades na vida pública, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde vive até hoje e dedica-se a uma de suas paixões, a pintura, especialmente em tecidos. Auto-didata, fez questão de ingressar no Curso Superior de Pintura em Tecido e Couro, no Instituto Cultural Brasil-Japão, onde se especializou em batique.

Vera Faria é citada pela professora Rita de Cássia Vianna Rosa em sua dissertação de mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), intitulada *As mulheres de Paraiburgo: representações de gênero em jornais de Juiz de Fora (1964 a 1975)*: [...] “A leitura dos jornais permitiu concluir que Cosette de Alencar estava certa: as mulheres cada vez mais conquistavam espaços profissionais significativos.

Um exemplo se deu na Câmara Municipal de Juiz de Fora, espaço totalmente masculino até 1964, quando Vera Faria, filha do político local Simeão de Faria, foi eleita a primeira vereadora. [...] Ela sentia as dificuldades do mandato ‘porque a mulher, em certas circunstâncias, mais do que o homem, se torna sensível e até revoltada’, mas concluiu que ‘no final, vence, porque a mulher sabe colocar amor, luta, sofrimento e perdão em qualquer atividade que exerça. A vereadora destacou como exemplos de mulheres ao longo da história: Bárbara Heliadora, Joana D’Arc, Rainha Guilhermina, Maria Antonieta, no passado, e Golda Meir, Indira Gandhi e Rainha Elizabeth nos anos de 1960. [...]”.

Vera Faria. Boa noite a todos. Quero fazer um agradecimento especial ao Museu de Arte Murilo Mendes e à sua equipe na figura do pró-reitor de Cultura da Universidade Federal de Juiz Fora, José Alberto Pinho Neves, por este convite. Agradeço aos parentes e aos amigos aqui presentes, incluindo as pessoas que participam desta mesa: Wilson Cid, que considero um patrimônio vivo nacional; Ruth Hargreaves, grande educadora em Juiz de Fora; Denise Paiva, assistente social na antiga Secretaria do Trabalho e do Bem-Estar Social, que reencontro depois de 36 anos; Cordélia Faria, advogada e uma das diretoras do movimento Eubiose no Brasil; e Valéria Faria, artista plástica que conquistou espaço além das nossas fronteiras.

Beto Campos. A Câmara Municipal se faz presente pelo vereador Flávio Cheker.

Vera Faria. Isso é muito importante. Agradeço à Câmara por se fazer representar nesta noite pelo ilustre vereador Flávio Cheker. Espero que me ajude a defender o que é bom e justo para o povo de Juiz de Fora. A luta tem de ser de gerações. Enquanto viver, vou cobrar isso. A gravação de hoje será a prova de que, embora idosa e fora do Legislativo há quatro décadas, estarei sempre presente, cobrando responsabilidade das novas gerações. Aos 92 anos, é uma honra presenciar uma solenidade em que a palavra é concedida a quem já realizou para servir como base para quem quer realizar. Dividi minha vida em etapas. Primeiro, minha formação, os estudos que fiz até chegar à maturidade. Depois, minha participação no Executivo em Juiz de Fora.

Fui convidada pelo prefeito Rafael Cirigliano, meu professor na Escola Normal Oficial de Juiz de Fora, a ingressar no serviço público, onde trabalhei por 37 anos. Depois, fui eleita vereadora pelo MDB [Movimento Democrático Brasileiro], ocasião bastante difícil, em que ousei ser candidata quando nenhuma mulher tinha sido eleita. Tomei a decisão de me eleger porque meu pai, Joaquim Simeão de Faria, tinha sido vereador em duas gestões: primeiro, quando mais novo, e depois, já idoso, época em que o ajudava nos trabalhos. Fui secretária da Executiva Municipal do MDB em Juiz de Fora desde a instalação do partido, ao lado do presidente Fernando de Paiva Mattos, um grande educador. Fui indicada pelo partido, que me considerava uma espécie de líder.

Atuei por uma única legislatura e voltei à prefeitura para trabalhar com o prefeito Agostinho Pestana, e, em seguida, com o então prefeito Itamar Franco, um grande administrador em Juiz de Fora. Costumava ouvir que a cidade tinha duas fases de administração: uma antes e outra depois de Itamar Franco. Sempre trabalhei por ideal. Tinha vontade de ajudar, servir.

Em 1939, ingressei na Prefeitura como escriturária. Depois de 37 anos de serviço, chefei a Secretaria do Trabalho e do Bem-Estar Social, nomeada por Itamar Franco. Em 1953, fiz curso de aperfeiçoamento de funcionalismo público, tirando primeiro lugar entre 34 municípios de Minas, o que foi uma honra. Em 1955, ingressei na Sociedade de Belas Artes Antônio Parreiras, dirigida por Pimpinela [Clério Pereira de Souza], um grande pintor. Em 1965, fui secretária da Executiva Municipal do MDB e homenageei um funcionário especial, Elísio Ferreira, que arregimentava correligionários para o MDB. Naquele tempo, as fichas eram datilografadas à máquina e foi como fizemos o primeiro arquivo de correligionários do MDB de Juiz de Fora, que permanece até hoje. Tínhamos só dois partidos: MDB e ARENA [Aliança Renovadora Nacional]. As brigas eram as mesmas de agora, cada um puxando a corrente para o seu lado. Foi um período difícil, porque estávamos saindo dos atos institucionais e tínhamos que medir as palavras para não sermos cassados. Em 1976, aposentei da prefeitura e mudei para o Rio de Janeiro, a fim de ficar perto de meus únicos filho e neta.

Considero-me vitoriosa porque meu trabalho, tanto no Executivo quanto no Legislativo, foi sempre dirigido para realizar projetos ou executar ações que beneficiassem a infância e a velhice desamparadas. Na prefeitura, um projeto de Barbacena, o dos engraxates, me inspirou. Com orientação do juiz-forano Hernane Mourão, do patronato, criamos legalmente o Clube dos Engraxates Dom Bosco de Juiz de Fora. Atendíamos uma média de 100 meninos por mês, que trabalhavam nas ruas pela manhã e estudavam à tarde, cumprindo a exigência de ir à escola. Foi maravilhoso orientar e ajudar essas crianças. Tínhamos a ajuda do coronel Félix e de dom Geraldo de Moraes Penido, que cedeu uma sala no bispado. Na Secretaria do Trabalho, as assistentes sociais eram meu braço direito; e houve um diretor de Departamento do Trabalho, o saudoso doutor Remo Falci, que nos apoiou. Faço questão de citar o slogan

que o colega de prefeitura, Joel Neves, criou para o Clube: “Engraxando sapatos, darei brilho à minha vida”. Essa frase aparecia pintada numa faixa, abrindo desfiles em paradas e datas festivas das quais o Clube participava. O trabalho com os engraxates era gratificante e nos deixa como lição o fato de que quando queremos realmente realizar algo, o apoio chega, e isso vale para os governos municipal, estadual e federal.

Muitas histórias eram verdadeiras lições de vida. Havia um engraxate que ia para a rua aprender a trabalhar e a mãe usava, para beber, o dinheirinho que ele ganhava. Tive que intervir, conversar, pedir que mudasse seu comportamento, mas foi difícil conseguir que a mãe deixasse o menino em paz. Aqueles garotos tiravam por mês, em média, o equivalente a um salário mínimo, com que ajudavam em casa. Alguns chegavam a pintar as caixas de preto e colocavam um número branco para mostrar quem realmente estava cumprindo a tarefa. E aí aconteciam coisas engraçadas, como um menino que resolveu pintar a caixa de vermelho. Intrigada, perguntei a razão da cor. Ele colocou a mão na cintura e disse: “Sou flamenguista”. Respondi: “Então deixa, porque também sou”. (risos) Havia ainda um garoto tão pequeno, que saía à rua puxando seu caminhãozinho de madeira. E sua caixa de engraxate era aquilo. Chegou a participar de uma parada com sua caixa-brinquedo. Outro caso que merece ser lembrado é o de um menino que usava continuamente um gorro e nunca dizia a razão. Descobri que sua cabeça era coberta de feridas e, penalizada, escrevi uma carta ao doutor Antônio Carlos Pereira, respeitado dermatologista em Juiz de Fora, que enviou uma resposta comovente. Tratou gratuitamente do engraxate até que a cabeleira crescesse tão bela, que, para mostrar que estava curado, ficava sacudindo o novo cabelo.

Uma das homenagens mais importantes, na minha vida, aconteceu quando estava na casa de Isabel Penna, uma das pioneiras em contabilidade em Minas Gerais. Ela fora convidada para um café da manhã entre os contabilistas pelo prefeito Tarcísio Delgado, que era meu amigo desde a época em que fomos vereadores juntos. Chegando lá, me distinguiu, convidando-me para a mesa. Terminada a reunião, um moço quis me abraçar, porque tinha ido à reunião apenas para dizer que fora engraxate e que, graças a isso, havia se transformado num homem de bem. “Se não fosse a senhora, hoje não seria nada, ninguém. A senhora era brava, mas

carinhosa, e por isso estudei, venci e estou aqui para lhe dar um abraço. Sou a prova dessa vitória.” Em outra ocasião, vinha do Sul quando encontrei, na rodoviária do Rio de Janeiro, um funcionário da Útil que disse estar muito feliz por ter me reencontrado 30 anos depois de haver integrado a primeira turma da Guarda Mirim de Juiz de Fora. Ele disse: “Hoje, tenho família, patrimônio, emprego e devo tudo isso à senhora, minha segunda mãe, que me obrigou a estudar e por isso venci”. Chorei de emoção. Então, são homenagens que muito me honram. Como diz Pontes de Miranda, o que fazemos é muito importante, porque fica para todos. Orgulho-me de ter participado de uma Câmara, de um Executivo e de ter recebido o apoio de todos.

Gostaria de ouvir a palavra do Wilson Cid. Às vezes, almoçava depressa, correndo, para ir ao escritório do Raimundo Hargreaves, porque sabia que o Wilson Cid estava lá e discutia problemas administrativos, do Estado, da Nação e até internacionais. Aprendi muito com esse homem.

Wilson Cid. Vera Faria é uma figura de inteligência cintilante e detém um grande conhecimento. Estamos descobrindo outra vertente da sua personalidade, que é a generosidade. Aprendi muito com ela e com Hargreaves naquelas reuniões da Câmara. Mas talvez pudéssemos enriquecer a conversa desta noite se nos desse alguma informação sobre seus primeiros estudos.

Vera Faria. Na infância, estudei no Granbery; mas meu pai separou da minha mãe e fiquei internada no Colégio Santa Catarina, onde terminei o primário. O Santa Catarina fazia seus exames de primário no Grupo Central, onde prestei o primeiro exame e recebi o primeiro diploma. Fiz o ginásio à noite, no Colégio São José, porque já trabalhava na prefeitura. Depois, optei por fazer o curso da Escola Normal Oficial de Juiz de Fora e acabei sendo a oradora da turma. À época, intencionava ser médica, o que foi preterido pelo casamento, porque não havia faculdade de medicina em Juiz de Fora. Posteriormente, fiz outros cursos, como o de francês completo, o de inglês parcial e o de esperanto. Fiz também o de socorrista voluntária, da Cruz Vermelha.

Wilson Cid. Depois de fazer o curso de normalista, chegou a dar aula em algum estabelecimento de ensino?

Vera Faria. No Mariano Procópio, mas optei mesmo foi pelo funcionalismo público.

Antes de uma nova pergunta, gostaria de dizer que a Ruth Hargreaves chefiava a Secretaria de Educação da Prefeitura de Juiz de Fora e muito nos ajudou na Secretaria do Trabalho e do Bem-Estar Social. Havia um diretor de Departamento, o doutor Remo Falci, que fazia pesquisas e, na medida das necessidades, requisitava os serviços da Secretaria de Educação. Não houve uma única vez que solicitasse à Ruth um curso, uma aprendizagem qualquer, que ela não atendesse imediatamente. Então, lhe sou muito grata.

Ruth Hargreaves. Primeiro, era minha obrigação como secretária. Segundo, o mérito era seu, pela persistência. Mas não vamos rasgar seda. Papai falava assim: “Quando Vera pedir alguma coisa, atende na primeira hora, senão ela vai morrer fazendo você atender”. (risos). Então, era até uma questão de inteligência. É importante registrar que seu ideal foi reconhecido, graças a Deus, pelo Itamar Franco, que, quando foi para o Senado, nos chamou e agradeceu. Agora, quanto à questão profissionalizante, também fico muito feliz.

Vera Faria. Você cumpriu muito mais do que lhe foi requisitado, porque se interessava, fiscalizava e conseguia até emprego, que era o mais importante nas nossas realizações. Desejávamos que o círculo se completasse.

Denise Paiva. Você fala dos seus 92 anos, que é uma idosa. Falo que você tem uma juventude acumulada, que nos emociona a cada vez que conversamos. São lições que ficarão para sempre. Havia noites em que à 1 hora da madrugada ainda estávamos trabalhando. O presidente Itamar Franco, na época prefeito de Juiz de Fora, ligava dizendo: “Tem mendigo na rua, gente. O que vocês estão fazendo aí?”. É incrível a capacidade da Vera, não só de liderar, mas de dialogar.

Vera Faria. Vou fazer um aparte. Hoje, fui visitada por Itamar Franco, que manifestou a vontade de estar conosco neste depoimento, mas tinha assumido um compromisso anteriormente. Então, lembrou esse exato fato que você acaba de relatar e disse que fui quem lhe passou essa “mania”. Lembrou que, mais tarde, como governador de Minas Gerais, chegou em Belo Horizonte, viu os mendigos na rua

e teve que ficar telefonando para alguém que fosse competente para lidar com a situação.

100

Denise Paiva. O que mais me impressiona é a vitalidade e a questão revolucionária, de verdades que foram antecipadas, utopias. Impressionante como Vera previa tudo, como geria os pequenos engraxates. Vemos isso, hoje, na Constituição, no Estatuto da Criança. Naquela época, Vera já tinha essas preocupações. Junto com Ruth, implantamos a rede pré-escolar. Havia a preocupação pedagógica de trazer Maria Montessori, havia a questão do valor no trabalho, uma riqueza de preocupações, até mesmo técnicas. Lembro que pensávamos em criar recursos extraorçamentários quando Vera vislumbrou introduzir o estacionamento pago nas vias públicas de Juiz de Fora. Fez uma revolução e gerou recursos para criarmos um programa de atenção à população de rua, ao imigrante, e tudo acoplado à questão do trabalho, da capacitação, com Mendes Júnior chegando. Quer dizer, uma visão já de desenvolvimento integrado, de sustentabilidade. Visões que até hoje buscamos.

Vera Faria. Graças a Deus tive uma equipe de trabalho que foi fabulosa e que merece o mérito, porque a liderança era minha, mas se não contasse com apoio talvez não tivesse realizado tudo isso.

Cordélia Faria. Sou praticamente coparticipante dessa história. As homenagens são todas merecidas. Até hoje, Vera tem aquela força moral que desperta as realizações. Na família, como toda irmã mais velha, nos dirigia. Não comandava, não mandava, mas dirigia.

Vera Faria. Éramos 12 irmãos e, como a mais velha, tinha obrigação de orientar, ajudar; mas nunca fui muito boazinha, tive meus “repentes”. Lembro que a Câmara indicava sempre dois vereadores para o ciclo de conferências da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, a ADESG, e, em certa ocasião, participei com Ignácio Halfeld. Os conferencistas são sempre excelentes, falam sobre segurança nacional, problemas em geral; mas, às vezes, algo precisa ser revisto. Foi o caso de um conferencista que quis imputar aos partidos a má liderança no município. Não íamos levar para casa essa afronta. Argumentei: “As leis eleitorais começam de cima para baixo. Primeiro é a nacional, depois a estadual, a regional e, finalmente, a municipal, que não pode discordar

das superiores. Tem que haver uma correção, mas é de cima para baixo. O senhor sabe que muitas vezes um candidato é indicado em detrimento de outro mais capacitado. Acredito que para o exercício de qualquer profissão tem que haver um curso que possibilite aprendizagem e habilitação. Isso deveria valer para os políticos”. Assim, 40 anos atrás, sugeri ao conferencista que reivindicasse aos altos escalões da República a criação de um Instituto de Política no Brasil, que nunca foi criado. Então, continua a mesma situação.

Outro dia, na televisão, perguntaram a um candidato se sabia o que fazer em seu mandato. A resposta foi negativa. Ora, é muita falta de responsabilidade. Estou falando da má liderança e não de políticos que têm um programa de ação, porque existe muito político bom, responsável, idealista, que tem certeza de seus propósitos. Então, há muito a fazer para consertarmos o que está aí. Que os políticos entendam o problema e se unam nos governos municipal, estadual e federal para planejar e se prevenir, a fim de que não haja repressão posterior. Isso é muito importante.

Valéria Faria. Vera Faria é cidadã ilustre, mas, para mim, é tia Vera, de quem tenho a honra de ser sobrinha. Uma pessoa centralizadora, uma espécie de guru, mentora espiritual da família. Todos que precisam de informação a procuram. E tem uma questão muito importante, que é o fato de ela salvaguardar a memória da família em fotos, documentos e relatos. Daí vem minha pergunta: vó Braulina e vô Simeão sempre foram revolucionários. Há pessoas de vanguarda que diziam que ambos nasceram na época errada. Por outro lado, Murilo Mendes tem uma frase que diz: “Poucas pessoas atingem sua época”. Então, eles atingiram a época deles, não eram compreendidos e eram vistos como visionários. Assim, acho que você e eu, também por herança, absorvemos esse espírito um pouco visionário e revolucionário vanguardista. Em que medida você vivenciou e como absorveu tudo isso?

Vera Faria. Meu pai Joaquim Simeão de Faria foi médico em Juiz de Fora e um dos fundadores da Escola de Farmácia, Odontologia e Medicina. Quando a Universidade Federal de Juiz de Fora foi criada, ele e outros 12 professores foram nomeados, trabalharam por um tempo e foram aposentados. Minha mãe Braulina atuou como obstetra por

muitos anos. Dirigia automóvel, viajava muito, era independente. Foi um casal que realmente viveu fora de sua época, porque avançava e fazia aquilo que achava que deveria fazer. E meus pais estavam certos, porque devemos dirigir nossos atos de acordo com nossa consciência, naturalmente sem ferir a moral e a ética, mas progredindo, crescendo. Talvez tenha herdado um pouco desse avanço; afinal, fui eleita a primeira vereadora de Juiz de Fora.

Gostaria de falar sobre um serviço que implantamos e que permanece até hoje: era vereadora na época e o Rotary Club de Juiz de Fora criou a Guarda Mirim de Juiz de Fora, e, para colocá-la em funcionamento, o doutor Maurício Teixeira me pediu ajuda para conseguir a verba necessária. Fui então ao prefeito Itamar Franco, que, repito, era um administrador dinâmico, que revolucionou Juiz de Fora, assim como a política social do município. Foi um caso curioso. Itamar disse: “Vamos fazer uma troca. Você vai a Belo Horizonte, consegue do Governo de Minas Gerais um trecho entre a avenida dos Andradas e a avenida Rio Branco para abriremos uma rua e a verba vai para a Guarda Mirim”. Fui a Belo Horizonte, onde tive a sorte de encontrar, como diretor do Patrimônio, um antigo professor que facilitou os trâmites e recebeu o visto do governador para liberação do terreno. Hoje, a rua está aberta e a Guarda Mirim funciona há 41 anos [2009]. A Guarda Mirim é um patrimônio que merece ser amparado por todos em Juiz de Fora, por educar e encaminhar. Por lá passaram mais de 20 mil adolescentes, que se transformaram em pessoas atuantes na nossa comunidade. Trata-se de um benefício para toda a comunidade.

Flávio Cheker. Quando recebi o convite para estar aqui, vi que era a oportunidade de deixar uma contribuição nesta série de Diálogos Abertos e de tentar fazer, modestamente, um contraponto entre sua atuação na Câmara e na Prefeitura. São trabalhos bem diferentes e bastante difíceis. Como foi ser a primeira mulher na Câmara, o convívio com os outros vereadores, lidar com a banca governista?

Vera Faria. O trabalho no Executivo me ajudou muito a realizar. Na Câmara também, porque não fazia nada sem o apoio dos colegas. Como vereador, você sente isso e sabe que o trabalho é difícil. Encontra sempre uma oposição, ainda mais hoje, com tantos partidos.

Recordo que o antigo trevo do Bom Pastor foi aberto porque, na ocasião, os moradores do bairro pediram que retirássemos o bonde para evitar acidentes. O terreno, que pertencia a uma congregação cristã responsável por um asilo, teria que ser desapropriado e o foi graças à diplomacia do coronel Félix, presidente do Clube dos Engraxates e um grande benemérito. O Hargreaves também ajudou, buscando seus contatos na Alemanha, como o doutor Herman, outro benfeitor do asilo. O prefeito fez a desapropriação e abriu o trevo do Bom Pastor. Aí, aconteceu um imprevisto: na abertura da rua, colocaram uma faixa no trevo, dizendo: “A Associação do Bom Pastor agradece à vereadora Vera Faria pelo trabalho executado”. Um vereador da oposição reclamou que os moradores não poderiam ter colocado meu nome, uma vez que a aprovação fora da Câmara. Foi quando Hargreaves se levantou e esclareceu os fatos: “Realmente, a Câmara ajudou, mas a iniciativa, o trabalho foi da Vera, que coordenou o movimento o tempo todo”. Infelizmente, no Legislativo, o andamento não é como no Executivo, onde só tem o prefeito para conversar. No Legislativo, são muitas cabeças pensando. Então, esse tal vereador brigou e disse horrores na Câmara, mas o Hargreaves me defendeu. A minha participação no Legislativo foi boa. Existiam vereadores muito idealistas, mas também os que tentavam derrubar os nossos ideais.

Beto Campos. Quem eram os companheiros daquele período?

Vera Faria. Os partidos eram MDB e ARENA. O Hargreaves era o primeiro do MDB. Éramos Raimundo Hargreaves, Newton Vianna, Jorge Pinheiro, José Gasparete, Cláudio Vítor Renault, Emmanuel Serdeira, Pedro Nagib Nasser, Tarcísio Delgado – em sua primeira legislatura. Tarcísio, inclusive, foi prefeito três vezes em Juiz de Fora, outra liderança municipal, assim como Itamar Franco. Temos bons líderes em Juiz de Fora, que sabem transformar. Do outro lado, na ARENA, estava Ignácio Halfeld, Fernando Junqueira, Olavo Lustosa, Milton Romanelli, Francisco de Paula Fonseca. Este era o mais brigão de todos na Câmara (risos). Foi uma turma muito boa, eficiente, idealista, que gostava de trabalhar. A política como ideal é nobre, mas como profissão é vil. Isso é outro problema que os governos têm que enfrentar.

Wilson Cid. Apenas dois registros em relação à atuação da Vera na Câmara Municipal, 40 anos passados. Havia, certa noite, uma discussão sobre o problema de trânsito na avenida Rio Branco. Lembro que Vera levantou-se para dizer o seguinte: “Estamos chegando a um ponto em que os ônibus que vêm de Benfica têm que parar no Centro de Saúde e os que vêm do Bom Pastor têm que parar no Stella Matutina”. Hoje, é exatamente o que se faz. Outra questão é que o Hargreaves tinha a capacidade de articular rapidamente, e a Vera estava presente numa discussão que se prolongava até meia-noite e os vereadores sem poder sair para um lanche. O vereador Francisco Fonseca, da ARENA, levantou-se e apresentou um requerimento para que a mesa mandasse comprar um sanduíche e refrigerantes. O Hargreaves levantou à meia-noite e pediu para discutir em avulso, quer dizer, no dia seguinte. Aí todos já teriam morrido de fome. (risos).

Voltando à sua experiência, no Executivo, que ninguém conseguiu ter em Juiz de Fora até hoje, com um trabalho de quase quatro décadas. Começou com o prefeito Rafael Cirigliano e foi até Saulo Moreira. Como vê esse tempo tão grande? E as dificuldades que vocês sofriram? Lembro que o doutor Ademar Andrade tinha que chamar os funcionários e entregar a eles os carnês de imposto, e que, às vezes, não havia dinheiro para substituir uma lâmpada queimada no gabinete. Como foi sua experiência do início até a aposentadoria? Como as coisas mudaram na administração municipal?

Vera Faria. Não era difícil porque a prefeitura vivia dos recursos dos impostos. Muitas vezes a população não contribuía à altura e os prefeitos enfrentavam dificuldades. Servi a 13 prefeitos e pude observar que, na passagem de um para o outro, alguns serviços tinham continuidade, outros não. Identifico como um problema muito grande quando um administrador dá andamento a um trabalho que é paralisado pela administração seguinte. Mas, de forma geral, todos os governos realizam algo de bom. E a dificuldade de recebimento que havia na prefeitura era contornada pelos prefeitos, sempre. Não existia prefeito até 1930. As eleições começaram depois de 1930. Aí vieram Geraldo Siqueira de Resende, Pedro Marques e, de lá para cá, começaram as eleições a ter continuidade. Entrei na prefeitura em 1939 e servi até 1976.

Wilson Cid. Na gestão de Rafael Cirigliano, houve a maior tragédia da cidade, que foi a enchente do Natal de 1940. Você estava lá?

Vera Faria. Estava lá.

Wilson Cid. Rafael Cirigliano foi muito elogiado.

Vera Faria. Nesse dia, aconteceu um caso interessante. Depois da enchente, o prefeito chamou toda a população atingida e disse: “Quem é do bairro de Lourdes fica aqui, quem é do bairro Costa Carvalho também”. E foi falando um montão de lugares: “Quem é de São Mateus, da Vila Olavo Costa, e assim foi”. Na hora da distribuição, ouvimos: “Vem para cá o pessoal do bairro de Lourdes, do Costa Carvalho...”, todos aqueles que, afinal, moravam perto do rio. E falou para os outros: “Vocês podem ir para casa, porque não têm nada com isso” (risos). Afinal, quem é que, em São Mateus, iria pedir pela enchente que tinha acontecido na marginal? Não é?

Wilson Cid. Qual foi a maior dificuldade dos prefeitos por cuja administração você passou?

Vera Faria. Houve algumas dificuldades. Um dia, o ex-presidente Itamar Franco, ainda prefeito, me chamou no gabinete e falou: “O povo esquece muito do que nós fazemos. Aquela obra que está enterrada ali, no Largo do Riachuelo, por exemplo, acabou com as enchentes de lá”. Ele fizera uma obra monstruosa debaixo da terra. Mas estava enganado em relação ao reconhecimento do povo. Na rua Marechal Deodoro, por exemplo, existe uma família, a da Rosinha Maia. Quando dava enchente, a água entrava na casa dela pela loja de calçados e ia até a cozinha. Pois, um dia, ouvi dela que rezava pelo Itamar, todas as noites, por ter acabado com as enchentes. Foram obras que perduraram por muitos anos.

Menelick de Carvalho, outro exemplo, trabalhou pela adutora. A Isabel Penna está aí e sabe. A prefeitura pagou, por longos anos, aquele trabalho, mas deu resultado. E foram muitos os trabalhos realizados por esses prefeitos que deram resultado. Alguns passaram quase que em branca nuvem, mas outros trabalharam de verdade, entre eles Itamar Franco e Tarcísio Delgado. Tarcísio Delgado elevou Juiz de Fora, projetou Juiz de Fora no exterior. Até recebeu uma medalha da Alemanha pelos serviços comunitários que implantou na prefeitura.

Foi muito bom. Fui muito feliz tanto no Executivo quanto no Legislativo. Mas quero muito, publicamente e para a posteridade, dizer: “Não se faz nada sozinho”. Tive a honra de trabalhar com Denise Delgado e outras pessoas que me ajudaram muito. No Executivo, tive ajuda de Isabel Penna, professor Darci Leal, muita gente. Se contamos com uma boa equipe, somos capazes de grandes realizações, basta sermos idealistas.

Valéria Faria. Fora a influência dos pais, teve mais alguém que marcou sua vida?

Vera Faria. Minha neta.

Valéria Faria. Com a neta, nós estamos aprendendo agora.

Vera Faria. Minha mãe disse que minha neta me deu a melhor medalha de ouro que eu consegui na minha vida. Realmente.

Valéria Faria. Para estimular este ideal, esta persistência, este trabalho todo houve alguém, algum professor?

Vera Faria. Por todo lugar por onde passei, tendo amigos verdadeiros, a pessoa se realiza e aos outros também, porque o importante é que aquilo que fazemos acaba sendo de todos. E realmente tenho tentado uma vida de agradecimentos, porque todas as minhas realizações foram conjuntas.

Valéria Faria. Houve um momento importante em Liz, principalmente.

Vera Faria. Em São Paulo. Naquele congresso. Uma coisa impedia os meninos de trabalhar, de ajudar a família, era um absurdo.

Denise Paiva. “O menor no ano 2000.” O que estava errado era a palavra “menor”, que não se usa mais.

Vera Faria. Isto é muito importante que fique gravado, porque soube que a Secretaria do Trabalho e do Bem-Estar Social passou a ser Secretaria do Bem-Estar Social, depois Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social, posteriormente Associação Municipal de Apoio Comunitário, AMAC. Agora, estou ouvindo um comentário de que vão terminar com a AMAC. Compete ao nosso vereador [referindo-se a Flávio Cheker] trabalhar por isso. Um serviço como aquele é muito importante para o município.

Denise Paiva. Quem sabe ele está querendo que volte uma Secretaria do Bem-Estar Social forte, nos aspectos da legislação? Pode ser.

Vera Faria. Gostaria que você, Denise, relatasse nossas realizações.

Denise Paiva. Dia 1º de Maio, dia do trabalhador de 1973. Lembro exatamente. No prédio da Rodoviária, Itamar Franco disse: “Você queria uma Secretaria do Bem-Estar Social”. Uma semana depois já tinha o regulamento do Conselho do Trabalho e do Bem-Estar Social, o CONTRABES, formado só com representação da sociedade civil. Tínhamos o trabalho de subsidiar tecnicamente as decisões, para que o Conselho tivesse as melhores prioridades e fosse realmente um órgão deliberativo.

Quando falamos em política social, hoje, é impressionante como as questões atuais e não solucionadas já foram resolvidas pela Vera lá atrás. Vou dar dois exemplos. Um é a questão da democracia representativa e participativa. Na época, ela defendeu que o presidente da Câmara fosse o presidente do Conselho. E trouxe a necessidade de um foco de discussão suprapartidário, porque a questão social tem que ser suprapartidária. Ela trouxe um presidente da Câmara para não ter conflito com o Legislativo. E era muito interessante o diálogo. Lembrar o passado só vale para pensar o futuro. Então, Vera, que lições nós podemos tirar para o futuro em função da sua experiência?

Vera Faria. Quando a Secretaria do Trabalho e do Bem-Estar Social pensava no passado era para corrigir falhas. Não eram erros, eram falhas. Entendeu? Quando ela pensava no presente, executava os trabalhos da melhor forma que podia. Inclusive, fazia uma prevenção para não ter que reprimir depois, e, posteriormente, quando pensava no futuro, implantava serviços que perduram até hoje. Este foi o trabalho da Secretaria do Trabalho e agradeço a todas as assistentes sociais que estiveram conosco. Muita coisa pode ser corrigida se o governo der força à educação no Brasil, às assistentes sociais que planejam e executam, e fizer um serviço de prevenção, que é essencial. Hoje, há uma falha na educação. Ruth, que é uma grande educadora, sabe disso. Se houver esta correção, muitos problemas brasileiros serão atenuados, corrigidos e sanados.

Cordélia Faria. Me sinto prestigiada também, por pertencer ainda a esta comunidade juiz-forana e por poder participar, de certa forma, pelo trabalho que executo fazendo parte da diretoria do jornal internacional da Sociedade Brasileira de Eubiose, cujo lema é “A esperança da colheita reside na semente”. E é isso o que você fez: semeou. A sua semente foi um projeto realizado, o fruto do seu trabalho.

Vera Faria: Obrigada. Havendo vontade política e, principalmente, preocupação social, muito se pode fazer para atenuar uma calamidade. Repeito: “Prevenir para não ter que reprimir”. Se não houver uma erradicação do mal, há pelo menos uma atenuação. É preciso que o poder público, que o município, o estado e a União elaborem programas urgentes de prevenção, inclusive com vigilância permanente aos assistidos. Queria dizer que tratar, hoje, negros, índios, pobres, velhos e a infância carente como se fossem menos capazes do que nós é, no mínimo, uma grande humilhação. Se uma só de nossas tragédias atuais fosse resolvida, em grande parte estaria solucionada a maioria dos nossos problemas. Coelho Netto disse uma vez: “O caminho está aberto a todos, e se uns vencem não é porque são predestinados, mas porque enfrentaram com arrojo e tenacidade todos os obstáculos”. Que todos trabalhem, homens e mulheres. Inclusive, gostaria de mandar um recado especial às mulheres, pois, no colégio eleitoral de Juiz de Fora, a maioria é feminina, e, no entanto, a Câmara tem mínima participação de mulheres. Até hoje apenas nove vereadoras foram eleitas. As mulheres têm que participar. Que elas trabalhem com amor, com carinho, com vontade para que possamos erradicar todos os males da nossa sociedade. Que isso aconteça, pois o fazer pertence a todos.

Wilson Cid. Passados 40 anos, com a sociedade diferente, as mulheres ampliaram seus direitos, sua participação, têm mais informação. A que você atribui o fato de que até agora nós não chegamos a uma dúzia de vereadoras?

Vera Faria. A legislação eleitoral já garantiu uma porcentagem de participação para a mulher. Gostaria que a população de Juiz de Fora, com os colegiados, participasse. Vocês, que ainda estão na ativa e que ainda podem oferecer alguma coisa, trabalhem neste sentido, para que as mulheres venham participar do Legislativo, do Executivo. A mulher

tem muito para oferecer. É dedicada ao trabalho. Quando enfrenta um problema, o faz de corpo e alma. Em Juiz de Fora, temos muitas pessoas que trabalham no anonimato. Se houver uma pesquisa, vamos descobrir gente que se doa a trabalhos em benefício da comunidade. Que venham trabalhar dentro do Executivo, do Legislativo. A referência de Censo que tenho é de 1970. Até achei engraçado, porque normalmente o colégio eleitoral representa um terço da população. Então, como pode o colégio eleitoral ter 300 e tantos mil eleitores e a população ser de 500 mil? Deve ter algo errado. Tomara que no próximo Censo a população de Juiz de Fora tenha aumentado, porque tem implicações importantes...

Flávio Cheker. É muito pertinente, Vera. De fato, é algo que todo mundo se pergunta, uma cidade com 300 mil eleitores e uma população de 500 mil habitantes.

Vera Faria. Está errado.

Flávio Cheker. Certamente, há um erro grande nisso, de avaliação.

Vera Faria. Vamos esperar o novo Censo.

Flávio Cheker. Ano que vem [2010].

Vera Faria. A população de Juiz de Fora, depois da instalação dessas universidades, deve ter crescido muito, muito mesmo.

Valéria Faria. Gostaria que falasse um pouquinho do seu lado como artista plástica, que conheço bem. Fiquei encantada com seu trabalho em batique e quando fui perceber melhor a técnica, maravilhosa, vi que tem domínio absoluto. Queria que falasse da viagem ao Japão. Como foi seu interesse por uma técnica que não é das mais tradicionais no Brasil? Como foi despertado o interesse por uma cultura tão distante da nossa?

Vera Faria. Sempre gostei de pintura e desenho. Lembro de um professor, na Escola Normal, pedindo para ficar com um desenho meu, pelo qual recebi dez com louvor. Entretanto, tinha pouco tempo disponível para a arte, em função dos trabalhos no Legislativo e no Executivo. Apesar disso, estudei em Juiz de Fora e, por várias vezes, dei cursos fora daqui, em Itatiaia. Inicialmente, era autodidata, mas, quando mudei

para o Rio de Janeiro, tive oportunidade de trabalhar cerâmica, cor, desenho, serigrafia, batique. Depois, apareceu uma vaga no Brasil-Japão, onde fiz batique, hoje minha especialidade, uma técnica japonesa em que se trabalha com cera. Quando fui ao Japão, visitei vários especialistas. Fiquei encantada e procurei difundir a técnica. Agora, é nato em mim. Na minha família, cada irmã tem um filho artista, regra que se aplica a você, Valéria, consagrada nesta área. Desde pequena, já a via se interessar por pintura. “Como a senhora faz isso?” Em uma exposição no Espaço Mascarenhas, deixei uma anotação: “Hoje, você é o orgulho da família, de Juiz de Fora, de Minas Gerais, do Brasil e até do exterior”, porque já ganhou prêmios fora daqui, no Mercosul, na Patagônia, é uma das desenhistas dos correios. Então... me interessei pela pintura e cheguei a tirar o curso superior de batique no Brasil-Japão. Por oito anos, tive aulas com uma nissei de São Paulo, que vinha ao Rio de Janeiro duas ou três vezes por semana. De modo que hoje é a terceira etapa da minha vida, porque envelheci percorrendo todos estes caminhos, primeiro meus estudos, depois o Executivo, o Legislativo e, hoje, sou apenas uma artista plástica, que se orgulha muito de, nos seus 92 anos [2009], poder, a convite da Universidade, prestar um depoimento para a posteridade, aconselhar que realizem, que façam, que executem. Porque o importante é isso: o que fazemos é nosso e de todos.

Wilson Cid. E por que você nunca se dispôs a nos mostrar esses trabalhos artísticos?

Vera Faria. em Juiz de Fora, cheguei a dar um curso no Centro de Estudos Superiores (CES) e outro na Igreja Metodista. Mas, no Rio, participo de vários eventos. Costumo trabalhar com a Denise, presidente da União Nacional de Artes no Brasil (UNAS), de São Paulo, que vem ao Rio três vezes por ano. Participo de mostras, publicações em revistas paulistas e tenho também dado cursos e atendido as pessoas que estão interessadas em arte.

Ruth Hargreaves. Gostaria de saber qual a receita da energia que sempre a moveu, porque você dormia pouco, trabalhava muito, tinha hora e lugar para amigos, profissionais. Além da bênção de Deus, tem alguma coisa de DNA?

Vera Faria. Não. Eu sempre trabalhei muito, por ideal. A Câmara, por exemplo, trabalha hoje em um horário moderado. Na nossa época, trabalhávamos de segunda a sexta, a partir das 19 horas, sem prazo para terminar. Uma vez, quando saí da Câmara, a Isabel Penna estava na contabilidade com a janela aberta. Eram cinco horas da manhã. Parei o carro, fui até a janela e perguntei: “O que está fazendo aqui?”. Ela respondeu: “Estou perdida aqui porque o orçamento deu uma diferença de um centavo”. Falei: “Eu te dou um centavo e vamos embora para casa”. “Não, não posso, tenho que fechar este orçamento.” Aí, entrei, ficamos trabalhando até seis e meia, mais ou menos, para depois ir para casa. Isso, para achar um pequeno erro. Quer dizer, hoje isso não acontece, porque tem computador, é tudo controlado pela tecnologia. Naquela ocasião, o negócio era difícil, as máquinas de escrever eram pesadas, não era brincadeira. Eu trabalhava por ideal e acho que foi o que me deu energia. Tinha o anseio de realizar, queria que as coisas que viessem da administração fossem todas executadas, e tive a sorte de encontrar pessoas como Itamar Franco, e outros prefeitos, que tinham o mesmo ideal.

Cordélia Faria. Vou responder à Ruth outra vez. Como é que Vera consegue esta energia? São os problemas que ela tem para resolver. (risos). E sempre resolve.

Ruth Hargreaves. Ela sempre foi muito intuitiva.

Vera Faria. Isso ajuda. Realmente.

Beto Campos. E como é ter 92 anos?

Vera Faria. Muitos me perguntam isso. Tenho um irmão que diz que aposentado é pé na cova. (risos) E é mesmo, porque se você não trabalha e não procura realizar, você só tem problemas, adocece, começa a ficar enjoado. Há pouco tempo, no Rio de Janeiro, ainda dirigia, aconteceu que estava na Taquara, querendo atravessar a rua. O movimento ali é intenso. Aí, uma senhora ofereceu ajuda e atravessamos. Quando chegou do outro lado, tirei a chave do carro e falei: “Para onde a senhora vai? Quer uma carona, uma ajuda?”. (risos) Ela me olhou espantada, mas entrou no carro e foi comigo. (risos) Assim, eu sou muito feliz por, aos 92, ainda poder estar aqui.

Wilson Cid. Você falou, recentemente, sobre um trabalho desenvolvido na Secretaria do MDB. Também estive no partido e me lembro muito do fato de que não apenas o seu assessor saía à rua para procurar os correligionários, mas também os agentes de segurança que estavam atrás da gente. Aquela era uma grande dificuldade para as pessoas se filiarem. O fato de serem apenas dois partidos já criava uma polarização. Você se lembra de mais algum fato na sua época de Secretaria, já que foi você quem realmente organizou o primeiro partido de todos os tempos? Porque, antigamente, o partido republicano era feito muito em cima de prestígio pessoal, havia um problema com a organização. Como é que você realizou este tipo de trabalho, sobretudo por causa do clima de repressão?

Vera Faria. Tínhamos um excelente funcionário. Era um homem perfeito, ia para rua atrás de correligionários para o MDB. Algumas pessoas vinham ao partido para se inscrever, mas era difícil. Como a gente queria cada vez mais correligionários, fazia este trabalho. Então, ele tinha o horário de ir para rua para “catar”, quase que “catar” pessoas que quisessem se inscrever no MDB. Eu batia a máquina, fazia as fichinhas. Este fichário ainda pertence ao MDB. O professor Fernando de Paiva Mattos também era incrível. Além de educador, era um presidente do MDB, um MDBista de verdade. Quando tive que escolher, optar pela ARENA ou pelo MDB, li os dois programas. A ARENA era governo e o MDB, oposição, o que me pareceu, naquele momento, luta. E era este o meu ideal: lutar por tudo que fosse bom e justo para o povo de Juiz de Fora. Gostei do programa do MDB, me inscrevi nele e, apesar de não ter mais a obrigação legal, por ser idosa, continuo votando no MDB, hoje PMDB. Na ocasião, não foi fácil. Estávamos saindo dos atos Institucionais e só quem viveu naquela época sabe o quão difícil era fazer opções. Mas, na Câmara, a gente era mais ou menos igual e facilitava haver apenas dois partidos para a discussão dos projetos.

Wilson Cid. Você teve um colega, durante muito tempo na prefeitura, o Paulino de Oliveira.

Vera Faria. Foi meu chefe quando entrei para a prefeitura. Era o secretário de Administração.

Beto Campos. Quero agradecer aos amigos que aqui estiveram não só para ouvi-la, mas também para participar deste encontro, e em especial a você, Vera, por este carinho e atenção, e esta aula de vida. Passo a palavra a você para as considerações finais.

Vera Faria. Em primeiro lugar, quero agradecer ao reitor pelo convite, à equipe de trabalho da universidade, do MAMM, e a todos aqueles que participaram comigo, inclusive amigos e parentes que aqui compareceram. Gostaria de reforçar que o importante é trabalhar por ideal, honestamente. E, aqui, minha homenagem especial a Flávio Cheker: “a luta é de gerações e esta é a sua vez. Lute por educação, saúde, trabalho, felicidade de um povo sofrido. Um dia, muitos anos depois, que você seja gratificado, como o fui, quando puder ser abraçado por alguém a quem você, pelo seu trabalho honesto, ajudou a vencer na vida”.

Para terminar, deixo o meu recado para as cidadãs: a ex-presidente do Chile, Michelle Bachelet disse: “Quando uma mulher entra na política, muda a mulher. Mas quando muitas mulheres entram na política, muda a política”. Venham fazer isso acontecer! Que todos sejam muito felizes e que a posteridade, de geração em geração, trabalhe em benefício da comunidade, do estado, do país. Obrigada.

Entrevista concedida ao projeto Diálogos Abertos, em 23 de junho de 2009, no Museu de Arte Murilo Mendes. Entrevistadores: Beto Campos; Cordélia Faria; Denise Paiva; Flávio Cheker; Ruth Hargreaves; Valéria Faria; Wilson Cid.

Lo Mendes



WILSON CID

Nasceu em Três Rios, Rio de Janeiro, em 8 de agosto de 1940. Filho do ferroviário e comerciante Francisco Cid e Maria Abreu Cid, descende de imigrantes espanhóis. Chegou em Juiz de Fora aos 4 anos, adotando a cidade de forma tão profunda que não se viu refazendo sua trajetória pessoal e profissional em outro lugar. Observador dos fatos políticos antes mesmo dos 17 anos, em 1957, quando iniciou carreira na antiga Rádio Difusora graças à sua voz, o jornalista Wilson Borrajo Cid vivenciou os tempos de glória do rádio, registrando notáveis histórias, como a passagem do astronauta russo George Popov pela cidade. Fez uma estreia marcante na pioneira TV Mariano Procópio dos anos 1960, época em que produziu telejornal de cinco minutos diários de transmissão para a TV Tupi. Em cadeia nacional, registrou coberturas importantes, como a visita do presidente da República João Goulart e a do senador João Calmon a Juiz de Fora. No jornalismo impresso, se tornou um dos profissionais de maior prestígio a partir de seu trabalho como editor geral do *Diário Mercantil*, ao que se seguiram os jornais *O Globo*, *Hoje em Dia*, *Panorama*, *JFHoje* e *Ter Notícias*, além do blog *Diário da Cidade*. Casado com Sônia Maria de Andrade Cid desde 1966, é pai de Gisele, Alexandre e Gustavo.

Reconhecido por sua impressionante capacidade de trabalho, ao mesmo tempo visceral e intelectual, Wilson Cid é exemplo de honradez que leva o escritor Eduardo de Almeida Reis, colunista do jornal *O Estado de Minas*, a registrar: “Três palavras seriam suficientes para definir Wilson Cid: um homem digno. Dignidade que explica o profissional mais que brilhante, o chefe de família exemplar, o amigo

certo, o líder incomparável. Nas muitas vezes em que as empresas jornalísticas, alegando dificuldades de caixa, pediram que Wilson demitisse um ou dois de sua equipe, testemunhei sua reação: se era para economizar dois pequenos salários, que o demitido fosse ele, editor, que ganhava muito mais. Tenho a sorte de contar com a sua amizade há mais de 40 anos. Posso afirmar sem exagero: é cidadão que honra e dignifica a espécie humana”.

José Alberto Pinho Neves. Antes de Christina Musse dar início aos trabalhos de hoje, gostaria de dizer da satisfação em receber Wilson Cid, um jornalista por quem a cidade de Juiz de Fora tem um grande carinho e agradecimento, não só por ser um guardião das ideias, mas também por ser um crítico complacente, mas ao mesmo decisivo, com a cidade. Wilson Cid não tem se furtado a esse tipo de trabalho enquanto profissional. A Universidade Federal de Juiz de Fora se sente muito orgulhosa em recebê-lo. Muito obrigado por ter aceitado nosso convite e queria também agradecer aos entrevistadores. Passo a palavra à Christina para dar início aos trabalhos.

Christina Musse. Vamos entrevistar um profissional que tem mais de 50 anos de atividade jornalística na cidade. Entre os presentes, tenho a honra de, primeiramente, passar a palavra para o ex-prefeito Mello Reis, hoje diretor do Museu Mariano Procópio, e que, como político, pôde observar e também ser retratado várias vezes pelo jornalista Wilson Cid, que o teve como um dos personagens de crônicas e de seus relatos para colunas políticas do dia a dia.

Mello Reis. Wilson, durante toda a sua vida, como jornalista, trabalhando tanto no rádio quanto na imprensa, qual foi o fato mais importante da vida política de Juiz de Fora que aconteceu ao longo de sua carreira? Acho que é muito importante essa sua manifestação, exatamente para que possamos ter uma avaliação da vida política de Juiz de Fora, principalmente após a Segunda Guerra Mundial e a redemocratização do país, quando a política tomou características muito peculiares bastante diferentes da vida política anterior, a da velha República.

Wilson Cid. Boa noite a todos e, na pessoa do professor José Alberto, consigno dois agradecimentos à Universidade Federal de Juiz de Fora. O primeiro é o fato de achar que tenho algo a dizer que possa ser digno de registro para o acervo de som e de imagem dessa instituição. O segundo é pela oportunidade que me confere de estar aqui com pessoas tão interessantes. Estou à disposição de todos.

Respondendo à pergunta de Mello Reis, penso que o fato mais importante a narrar aqui, que não assisti — o que sei é por leitura, por estudo —, foi exatamente a redemocratização. Como foi dito, há re-

almente uma grande diferença na instituição política municipal antes e depois da redemocratização, em 1947. Por quê? Creio que ela conferiu à cidade, à representação política da cidade, um conteúdo de personalização muito mais forte. Os partidos políticos também passaram a ter uma atuação muito mais expressiva e, talvez, não tenhamos, desde 1947, momentos de tão bons níveis de figuras humanas dedicadas à política, mas, certamente, as instituições ficaram mais fortalecidas, os partidos tiveram identidade e perfil mais acentuados, com um contorno mais fácil de ser identificado. Este foi um fato muito importante.

Quando veio a segunda redemocratização, em 1985, depois de 1964, também tivemos um momento muito interessante, não apenas porque as coisas tenham se alterado profundamente, mas por causa da ansiedade popular de retorno às instituições e às franquias democráticas. Penso que em 1985 tivemos esse segundo passo, de maneira que situaria em 1947 e 1985 os dois grandes passos da política municipal, com as decorrências naturais.

Paulo César Magella. Tenho a honra de ter ao meu lado, nesta noite, dois atores dessa minha vida, Natálio Luz e Wilson Cid, pessoas que me ensinaram muito do pouco que sei, mas aprendi bastante com eles. Nesse cenário, Wilson Cid, você elencaria pelo menos cinco atores, sobretudo dessa segunda redemocratização?

Wilson Cid. Talvez o ideal fosse reunir essas pessoas em função dos movimentos populares que se desenvolveram então, e quase todos centrados no MDB e no PMDB, porque todas as demais forças de oposição estavam caladas, não havia uma grande articulação. Naquela época, no MDB e no PMDB se concentrava o grande movimento em relação à redemocratização, sobretudo pela bandeira levantada, içada e defendida por homens do gabarito e nível de Ulysses Guimarães. A cidade se incorporou muito àquele movimento; penso que, mais do que as pessoas, os partidos tenham atuado muito precisamente em relação a isso.

Lembro-me também que, nessa fase, conversava-se muito com homens como Tancredo Neves. Em 1965, quando o MDB apresentou sua primeira proposta para a prefeitura com legenda e sublegenda, junto a vários outros, que também estavam empenhados no assunto, fomos a Belo Horizonte conversar com grandes figuras como Camilo Nogueira

da Gama, senador, José Aparecido de Oliveira e, sobretudo, Tancredo Neves. Foi nessa ocasião que começamos a conhecer um pouco mais da capacidade de articulação daquele homem. Todos nós neófitos em relação às articulações políticas, mas Tancredo era uma grande figura. Ele não tinha uma presença física muito constante em Juiz de Fora, mas possuía uma capacidade de absorção e análise dos fatos políticos da cidade muito acentuada e muito aguda. Tancredo Neves tinha tanta competência nessa área que, de longe, ele — poucas pessoas talvez saibam disso — articulou muitas coisas, muitas coisas mesmo. Penso que Tancredo foi uma figura central do processo de redemocratização.

Em 1965 as coisas estavam muito ruins e pioraram mais ainda em 1968, mas a partir de então Tancredo foi uma figura muito interessante e importante no pouco que se pôde conferir à democracia renascente e retomada. Ele foi uma figura muito interessante em Juiz de Fora também, como, aliás, certa vez, pessoalmente, tive oportunidade de comentar com ele, no que me respondeu que não era tanto assim. Certo dia, Tancredo Neves, chegando a Juiz de Fora, ao ser obrigado a ficar parado longamente naquela travessia de nível perto da Becton Dickinson, comentou com Tarcísio Delgado, que o acompanhava, que se chegasse à Presidência da República uma de suas primeiras iniciativas seria tirar aqueles trilhos do centro da cidade. Ele morreu e os trilhos continuam como estavam. Embora não se possa dizer o que ele falou, o que veio fazer aqui, quais foram suas articulações, Tancredo foi de longe uma figura que manobrou e articulou intensamente em Juiz de Fora. Naquele episódio da tentativa de renúncia e desfiliação do partido do prefeito Saulo Moreira, foi admirável ver o talento com que esse homem, de longe, pelo telefone ou por interlocutores, realizava um trabalho fantástico. Portanto, Tancredo Neves é o nome que indico.

Recentemente, fiz uma palestra, no Instituto Santo Tomás de Aquino, sobre o folclore na política e citei os dez mandamentos do “raposismo”. Em 1985, trabalhava no jornal *O Globo*, e Tancredo Neves estava no auge, não havia objeções nem oposição a seus feitos, todo mundo falava na nova república; ele era quase que o deus político do Brasil. Nessa época, descobriu-se que na cidade de Tancredo Neves, São João del-Rei, lá, onde ele era absoluto, havia uma comissão provisória do PSD,

o partido de oposição. Todos acharam aquilo muito estranho, e me pediram que fosse a São João del-Rei apurar os fatos. Fui e, após dois dias de investigações, descobri que essa comissão executiva de oposição era comandada por um coronel aposentado do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro; o sujeito aposentou-se no Rio, veio para São João del-Rei e nunca mais quis saber de nada. Pois bem, Tancredo Neves, vez por outra, às 11 horas da noite, quase meia-noite, colocava um cachecol, um chapéu *gelot* e ia conversar com o militar carioca, apesar de saber que a conversa não iria resultar em nada, mas ainda assim achava que era preciso conversar. Tancredo era assim, conversava, conversava, conversava, e ele gostava de conversar também sobre as coisas de Juiz de Fora, embora tenha feito certa vez uma referência que desmerecia a competência de nossos políticos. Dizia ele que Juiz de Fora era o jardim da infância da política.

Christina Musse. Não vou deixar escapar os dez mandamentos do “raposismo” da política. Você tem algum na ponta da língua para nos dizer?

Wilson Cid. Por exemplo, um desses mandamentos diz que “político mineiro só é solidário no câncer”, que, inclusive, foi atribuído a Otto Lara Resende, mas, na verdade, é de Nelson Rodrigues. Bastante interessantes também são: de Paulo Pinheiro Chagas, “na briga de dois, ambos perdem”; do velho Bias Fortes, “em eleição, é preciso prestigiar o padre que dá o voto, o policial que assegura o voto e juiz que proclama o eleito”; de Negrão de Lima, “quando se está na oposição não se pede nem demissão”, e de Tancredo Neves, “conversando é que se entende”. O velho Andrada, agente Antonio Carlos Ribeiro Andrada, político atuante em Juiz de Fora, presidente da nossa Câmara e também executivo, foi uma grande figura. Em 1926, quando presidente do estado de Minas Gerais — isso é o fino do “raposismo” —, dizia ele “nas horas mais difíceis é preciso comandar”. Entenda-se: vão vocês, nós não! O líder fica e os comandados é que vão. Esses são alguns pensamentos, como não se pode dizer da sabedoria política, então, dizemos do “raposismo” mineiro, da maldade, da malícia do político mineiro, que é muito interessante de se conhecer.

Natálio Luz. Como começou sua carreira? Quando se manifestou em você a vontade de se tornar profissional de rádio e jornalismo? A voz ou a pena, qual é o seu instrumento de trabalho mais eficaz?

Wilson Cid. O começo da minha carreira data de fevereiro de 1957, quando comecei a trabalhar na Rádio Difusora na parte da manhã. Ainda não tinha 17 anos, na Rádio Difusora. Iniciei num programa musical e quando essa rádio foi incorporada pela Rádio Industrial, que tinha uma tradição jornalística muito grande, fui aproveitado no radiojornalismo e nunca mais saí. Este foi meu começo, e o “quando” foi determinado pela necessidade. Tinha necessidade de trabalhar para ajudar a família a se manter, e a oportunidade que se me ofereceu foi através de Raimundo de Oliveira, que era meu vizinho e achava que eu tinha voz radiofônica e, por isso, me ofereceu uma chance que aproveitei. Passei quase toda a minha vida fazendo jornal, mas se dissessem que teria que fazer uma opção, a faria pelo rádio, por achar que é um meio de comunicação onde você tem uma responsabilidade direta muito mais pessoal. O que você fala é o que você fala. Bem ou mal, o que saiu de sua boca é uma obra sua. No jornal (e, sobretudo, na televisão, onde não gosto nem de entrar) você depende do revisor, do diagramador, do fotógrafo, depende, enfim, de mil coisas e também, no dia seguinte, depende do sujeito entregar o jornal na hora. Então, você cria uma dependência em torno de si muito acentuada. No rádio não. O rádio valoriza mais o profissional: o que você faz bem feito é bem feito; o que você faz mal feito é mal feito, e estamos encerrados; não há distribuição de responsabilidades. As responsabilidades são suas e acabou.

Sérgio Bara. Em 1993, quando entrevistei Wilson Cid, impressionou-me muito seu poder de síntese: entre 18 entrevistados, quem encerrou os depoimentos foi Wilson Cid e ele falava exatamente sobre a transição da Rádio Difusora que estava chegando e sobre os anos dourados do rádio que estavam chegando ao fim com a chegada da televisão. Então pergunto: Qual é o futuro dos veículos de comunicação atuais? Qual futuro você vê para o jornal e para os outros veículos de comunicação frente ao avanço tecnológico, à internet etc.?

Wilson Cid. Você se refere ao jornal impresso?

Sérgio Bara. Sim, ao jornal impresso e à própria televisão e esse meio digital, mas gostaria que seu foco fosse mais no jornal impresso.

Wilson Cid. Só para que o assunto não fique em suspenso, gostaria de dizer que o que habitualmente a gente chama de anos dourados do rádio foi aquele interregno, aquele período do final da década de 50, porque o rádio vinha lá de equipes de radioteatro, equipe de jornalismo. A Rádio Industrial tinha duas orquestras, tinha programas de auditório diários. Por que isso? Porque naquela época a televisão era ainda muito incipiente. Sobretudo, no jornalismo, a televisão não tinha a capacidade de mobilização que tem hoje. Por essa razão, quando acontecia um fato muito interessante, como a chegada de Fidel Castro, que era um monstro sagrado, a visita do presidente Eisenhower [Dwight David Eisenhower], nós, da Rádio Industrial, tivemos que nos deslocar até o Itamaraty para transmitir. No célebre voo pioneiro de Gagarin [Yuri], o astronauta, Natálio Luz e eu fizemos uma reportagem radiofonizada, com sustentação do radioteatro. Foi uma coisa muito interessante e depois vamos falar sobre isso mais detalhadamente. Os grandes fatos políticos aconteciam e tínhamos que cobrir porque a televisão ainda não tinha a capacidade de concorrer que possui hoje. Por essa causa, nos movimentávamos demais. Por exemplo, na Semana Santa, transmitíamos de quatro ou cinco cidades, alternadamente.

Na eleição de 1960, de Jânio Quadros, nos deslocamos para o Ibirapuera, em São Paulo, de onde fizemos a transmissão. Nessa ocasião aconteceu uma coisa interessante a respeito de Juiz de Fora: estávamos com apenas um *box*, discretíssimo, modestíssimo, e, no Ibirapuera, aquela coisa fantástica: a Rede Continental, a Rede Bandeirantes, com equipes de 40, 50 membros, e a nossa com três pessoas somente. Colocamos a modesta plaquinha “Rádio Industrial” no nosso *box*, e, logo em seguida, se aproximou de nós um rapaz apoiado numa muleta, que disse: “Rádio Industrial? Só pode ser de Juiz de Fora. Sou de São Mateus, nasci em São Mateus”. E, assim, o sujeito, em função dessa identidade com Juiz de Fora, colocou à nossa disposição todos os recursos da Rede Bandeirantes, que jamais teríamos e que nos facilitaram muito nosso trabalho. Tínhamos que ir atrás do fato, não podíamos esperar que ele chegasse até nós, como hoje acontece, graças aos recursos que agências têm.

Hoje, recebemos de tudo: as agências são fartas em noticiário, as transmissões são feitas diariamente; durante 24 horas chegam notícias, sempre estão chegando notícias. Na verdade, há uma lição deixada por nós mesmos, que é a seguinte: somos uma sociedade com muita informação e pouca reflexão. Nos dias de hoje, não refletimos sobre as coisas. Através da televisão, as tragédias do Iraque chegam à nossa sala; daí a pouco os problemas dos budistas na Ásia também entram; depois, aparece o presidente Luiz Inácio Lula da Silva dizendo uma de suas coisas interessantíssimas. Enfim, todas essas notícias chegam às nossas casas avançando sobre nós; e aquela massa, aquela massa vastíssima de informação quase se perde porque não temos capacidade para dar um conteúdo mais reflexivo sobre ela. Penso que o grande desafio do rádio, hoje, se deve ao fato de ele ter se atropelado um pouco nos últimos tempos, quando estreitou demais sua convivência com o ouvinte. Não precisava ser como antigamente, quando os radialistas eram considerados monstros sagrados e que todo mundo festejava as rádios. Mas, hoje, no rádio, de sete horas da manhã à meia-noite, em todos os programas, os ouvintes entram falando ou convidando o locutor para comer broa na casa dele; enfim, criando uma intimidade que, a meu ver, comprometeu um pouco a atividade do comunicador.

E quanto ao jornal, o grande desafio é a internet, e a esse respeito vamos ter que conversar direitinho porque a coisa é brava. Hoje, as pessoas que saem de uma festa, de um jantar, a uma hora da manhã já leram o seu jornal na internet e o jornal ainda vai chegar às sete e meia na banca e elas já tomaram conhecimento de tudo aquilo. Esse é o grande desafio. Vai acabar o jornal, a imprensa? Não vai, mas vamos ter de fazer uma remodelação muito grande. Teremos que criar um pouco mais de senso de objetividade para dar um pouco mais do que dão na televisão. O rádio é instantâneo, a televisão vem depois com a imagem, e o jornal haverá de dar o quê? A meu ver, o jornal terá de dar análise do fato. Vamos ter de correr um pouco mais para ter mais conhecimento, técnico ou cultural, do fato para ajudar o leitor a entender melhor. O simples da notícia — morreram 17 pessoas na explosão de hoje em Bagdá, no Iraque — não resolve. Temos que dar alguma coisa a mais; a pessoa tem de absorver esse dado, mas com alguma informação adicional: a pessoa

tem que criar uma intimidade cultural com o fato. Esse, a meu ver, é o grande desafio que vem por aí.

124

Paulo César Magella. Lembro-me que, como foca, andava atrás do Wilson e do Waltencir Matos e que, quando iam ao Faisão Dourado, a conversa não começava enquanto o Wilson não chegava, porque ele traria, e estavam todos esperando, as notícias que iriam sair no jornal no dia seguinte. Lembro do professor Medina, do Roberto, do Padovani, daquela turma toda que ficava lá à espera de Wilson para fazer uma análise dos fatos, contar o que tinha acontecido no dia e dizer o que seria destaque no dia seguinte. Hoje a internet já acabou com tudo isso aí.

Wilson Cid. Nessa época do *Diário Mercantil* — o Paulo deve estar se referindo à década de 70 para cá — não tinha agência. Recebíamos toda noite o noticiário pela agência Meridional por telefone. Trabalhei nisso e assim por muitos meses: colocava o telefone preso ao ombro e com a máquina de escrever ia recebendo as notícias. E tudo isso acontecia a dois metros do linotipo, era uma barulhada infernal; e se caísse uma tempestade, com aquelas trovoadas, aí a coisa era terrível. Mas já tinha sido uma evolução, porque anos antes o Mário Helênio tinha que ir para a Estação da Central esperar o Noturno, que vinha às 22 horas com o jornal *A Noite*, para então tirar o que era essencial para colocar no jornal no dia seguinte. Muito interessante. Sempre uma evolução, as coisas estão sempre evoluindo.

Natálio Luz. O jornal naquela época tinha uma identidade no seu noticiário. Aliás, não só o jornal como as várias emissoras de rádio e, posteriormente, a televisão. Hoje, há uma padronização. Quando se pega, por exemplo, a Bandnews, ou se pega a Globo News, os noticiários são exatamente os mesmos, com os mesmos detalhes. Isso tirou um pouco do sabor que tinha naquela época, em que cada órgão de comunicação tinha uma personalidade muito definida: quando você lia o *Jornal do Brasil* ou lia o *Diário Mercantil*, cada um daqueles tinha um sabor. Hoje, observo, graças à uniformização do noticiário, que a coisa ficou muito repetitiva. Muda-se de canal e está a mesma coisa.

Wilson Cid. Quando se faz essa referência à televisão, percebe-se que as emissoras compram pacotes. Por volta das 17 horas, os editores

dos grandes jornais de televisão começam a receber os pacotes de notícias: 16 mortes no Iraque, não sei o que do futebol, *Real Madrid* etc., e, a partir daí, fazem uma seleção daquilo que interessa. Geralmente, as coisas que interessam a um canal de televisão interessam aos outros também. Não há como variar muito. A meu ver, aí acontece exatamente o que falo aqui a respeito do jornal: a televisão tem que entrar acrescentando alguma coisa. Tem que dar um pouco mais. Como em tudo na vida, sem nenhuma exceção, o que faz o mundo mover são as pessoas que dão mais do que têm que dar. As pessoas que vão além de si mesmas, além de sua competência, de seu trabalho. Os telejornalismos vão ter que fazer isso para conseguirem dar ao telespectador o direito de fazer opção entre os canais e conhecer coisas diferentes.

Sobre as gerações que estão chegando com essa cultura da velocidade, acredito que o volume de notícias vai fazer com que as pessoas optem também por um conteúdo mais analítico ou mais crítico e, conseqüentemente, também a imprensa e os profissionais desse segmento terão que se qualificar cada vez mais. Por isso, todas as vezes que os estudantes me procuram para conversar e me perguntam o que é essencial, digo que é ler, ler, ler, continuar lendo, lendo, lendo; porque somente a leitura dá essa capacidade de análise crítica das coisas.

Douglas Fazzolato. Como Wilson é um grande observador da cena da cidade, do que acontece, não só na política como na história, patrimônio, urbanismo, e nós juiz-foranos sempre dizemos que, em Juiz de Fora, as pessoas estão apáticas, que a cidade não evolui em determinados pontos, gostaria de fazer uma pergunta a respeito do leitor e do ouvinte. Durante esses 50 anos de carreira, você notou mudanças no comportamento das pessoas com relação à cobrança dos meios de comunicação e à participação no que diz respeito ao município, como também quanto à exigência de maior gama de informação, inclusive de assuntos externos à cidade?

Wilson Cid. Acho que sim, pelo seguinte: antigamente tínhamos o leitor do *Diário Mercantil*, *Diário da Tarde*, *A Tarde*, *Folha Mineira*, *Gazeta Comercial*, que eram leitores que se satisfaziam com o noticiário local. Hoje, eles querem um pouco mais, o leitor quer saber como vão os jogos do Rio, por isso obriga os jornais de hoje a ficarem abertos até

11 e meia da noite, esperando pelos resultados do futebol. Isso é uma complicação industrial, mecânica, um negócio brutal, mas tem que fazer, porque as pessoas tornaram-se mais exigentes. Essa é a grande diferença. A única coisa que talvez possa discrepar um pouco é que, em tempos passados, década de 60, 70, as pessoas cobravam mais do jornal um conteúdo cultural. Hoje estão mais práticas, as pessoas querem informação, mas antes cobravam mais. Por exemplo, o *Diário Mercantil* tinha uma coluna do professor Henrique Hargreaves para falar sobre cultura, onde, em determinados dias, ele falava sobre a desromanização do pontificado católico. Ele era uma autoridade no assunto. Antes, as pessoas cobravam e exigiam conteúdo. Quando se fazia uma crítica ao prefeito, cobrava-se também o aspecto cultural, cobrava-se muito do aspecto cultural, dos fatos com os quais os políticos lidavam. Hoje não, hoje a pessoa quer informação mais densa, mais rápida, mais objetiva. A objetividade com seu poder de concisão, a meu ver, é o grande desafio que teremos pela frente: aproveitar o tempo e o espaço do melhor modo possível e ao máximo possível.

Christina Musse. Tenho uma curiosidade. Você é um pouco avesso à televisão, mas teve uma experiência pioneiríssima com a TV Mariano Procópio, afiliada da TV Tupi, aqui em Juiz de Fora. Queria que resgatasse um pouco da memória dessa pioneira que também resgatou um pouco do imaginário da cidade no início dos anos 60.

Wilson Cid. A TV Mariano Procópio foi um projeto dos Diários Associados. Chegamos a vender — digo chegamos porque estava na empresa nessa época, mas não participei da venda — ações; tínhamos até há pouco tempo acionistas da TV Mariano Procópio em Juiz de Fora. Depois os Diários Associados, com a inviabilidade do projeto, transformaram essas ações em ações da S.A. Diário Mercantil, e assim permaneceram até novembro de 83, quando a sociedade anônima se desfez e o *Diário Mercantil* deixou de circular. Mas a TV Mariano Procópio teve alguns ensaios telejornalísticos e algumas coisas interessantes. Tínhamos, por exemplo, cinco minutos diários na TV Tupi. Íris Littieri, dona daquela voz sensualíssima do Aeroporto Tom Jobim, era locutora do jornal de Juiz de Fora, *Cinco minutos*, na TV Tupi do Rio de Janeiro. E nós daqui o que fazíamos? Jorge Couri filmava e fazia os *slides* e eu fazia o noticiário. Depois embalávamos e despachávamos pelo ônibus da Útil,

para chegar ao Rio de Janeiro a tempo de ir ao ar às 13h03min. Fizemos algumas experiências assim. Por exemplo, o senador João Calmon veio aqui uma vez e fomos entrevistá-lo. Mas como entrevistar? Tivemos que levar o senador para Linhares, onde havia um cubículo, um negócio terrível, e ali fechados, num metro quadrado — eu, quase que no colo do senador —, todos espremidos, fizemos uma entrevista com ele, que, por se tratar do presidente do condomínio dos Associados, foi transmitida em rede, e, nessa ocasião, pela primeira vez ele comunicou a existência de um projeto, de sua autoria, que propunha a reformulação do ensino básico no Brasil. Este projeto acabou se perdendo, mas ele foi lançado aqui em Juiz de Fora.

Depois, ainda realizamos algumas coberturas específicas: aniversário da cidade, a visita de João Goulart a Juiz de Fora, em maio de 63; tivemos alguns programas especiais de cobertura, com utilização de toda a estrutura de televisão. Aconteceram programas muito interessantes porque era uma época de grande agitação política. No dia 31 de maio de 63, a chefia de reportagem me deslocou para o Rio, e voltei no avião da Presidência da República, porque naquela época a irresponsabilidade quanto à segurança era tamanha, que se emprestava o avião do presidente. Aqui em Juiz de Fora, com aquele rádio *kraft* de guerra, sintonizávamos a frequência do avião e, assim, foi possível entrevistar o presidente da República na viagem que ele fez à cidade em 1963. Na TV Mariano Procópio aconteceram fatos isolados, mas que não chegaram a fazer história; foram tentativas isoladas. Depois disso, nós evoluíramos para a TV Industrial, mas aí já é outra história.

Christina Musse. Você chegou a participar com algum programa na TV Industrial, que também foi a primeira geradora do interior brasileiro?

Wilson Cid. Não. Fiz alguns desses programas na TV Mariano Procópio, depois fiz na TV Itacolomi, que era da rede associada da TV Tupi, mas na TV Industrial nunca participei de programa algum.

Paulo César Magella. Wilson, por favor fale a respeito do Gagárin, e acoplado a isso fale um pouco dos especiais que você produzia, sobretudo na Super B3, com Natálio Luz, Cláudio Temponi e José Carlos de Lery Guimarães. Conte todas aquelas histórias.

Wilson Cid. Quando o Gagárin participou daquele grande fato histórico, fizemos uma cobertura intensa porque era realmente um fato histórico. Fizemos montagens e programas especiais sobre o assunto, tudo com o apoio do radiojornalismo. Popov, o primeiro russo que flutuou no espaço, e outro astronauta vieram ao Brasil e foram a Ouro Preto. Na volta para o Rio de Janeiro, houve um problema com o carro em que estavam e eles pararam naquele posto de gasolina que havia na praça Antônio Carlos. Eram homens muito simpáticos e bonitos, na época, e, ali, no posto de gasolina, tivemos oportunidade de entrevistá-los. Estávamos lá fazendo a transmissão e alguém na Escola Normal ouviu a Rádio e, a partir daí, foi um inferno. Quando na Escola Normal perceberam que na praça, a alguns metros de distância, estavam Popov e outro astronauta, as alunas desceram em multidões para estarem e serem fotografadas com eles. Esse episódio foi muito interessante e nos rendeu uma homenagem russa: uma medalha em forma de uma miniatura do Sputnik. Mas nos rendeu preocupações também, porque, naquela época, quando se falava ou se tratava da Rússia, achavam, imediatamente, que estavam entregando o Brasil aos comunistas. Isto rendeu alguns problemas no campo de segurança nacional, mas tudo facilmente superado. Sempre tive, desde essa época — e nunca meus amigos militares conseguiram satisfazê-la —, grande curiosidade em saber como era minha ficha de segurança, o que eles tinham em relação e contra mim. Quando o presidente Castelo Branco veio inaugurar a Reitoria da UFJF, dois jornalistas de radioimprensa de Juiz de Fora não tiveram autorização para chegar perto dele, José Carlos de Lery Guimarães e eu. Nunca fiquei sabendo exatamente por que e nunca ninguém me informou; isso restou como um dos segredos de minha carreira profissional.

Natálio Luz. Wilson, nesse momento gostaria de falar um pouco de alguns dos melhores momentos, entre tantos que tivemos o prazer de desfrutar juntos, e o quanto aprendi trabalhando ao seu lado. Wilson é uma verdadeira enciclopédia, um manancial de sabedoria e doação. Entre suas grandes qualidades éticas e morais está sua imensa capacidade de trabalho, trabalho duro, ao mesmo tempo visceral e intelectual, trabalho de artista e estivador. Em meados dos anos 70, na Super B3, procurávamos uma forma de prender os ouvintes ao rádio durante as

transmissões dos atos litúrgicos da Semana Santa, porque a concorrência naquele tempo era acirrada entre a B3 e a Industrial. Depois de algumas reuniões, chegamos à conclusão que o melhor seria improvisar um minielenco de radioteatro e acoplá-lo à reportagem, de modo que a narração da reportagem fosse ilustrada pela representação teatral e a opinião do público participante.

Lembro-me que para realizar o trabalho houve uma mobilização geral do elenco de comunicadores da rádio e a você coube o trabalho mais penoso: a radiofonização total de todos os passos da Semana Santa, e para tanto ficou de plantão na rádio os dias, as noites e madrugadas do Domingo de Ramos ao Domingo da Ressurreição. Depois do trabalho, por volta das 10 horas da noite, todos íamos dormir, com exceção de você. Quando pela manhã chegávamos à Rádio, depois de uma noite bem dormida, você estava lá trabalhando. Ao meu cumprimento de bom dia, você respirava profundamente, fazia uma longa pausa, me olhava nos olhos e, sem dizer palavra, num gestual metafísico, com as mãos espalmadas, alisava os cabelos desalinhados, vigorosamente, e continuava o trabalho, não me respondia o bom dia. Seus olhos azuis refletiam misteriosamente a luz de um ser ungido pela transcendência. Conclusão: o resultado foi um trabalho maravilhoso, um texto criativo, antológico, uma obra-prima de jornalismo e radiodramaturgia, que até hoje encanta a quem ouve. Fale-nos a respeito desses especiais que você realizou com tanto talento e até com certa genialidade.

Wilson Cid. Obrigado. Vínhamos da experiência fascinante de março de 1963, quando se realizou, no Sport Clube, o *Cristo total*. Este espetáculo mobilizou a cidade inteira: o Colégio Santa Catarina, o elenco de radioteatro, Natálio Luz estava lá, como também José Carlos de Lery Guimarães, o Heitor Augusto e eu, ajudando na narração. O que foi aquilo? Foi uma tentativa de colocar a Semana Santa de forma dramatizada dentro do campo do Sport Clube, para que as pessoas entendessem melhor a atualidade das coisas. Em *Cristo total*, um texto de Wilson Beraldo, José Carlos de Lery Guimarães e Irmã Benedita Hidelfeld — que ainda era viva há até pouco tempo —, a cada passo da Paixão de Cristo colocava-se um problema da atualidade, da humanidade: as drogas, o dólar alto, a prostituição, todas essas questões. Cada passo, cada queda de Cristo da nossa Semana Santa tinha um sentido filosófico e de reflexão. Vínhamos dessa experiência e, em seguida, realizamos a *Aquarela*

do Brasil, com texto de José Carlos de Lery Guimarães, retratando, com teatro ou dança, cada região brasileira. Foi um espetáculo grandioso e maravilhoso. Vínhamos, portanto, dessa experiência.

Nos meados da década de 75, tentávamos fazer com que aquela tradicional forma de transmissão da Semana Santa fosse apoiada por outros instrumentos do rádio, a fim de despertar a atenção e provocar a participação popular. Então, ao invés de narrarmos apenas o que foi o Domingo de Ramos, a entrada em Jerusalém, aquilo tudo, colocávamos o radioteatro para dar sustentação à narração. Na Sexta-feira Santa, transmitimos a *Paixão segundo São Mateus*, peça maravilhosa com cinco horas de duração, que o público aceitou muito bem. Os *Passos da Paixão* também foram acompanhados, todos, por radioteatro. A experiência foi muito boa, e o único mal que posso apontar é que ela coincidiu com a grande transformação do rádio que veio logo depois, e, por isso, não houve continuidade nem prosseguimento.

O rádio passou por uma fase muito interessante e muito cruel, que foi a sua quase transformação em posto de alto-falante e toca-discos. A FM veio arrebentar com o rádio de produção, com o rádio de conteúdo de matéria e produção. Penso que, se não fosse esse fenômeno transformador do rádio, teríamos prosseguido com aquele tipo de programação, até porque várias outras emissoras acharam a iniciativa inovadora e conveniente. Para vocês terem uma ideia, até cerca de cinco anos atrás, a igreja localizada na rua Francisco Bernardino transmitia pelos seus alto-falantes, na Sexta-feira Santa, aquela gravação da *Paixão segundo São Mateus*. A peça se perpetuou, continuou despertando o interesse do grande público e fez com que o rádio se movimentasse dentro de si mesmo, não só o jornalismo.

É importante também ressaltar o seguinte: a gente queria acabar — isso é muito interessante e ainda hoje é um problema — com essa forma estandardizada do rádio funcionar: pessoal de música é músico; o pessoal de jornalismo é jornalista; pessoal de esporte é esportista. Tudo funcionava de forma estandardizada e departamentizada e queríamos fazer uma integração maior. Com aquela programação, conseguimos atingir nosso intento, como também conseguiríamos depois na transmissão de carnaval com toda a montagem, que também foi uma experiência muito interessante. Natálio falou que era muito cansativo

e exaustivo, e era mesmo, mas tínhamos momentos maravilhosos. Ria-se, ria-se, ria-se, dos nossos erros, voltava, tornava a gravar. Era muito interessante e parecia que revitalizava todos nós.

Cada um tem uma série de tropeços e erros para contar. Por exemplo, em 1960, trabalhei por 40 dias tentando falar com Jânio Quadros e só consegui através de uma pessoa chamada Aduino Lemos, de Juiz de Fora, que era muito ligada a ele. Só assim consegui marcar a entrevista, e, na hora, estava tremendo, preocupado com a responsabilidade de falar com aquele homem — o presidente da República, temperamental do jeito que ele era, mal-educado — conversar com esse homem... Bom, fizemos a gravação, que, na época, era feita em fitas pequeninhas de gravador. No momento da produção, o operador se equivocou e, ao invés de entrar a voz do presidente Jânio da Silva Quadros, entrou a voz da Judite, porta-bandeira de escola de samba. Um negócio terrível! Tínhamos muitas razões para rir.

Outro episódio que vale a pena relatar: na campanha de 1960, estive na cidade, para comício na praça da Estação, o marechal Lott [Henrique Teixeira], que disputava com Jânio Quadros a Presidência da República. Chovia muito na cidade naquele dia, e, como a fiação ficava pelo chão, o microfone dava muito choque. Edu Alexandrino, operador, falava assim: “Quando pegarem o microfone, segurem com firmeza, firmeza mesmo, para que vocês consigam enfrentar o choque”. Segurando o microfone com firmeza, fui ficando com uma dor imensa no músculo do braço e resolvi pedir a Geraldo Martins, um colega da rádio, que segurasse um pouco o microfone para mim, mas, ao me virar para chamá-lo, encostei o microfone no ouvido do marechal Lott. Parece que o diabo tem um concurso interessante: nessa mesma hora alguém soltou um foguete. Quando, com o choque, o Marechal Lott pulou para trás, e quando, simultaneamente, soltaram o foguete, pensei: mataram o homem! E foi aquela confusão. Na hora houve muita tensão, mas depois foi muito engraçado.

Sérgio Bara. Resgatando o Noticiarista T9, memorável na cabeça de todo mundo que o acompanhou, queria que você falasse um pouco sobre ele. Até pouco tempo atrás, se não me engano, a Rádio Industrial transmitia, no calçadão, com alto-falantes, ao meio-dia, as últimas notícias de Juiz de Fora e do país.

Wilson Cid. Naquela época do Noticiarista T9, não tínhamos agência trabalhando na rádio. O que tínhamos era um radiotelegrafista — Waldemar Ney de Aquino — que pegava as notícias e passava direto para a redação, sem um erro ortográfico; era incrível. O noticiário nacional e internacional tinha muita precisão e era muito em cima do fato porque tirávamos a notícia diretamente de um rádio antigo, um imenso rádio *Kraft* da Segunda Guerra Mundial. Tirávamos diretamente daquele aparelho e trabalhava-se muito em função disso. O pessoal de redação local, por exemplo, Raimundo de Oliveira, Mário Helênio, Heitor Augusto Guimarães contribuía dando notas locais, e as enxertávamos o jornal. O Noticiarista T9 foi, realmente, o noticiário mais famoso da cidade em todos os tempos e tinha um bom prefixo. A rádio, na época, tinha alto-falantes virados para a rua Halfeld, e ele era transmitido às 9 horas, às 12h30m, às 17 horas e às 21h30m. Nesses horários, os alto-falantes entravam projetando o nosso prefixo para a rua Halfeld, e as pessoas paravam para ouvir as últimas notícias.

No dia em que Jânio Quadros renunciou, em 1961, o noticiário do meio-dia e das 17 horas durou uma hora e dez minutos. Como não havia censura, o pessoal de segurança exigiu que, junto ao locutor, ficassem policiais embalados: tivemos que fazer um noticiário de uma hora com um sujeito portando metralhadora atrás de nós, foi um negócio muito complicado e preocupante. Na renúncia do Jânio Quadros, aconteceu o mais longo jornal que tivemos na história do rádio, pelo menos da Rádio Industrial. A partir daí, as coisas começaram a complicar: João Goulart estava em Singapura e para voltar teve que fazer um contorno incrível, porque os militares não queriam que ele assumisse. Enfim, aquele noticiário foi muito intenso, um momento histórico do Noticiarista T9.

Com a vinda da televisão, o prestígio do noticiário do rádio ficou bastante esvaziado. E assim permaneceu por muito tempo. Penso que o rádio, hoje, começa a se recuperar, talvez devido a uma nova visão de texto, mais objetividade, contemplando mais o fato local, da comunidade, o que está permitindo um fenômeno de fênix: ressurgir das velhas cinzas, depois de ter levado uma bordoadada fantástica da televisão. Tenho a impressão que na história do rádio em Juiz de Fora o que mais emocionava, movimentava e prendia a atenção da cidade eram as transmis-

sões de apuração eleitoral. A agilidade dos computadores de hoje, que permite divulgar às 20 horas resultados de eleições que se encerram às 17, confiscou da cidade o direito de se emocionar com a votação. Hoje não dá mais tempo de se emocionar: às 20 horas tudo está completo, tudo fechado, os vitoriosos em cena.

Naquela época, tínhamos disputas incríveis, a cidade parava quando a Rádio Industrial, que tinha o prefixo mais famoso da cidade, a música norueguesa *Marcha dos boiardos*, entrava no ar dando resultados da apuração. Houve uma eleição que se prolongou por uma semana: na disputa de Mello Reis com o outro candidato à prefeitura, Itamar Franco, a diferença entre eles era de 200, 240, 300 votos, a cidade parou. A emoção era tanta que as pessoas tinham palpitação, tinham que colocar debaixo da língua aquele comprimido Isordil. Naquela apuração, a cidade parou, realmente parou. Outras eleições foram também movimentadíssimas.

Outra coisa que contribuía muito para motivar a cidade era que o processo da apuração era feito por zonas eleitorais. Apurava-se toda a 143^a, depois toda a 144^a, enfim, você sabia do resultado no centro da cidade e não tinha a menor noção do que tinha acontecido nos bairros. Na eleição de 54, o candidato a prefeito, Silva Abreu, abertas as urnas do centro da cidade, chegou a comemorar nas ruas, houve passeata, *champagne* etc. e tal, e, no dia seguinte, abertas as urnas de Monte Castelo, Benfica, Francisco Bernardino, em 24 horas Olavo Costa virou e obteve a vitória com uma diferença de 4.600 votos. Hoje não tem mais emoção. Os debates também eram emocionantes porque havia mais liberdade. Hoje se faz debate que não é debate. O candidato tal tem um minuto, o outro tem um minuto, o senhor tem agora réplica, o senhor tem a tréplica; fica aquela coisa morna, com um candidato torcendo para ser o último a falar para, no último minuto, dar uma “bombada” no concorrente que não terá mais tempo para responder. Isso não é debate.

Aquelas campanhas eram emocionantes e aconteciam coisas fantásticas... Os comícios e suas histórias fantásticas: num comício na cidade Estrela do Sul, no Mato Grosso, candidatura de Júlio Campos, contrataram um violeiro para animar o comício, que ele julgava ser do PT, e não era, era do PMDB. Não esclareceram nada para o violeiro, que, ao pegar o microfone, assim começou: “Há quatro coisas na vida que o ca-

boclo não deve fazer, comprar terra enrolada, casar com mulher falada, trocar tiro por nada e votar no PMDB.” Ali mesmo, acabou a festa do Júlio Campos.

Paulo César Magella. Gostaria que nos contasse outras histórias desse folclore político. Estamos esperando, você está nos devendo essa.

Wilson Cid. Teve uma época que o Congresso Nacional era recheado de figuras de grande expressão cultural, intelectual, e isso permitia acontecer coisas muito interessantes. Certa vez, Flores da Cunha iniciou seu pronunciamento, transmitido pela Rádio Industrial na época, assim:

— Me perdoe o senhor presidente...

E o deputado Teixeira Leite disse:

— V.Exa. me permite um aparte?

— Mas não falei nada e o senhor já quer aparte...

— Não, sei que se trata de um equívoco, mas é só para dizer a V.Exa. que não se começa frase com pronome oblíquo. Permita-me V.Exa., mas isso aí necessita de uma próclise.

— Agradeço muito a V.Exa., mas nós no Rio Grande do Sul, quando voltamos dos nossos pampas gostamos de falar com o coração aberto, sem grandes preocupações gramaticais. Só a emoção é que fala, por isso comecei o meu discurso com um equívoco, fazendo uma próclise inadequada gramaticalmente, mas V.Exa. há de convir: isso não tem a menor importância. Veja mesmo o nome de V.Exa., Teixeira Leite, era para ser “cheira-se leite”!...

Douglas Fazzolato. E o folclore local, dos políticos locais?

Wilson Cid. Posso contar, Mello Reis? Estava acompanhando o prefeito Mello Reis numa visita às obras daquela estrada no bairro Teixeiras, que estava sendo asfaltada. Mello parou lá num determinado ponto próximo a um motel. A comitiva ficou ali por perto e estávamos conversando com o prefeito, quando de nós se aproximou uma mulher que disse assim:

— Senhor Prefeito, não posso admitir um negócio deste; como pode fazer uma obra desta ao lado de uma casa de tolerância, um motel! (Ela

estava convencida que a estrada ia facilitar o acesso ao pecado e ela estava protestando por causa disso).

Ela:

— Não posso aceitar isso!

O Prefeito vira para ela e diz:

— Minha senhora, mas é dando que se recebe...

Douglas Fazolatto. Como foi trabalhar na imprensa de Juiz de Fora durante o período da censura nos anos negros da ditadura?

Wilson Cid. Foi brabo, e sabe por quê? Porque tínhamos que fazer o que todos os jornais faziam e nos trechos censurados colocávamos receitas de bolo ou rocambole, trecho de poesia de Manuel Bandeira. Foi muito ruim porque era sempre uma humilhação. Costumo dizer que há três coisas que degradam o jornalista, a imprensa e a comunicação. Primeira, a censura porque deixa marcas indeléveis; machuca demais e nunca se esquece. Segunda, as notas oficiais dos poderes públicos porque elas sempre dizem o que não aconteceu, e a terceira, a preocupação dos editores em guardar matérias. Às vezes você está empenhadíssimo e o editor está guardando matéria porque no fim de semana terá que fazer prospecção etc. e tal, e você é quem se prejudica com isso. Mas a censura é tão dolorosa, porque você sofre humilhação com seus leitores, sofre humilhação profissional e sofre humilhação junto aos seus colegas. Em determinada época, tudo piorou mais ainda quando a censura foi delegada à direção do jornal. Isso trouxe uma preocupação maior, porque quando chegava à redação um coronel ou um major, você explicava para ele que determinado texto não tinha nada demais e, às vezes, até o convencia de uma coisa ou outra. Mas a censura feita pelo diretor do jornal, preocupado em manter o *status*, era complicada.

Uma vez, parou em frente ao *Diário Mercantil* um jipe da Marinha e tiraram da redação, quase que à força, o Pedro Paulo Taucce, e levaram-no para o Comando da Polícia e, lá, rasgaram na cara dele sua carteira profissional. Aconteciam coisas assim, terríveis e desnecessárias. A censura tinha vindo aqui nessa época, até um pouco antes, porque Magalhães Pinto havia feito uma série de descidas aqui no aeroporto da Serrinha para conferenciar com o comandante da 4ª Região Militar e para conversar com o chefe de Polícia. Com aquela movimentação, “fa-

rejamós” que estava havendo alguma coisa, e fomos atrás. Magalhães era muito acessível — registre-se isso em homenagem a ele — mas procurava se desviar das coisas que a gente perguntava, e, por trás, mandava a polícia dar um jeito na gente. Creio que se algum fato importante ficou prejudicado por causa da censura, conseguimos recuperar, porque veio o tempo da liberdade e as coisas que não podiam ser ditas em 68 — sobretudo em 68, há uma diferença muito grande entre 64 e 68 — foram ditas depois de 85. A meu ver, há uma consequência séria causada pelo medo da censura: criamos uma geração de jornalista temeroso, que não gosta de assumir a informação. Dizem: segundo fulano de tal, disse o fulano, afirmou o sicrano, sentenciou o fulano, sempre transferindo declarações, a responsabilidade da informação para a pessoa que lhe dá notícia. Ninguém assume a informação por medo. Essa é uma consequência que ficou desses tempos ruins.

Paulo César Magella. Nos tempos atuais, há também uma figura que nos engessa bastante, o chamado dano moral. Por qualquer coisa que você faz é processado, está sujeito a indenizações altíssimas, fica complicado. Já existe aquela doença, “juizite aguda”, que é um problema sério.

Wilson Cid. Às vezes, aconteciam coisas muito interessantes. Quando o Geisel veio a Juiz de Fora, para fazer a apresentação dos equipamentos da Siderúrgica Mendes Junior, em 26 de outubro de 1976, o arcebispo metropolitano, dom Geraldo Penido, pediu a ele uma audiência de cinco minutos, ali mesmo no aeroporto da Serrinha. Estavam lá o arcebispo, o ministro Arnaldo Prieto e um assessor de Arnaldo Prieto, que era um sujeito muito parecido comigo. Estava parado na porta e, quando esta abriu, me empurraram para dentro juntamente com o ministro, pensando que fosse o assessor. Fiquei ouvindo a entrevista, que me impressionou muito com a firmeza de dom Geraldo ao tratar com Geisel o problema do defasado salário mínimo. Praticamente, ele bronqueou mesmo o Geisel.

Outro episódio interessante aconteceu em Alfredo Vasconcelos, aqui perto de Barbacena, na campanha do Fernando Collor de Melo. Anunciada uma visita do então candidato ao pároco da cidade, resolveram homenageá-lo com um lanche, café, chocolate, biscoitos etc. Ao dar

assento às pessoas da comitiva, o padre deixou vago um lugar ao lado de Fernando Collor. Nessa época, supunha-se que parecia um pouco com o Itamar Franco, não sei. O padre explicou:

— Essa cadeira aqui é para o dr. Itamar que está chegando.

Collor:

— Não, o Itamar não está aqui.

— Está sim, está subindo ali...

Era eu, rapaz. A cadeira ficou vazia o tempo todo por causa disso.

Christina Musse. Durante tantos anos de crônica política você fez algum desafeto?

Wilson Cid. De todos os prefeitos desde Olavo Costa, Itamar foi o único com quem não convivi estreitamente; com todos os demais tive uma convivência muito estreita, apesar de às vezes discordarmos.

Natálio Luz. Fazendo uma reivindicação da classe artística de Juiz de Fora: haveria possibilidade de uma crítica cultural? O teatro, a literatura, a música, as artes plásticas, o cinema de Juiz de Fora etc. se ressentem de uma crítica profissional para, através dela, melhorar seu desempenho.

Wilson Cid. Falta crítica sim. Tenho a impressão que isso se encerrou com Cosette de Alencar, ela era crítica literária. Paulino de Oliveira também fazia alguma coisa, ainda que muito raramente, mas fazia. Sobretudo, o Guima exercia o papel de crítico no seu caderno dominical no *Diário Mercantil*, e tinha um trabalho muito interessante e de seu caderno participaram vários intelectuais do Rio, convidados por ele. Hoje, não temos mais crítica para isso. Os espaços hoje são muito limitados pelo interesse industrial e têm que estar correlacionados com a publicidade. Às vezes, o jornal tem que fechar mais cedo e não pode esperar o término de um espetáculo noturno porque o processo industrial impõe ao jornal estar fechado a tal hora, e tem que estar mesmo porque senão não sai. Isso não acontece só aqui não, acontece em qualquer parte. Um exemplo: a princesa Diana morreu num acidente, num sábado de tarde. Nenhum jornal brasileiro deu a notícia no domingo, porque todos, às 5 horas, estavam fechados. Têm que fechar mesmo, pois são jornais volumosos, com encadernação e têm que estar prontos

com grande antecedência. No Rio de Janeiro, na noite de sábado já se compram alguns jornais de domingo. Esse processo industrial se tornou um processo muito agressivo para as redações.

Em matéria de crítica, talvez eu tenha tido oportunidade de trabalhar um pouco nisso quando era presidente do Conselho de Patrimônio José Alberto Pinho Neves, pois na sua gestão cerca de 120 ou 130 bens públicos e históricos de Juiz de Fora foram tombados. Participei da elaboração de alguns relatos históricos e nessa ocasião, interessante, tive oportunidade de fazer algumas críticas, sem a imprensa — críticas minhas, avaliação minha, pessoal —, mas foi uma experiência muito interessante, que guardei comigo. Graças à gentileza do professor José Alberto, pude inserir na minha biografia um dado que considero muito importante: autor do relato do primeiro bem móvel tombado em Juiz de Fora, que foi o apito da galeria Pio X. Um trabalho de pesquisa a que me dediquei e que achei muito interessante, muito simbólico para Juiz de Fora. Então, nessa parte do patrimônio, tive uma participação muito interessante, que agradou muito. Agora, a crítica falta, realmente.

Natálio Luz. Outra coisa que o processo cultural reclama é o seguinte: as crônicas falam muito mais das fofocas de artistas televisivos cariocas do que do nosso pessoal. O que o jornalismo poderia fazer a esse respeito?

Wilson Cid. Isto é um negócio dramático, porque tudo é feito com base em pesquisa. Ao se fazer uma pesquisa — como já foi feita aqui em Juiz de Fora — com cem donas de casa, para saber o que elas querem saber no jornal, dizem que querem saber se a moça da novela tal, se o artista tal vai casar com a outra, se vai trair aquela, enfim, quem vai morrer, quem não vai morrer. A teledramaturgia é muito repetitiva em relação ao enredo, mas as pessoas gostam disso. E o jornal que tem preocupação em circular, preocupação em ganhar anunciante, cede a esses apelos. Lamentável, mas é uma realidade.

Paulo César Magella. Wilson, o que aconteceu com relação ao mensalão? E a crise dos correios? Eu, particularmente, senti que tudo isso foi muito simbólico para a imprensa, uma perda de força da imprensa como mobilizadora da opinião pública. Você concorda comigo

nisso? Talvez tenha a ver com o que você comentou sobre reflexão: as pessoas receberam tanta informação e foram tantos escândalos um atrás do outro, que parece ter havido uma banalização, e, ao mesmo tempo, não houve uma ruptura que, talvez em outras épocas, com a força da imprensa, com a presença maciça do jornalismo, com todos os veículos cobrindo os fatos — quase um óbvio ululante —, tivesse acontecido. Você não acha que foi um golpe na força da credibilidade da imprensa?

Wilson Cid. Não acho que houve golpe contra a credibilidade da imprensa, pelo seguinte: percebe-se que chegamos a uma situação, no Brasil, que a figura do estadista, do governante, do político só é atacada pela base popular se mexerem no bolso do sujeito. Então, a criação da bolsa-família, por exemplo, tornou o governo absolutamente blindado em relação a todos esses escândalos. Agora, o Supremo Tribunal Federal vai julgar quatro dos homens mais influentes no governo e não vai acontecer nada. Por quê? Porque há uma grande camada da população que não se interessa se a aviação está ruim, se o helicóptero está caindo, se as pessoas estão dormindo em aeroporto etc. O sujeito que recebe bolsa-família não tem problema com aeroporto, não quer saber se o ministro da Cultura só cuida de fazer *show* para ele mesmo, se o mensalão existe. Ele quer saber é se no dia 28 de cada mês ele vai tirar os 80 reais do banco com seu cartãozinho, recebido através do Programa. Isso é um passaporte para a criação de uma geração inteiramente desmotivada, inteiramente rompida com o trabalho. As pessoas não trabalham mais. Aliás, essas pessoas precisam trabalhar? A dignidade de uma pessoa é seu trabalho que a sustenta, mas isso está eliminado no Brasil. A pessoa hoje ganha para o ócio. E todos sabem que o ócio é a mãe de todos os males, a começar pelos mensalões.

O caixa 2 é uma instituição, não há como combater isso, e fica por isso mesmo. Então, não foi a credibilidade da imprensa que, a meu ver, se prejudicou; a imprensa deu, a imprensa foi para cima e continua em cima. A credibilidade da imprensa ficou um pouco sacrificada, um pouco constrangida em função da grande massa eleitoral que não se preocupa com isso. Se as pessoas que recebem a bolsa-família no Nordeste precisassem andar de avião, o governo já estaria no chão. Mas não precisam. São coisas e necessidades inteiramente diferentes: o Brasil da Bahia para cima é uma coisa complicada. Veja agora o episódio do pre-

sidente do Senado, Renan Calheiros, homenageadíssimo no Nordeste. Aqui no Sul, ele está sendo execrado, condenado, pode ser cassado, mas da Bahia para cima a coisa é diferente. Isso é lamentável, isso daí, a meu ver, é o primeiro instrumento de desqualificação da unidade federativa, o pacto federativo não existe por causa disso. Nós funcionamos como uma confederação, não como federação, mas como uma confederação. O Brasil da Bahia para baixo é um e da Bahia para cima é outro. Não é que aqui embaixo todos sejam santos, mas aqui se tem uma outra visão e somos avaliados de uma outra forma. E a imprensa também; leiam os jornais de Alagoas para vocês verem.

Mello Reis. Wilson, com licença. É o seguinte: ultimamente tem sido publicada uma série de artigos, procurando, não restaurar, mas colocar nos devidos lugares a figura do imperador d. Pedro II. Então, com as comemorações agora do dia 15 de novembro, a revista *Veja*, motivada pelo destacado livro do historiador José Murilo de Carvalho, publicou matéria sobre a figura do imperador d. Pedro II: legou-nos o homem público, segundo o livro, amor ao saber, tolerância com os adversários e, uma vez que era seu fervoroso defensor, amor à liberdade de expressão. Teria dito o imperador, segundo a *Veja*: “a nossa principal necessidade política é a liberdade de eleição, sem esta e a de imprensa não há sistema constitucional na realidade. E o ministério que transgredir ou consente na transgressão desse princípio é o maior inimigo do Estado e da Monarquia”. Essa é a posição do imperador que a revista *Veja* destaca. Contrastando com o Império, logo após a proclamação da República, em 1889, é importante evidenciar, a primeira medida tomada pelo governo do marechal Deodoro foi a aplicação da censura, o que não havia no Brasil na época da monarquia.

A preocupação que trago é a seguinte: a República ficou muito presa a certas figuras, principalmente à figura do presidente, que é uma figura quase sempre considerada messiânica, aliás, este é o mesmo defeito da democracia americana. Tínhamos na época do Império — não estou defendendo a monarquia — um sistema de parlamentarismo já consagrado no Brasil, que funcionava muito bem nas grandes democracias no mundo, principalmente na Europa. Tenho observado que durante a República vivemos muito mais períodos de censura e de impedimento à liberdade de expressão do que se viveu na época de d. Pedro II. Então,

essa figura deve ser reverenciada realmente como grande patriota também pela consolidação do Brasil como território — essa uniformidade territorial do Brasil — e essa uniformidade linguística que o Brasil tem, onde se fala português do Oiapoque ao Chuí, e todo mundo se entende. Acho que o parlamentarismo foi uma perda importante para o Brasil. Não estou defendendo a Monarquia, mas acho que o parlamentarismo foi realmente uma conquista que o Brasil já tinha e que poderia ter aproveitado na República, e não soube aproveitar. Isso talvez não fosse uma possibilidade futura para termos uma democracia mais consistente no Brasil, onde nos baseássemos mais em ideias, em programas, do que em figuras de deuses, como Getúlio, Juscelino e Collor, que até certo momento também foi um deus? Essa é uma dúvida que tenho e que gostaria que você comentasse.

Wilson Cid. Não vejo outro caminho senão o parlamentarismo. O parlamentarismo, ao contrário do presidencialismo, tem o condão de superar as crises, afastando os problemas das crises, mas mantendo as instituições. Essa é uma virtude clara e objetiva do parlamentarismo, e que o presidencialismo não tem. Outro problema do presidencialismo, que estamos vendo desde o marechal Deodoro, como você citou, é o excesso de concentração de poder. O presidente da república no Brasil é um rei. O parlamentarismo é o sistema que poderia controlar o Executivo, dando ao Parlamento mais dignidade, mais competência para agir e para limitar os poderes do presidente. O parlamentarismo não precisa de partidos fortes, mas os partidos fortes precisam do parlamentarismo? É um jogo, um ciclo vicioso que precisávamos interromper. Lamento profundamente não ver, de imediato, manifestação popular ou conscientização política da população visando à opção pelo parlamentarismo. As pessoas ainda estão muito presas ao chefe, ao chefe, ao comandante, quando não ao salvador, como aquele homem que veio lá dos marajás e que foi a maior decepção.

A meu ver, o presidencialismo continua devendo um estadista ao Brasil. O último estadista do Brasil, o que se entende, realmente, por estadista, foi d. Pedro II. Homem que, expulso e humilhado, recusou até as joias pessoais da família, morreu pobre. Homem de dignidade cultural, mas sobretudo — e isso é essencial num estadista — capaz de moderar, de administrar os conflitos; todas essas qualidades em d. Pedro II

foram muito acentuadas. d. Pedro II foi realmente um estadista e não tivemos substituto. Falou-se no marechal Deodoro, mas tudo piorou depois que Floriano Peixoto assumiu. Foi uma tragédia total. Lembrou-me que, certa vez, um general, grande admirador de Floriano Peixoto, ficou com raiva de mim porque me ouviu dizer que, se fosse prefeito de Juiz de Fora, os moradores da rua Floriano Peixoto não pagariam IPTU como desagravo, pois moravam numa rua que tinha esse nome, e, ainda mais, depois de ela ter se chamado Liberdade. É uma ironia...

Mas então a República continua nos devendo um estadista. A República veio estruturada no presidencialismo, não houve jeito de corrigir e os nossos presidentes são esses homens complicados. Qual foi o grande presidente da República? Afonso Arinos, que foi um estudioso da matéria, diz que Rodrigues Alves foi o grande presidente; aí vem outro estudioso e diz que não, por ele ter feito muitas concessões aos bancos ingleses; essas concessões que hoje se faz ao Fundo Monetário Internacional, na época, eram feitas aos bancos ingleses. Enfim, todos os presidentes geraram críticas, mas com Juscelino Kubitschek, que teve sim uma obra importante, o câmbio do Brasil foi embora para a tragédia, a inflação foi às alturas, além de ter sido institucionalizada, naquele período, a corrupção, que até hoje é praticada e grassa no Brasil. Os outros presidentes foram muito dependentes. Aí está o grande problema: a república, o presidencialismo, é um instrumento gerador dessa dependência pela necessidade de contar com maioria no Congresso Nacional para poder governar, e, assim, o Executivo é obrigado a fazer muitas concessões.

Estamos vendo hoje, nos nossos dias, como são feitas essas concessões. Por exemplo: na fase final de uma discussão sobre prorrogação da CPMF, um partido poderoso chega e estanca a discussão e a aprovação, porque ele precisa de mais dois ou três cargos poderosos, cargos importantes e de grande influência. Então fica tudo nessa manobra e como se manobra sempre, outras concessões futuras são feitas e, assim, vamos nos perdendo no utilitarismo do mandato político. Penso que o parlamentarismo — não saberei dizer quando ele poderá acontecer no Brasil — seja o caminho que teremos que tomar, senão iremos, cada vez mais, viver nessa degradação, com os valores corrompidos e tudo será muito ruim.

Outro dia, estava lendo um trabalho sobre a passagem de d. Pedro II por São João Nepomuceno, onde ele havia deixado o melhor presente

que julgava que uma cidade podia receber: o dinheiro para se organizar uma biblioteca. Olha o temperamento do homem, já sabia que é preciso que as crianças comecem a ler, para se instruírem, para terem capacidade de influir nos destinos do país. Hoje, qual é o presidente da república que passa por uma cidade e deixa dinheiro para uma biblioteca? Não existe. Tudo isso marca muito a figura de d. Pedro II e só não conhecemos melhor sua história porque, creio, há certa discriminação, certo preconceito. Toda vez que você faz um elogio à figura do estadista d. Pedro II, acham que você é um monarquista, acham que você quer um rei. Para mim, o modelo moderador dele foi o seu ponto mais alto, mas talvez agora, com esse trabalho, se conheça um pouco mais essa figura fascinante.

Natálio Luz. A partir do parlamentarismo é possível, num futuro próximo, chegarmos à utopia?

Wilson Cid. À utopia é bom não chegarmos nunca; é a mesma coisa do socialismo. Quando se tem 17, 18 anos, gostamos de ser comunista e depois socialista. Hoje, na idade em que estou, penso que o socialismo, por exemplo, é um ideal só para ser perseguido, porque todos os países que chegaram ao socialismo tiveram que se “instrumentalizar” de forma brutal: restrição de liberdade, porque tem que restringir; excesso de disciplina, porque tem que disciplinar; economia concentrada, porque tem que concentrar. Acho que é um ideal a perseguir; tirar dele as boas coisas que pode nos dar, mas sempre como um ideal. Acho que povos são mais de ideal do que da realidade; é preciso ter um sonho, sempre perseguir o sonho. As gerações têm que se suceder sempre perseguindo um ideal. As que virão depois da nossa geração certamente vão falar um pouco mais objetivamente sobre o parlamentarismo, depois das lições que estão tendo hoje.

Christina Musse. Você escreveu um artigo, publicado num pequeno livro do Instituto Histórico e Geográfico, sobre a história econômica de Juiz de Fora, no qual enfatiza muito a importância do imigrante com formação protestante, no caso, os alemães que vieram para a cidade e que, com empreendedorismo, marcaram uma fase importante no desenvolvimento industrial dos pequenos negócios, das pequenas oficinas

que dominaram Juiz de Fora na virada do século XIX para o século XX. É me parece até que você tem certo saudosismo desse empreendedorismo que a cidade perdeu, não só porque as gerações de imigrantes hoje são outras, mas também porque os nativos, os autóctones, ou os “quatrocentões” da terra perderam esse espírito empreendedor, que marcou, inclusive, outras elites econômicas. Como você hoje analisaria o cenário de Juiz de Fora do ponto de vista político, econômico e social?

Wilson Cid. Começando pelo empreendedor: o empreendedor hoje é muito limitado pelas ações governistas. Se quisermos montar uma grande fábrica em Juiz de Fora, teremos que procurar o BNDES, o governo, a Assembleia, o Ministério da Fazenda, e também ficaremos dependendo de vários estudos e de várias limitações, ao contrário de antigamente. O empresário Bernardo Mascarenhas chegou aqui a cavalo, olhou aquela queda de água e resolveu fazer ali uma usina, e fez mesmo, com o dinheiro dele. Em função da usina, resolveu montar uma fábrica de tecidos e, assim, embarcou para a Inglaterra para acompanhar, ele mesmo, a fabricação dos teares; e, depois da volta de navio, colocou aquilo tudo em lombo de burro e chegou à cidade com suas máquinas. Enfim, tudo dependendo apenas da decisão de uma pessoa. Hoje, essa independência não existe. As pessoas são muito limitadas em função da ordem política e econômica do país. Naquela época, os homens decidiam: vou plantar em Juiz de Fora milhares e milhares de pés de café e plantavam mesmo. Batista de Oliveira resolve montar, em 1902, um Escritório do Café de Juiz de Fora em Paris, que foi fechado logo depois, quando ele morreu, mas que ele montou, montou. As pessoas tinham capacidade de decidirem elas próprias o que fazer; não havia limitações, o governo não se metia na vida das pessoas, como se mete hoje.

Hoje você gasta, em média, 240 dias para montar uma pequena loja! As coisas são complicadas. Na Galeria Pío X, há uma loja cujo proprietário, há um ano, pede alvará ao Corpo de Bombeiros e não consegue. Não é má vontade não, é porque tudo depende da burocracia e ela impede muitas coisas. Acho importante falar sobre o ciclo da cafeicultura aqui, não apenas porque ele desenvolveu muito a cidade, mas também porque deu a Juiz de Fora um caráter de empório regional. Empório regional. As pessoas vinham à cidade comprar, não apenas pela impor-

tância do café, que era o grande produto de exportação, mas também porque foi instalada em Juiz de Fora uma estrutura financeira muito grande. Quando o café começou a fracassar, os empresários da época puderam investir aqui em grandes fábricas, em grandes estabelecimentos comerciais.

Sobre os imigrantes: quando começamos perder mão de obra escrava, a principal contribuição foi dos italianos, que fizeram um sacrifício fantástico pela cidade, uma vez que ficaram, coitados, acumulados lá em Santa Teresinha, onde muitos morreram de fome e de diversas doenças. Inclusive aqui, no Cemitério Municipal, tem um túmulo com noventa corpos de italianos falecidos naquela época. Depois, o comércio atraiu os sírio-libaneses, que se instalaram exatamente onde tinham que se instalar: próximo à praça da Estação, que foi o grande veículo de comercialização. Tiveram também um trabalho muito grande. Perceptivamente, nota-se uma influência muito grande do italiano, depois do sírio-libanês e, em seguida, dos portugueses.

Christina Musse. Você fala muito dos alemães também, até por causa do espírito protestante.

Wilson Cid. O conteúdo da contribuição cultural dos alemães é muito interessante por causa do protestantismo. O desenvolvimento de Juiz de Fora a partir dos alemães começou a ser feito com base em certos dogmas e valores por eles guardados e preservados com muita intensidade. Sob outro aspecto, os alemães contribuíram muito: a estrada União Indústria. Quando a estrada acabou, as viúvas abriram fábricas de cerveja e os empresários abriram mecânicas ou, como Jorge Grande principalmente, indústrias. A contribuição do estrangeiro em Juiz de Fora, a meu ver, precisa ainda de uma avaliação historiográfica melhor, para localizar essa contribuição nos ciclos históricos: a cafeicultura, depois a indústria de transformação e, depois, o comércio com suas várias e diversas fases.

A fase comercial foi importante para nós porque éramos um empório nacional. Antes de termos a Rio-Bahia, que desviou totalmente o comércio de Juiz de Fora, éramos um grande empório e tínhamos uma importância incrível no comércio. Depois, mais tarde, Brasília fez com que perdêssemos a vizinhança com a capital do país, o que também sa-

crificou demais a cidade. Quando da inauguração de Brasília — lembro porque transmitimos de lá —, a bacia de Juiz de Fora destinava 240 mil litros de leite, por dia, para o Rio de Janeiro, apenas para o Rio de Janeiro. Depois que a capital foi embora, as coisas foram se pulverizando, foram se deteriorando e acabamos perdendo o controle e a nossa importância no segmento produtivo.

Douglas Fazzolato. Wilson, você nasceu em Três Rios, mas é juiz-forano de origem, de uma família de 200 anos pelo lado da avó. Alguma vez pensou em sair de Juiz de Fora?

Wilson Cid. Sai brevemente, por alguns meses para Belo Horizonte, mas não me senti atraído pelo trabalho ali. Depois, fiquei um tempo trabalhando, esporadicamente e através da rádio, com coberturas da *Manchete*, mas também me desinteressei. Para sair de Juiz de Fora, só se levar a rua Halfeld. Recentemente, fui a Roma, achei tudo muito bonito, fiquei encantado com o Vaticano, mas achei que faltava ali a rua Halfeld. Se tivesse a rua Halfeld com o bate-papo...

Paulo César Magella. Por ter sido um marco, na minha vida, o fechamento do *Diário Mercantil*, queria que você falasse sobre essa época, sobre o que significou o fim do jornal para a imprensa local.

Wilson Cid. O *Diário Mercantil* tinha uma história de 70 anos de grande contribuição para o desenvolvimento da cidade, sobretudo nas classes produtoras. O primeiro editorial do *Diário Mercantil*, assinado por Antônio Carlos e João Penido — aliás, equivocadamente, chamado de editorial, porque editorial não se assina —, mas o manifesto de fundação do *Diário Mercantil* assinado por eles é claramente em defesa das chamadas classes conservadoras, as classes produtoras. O *Diário Mercantil*, ao longo dos anos mantendo sua interessante linha de trabalho, conseguiu vencer algumas crises e, na década de 70, forçado a evoluir para *off-set* (foi um azar terrível coincidirem os grandes investimentos feitos pelo jornal com a tremenda oscilação do dólar), comprou o equipamento necessário em dólar e, pouco depois, essa moeda tinha chegado à estratosfera. Todo o patrimônio do jornal fora dado como garantia ao Banco do Estado de São Paulo, e com o aumento do dólar os juros foram aumentando, o processo foi se complicando, os equipamentos fo-

ram se deteriorando. Então, os Diários Associados, numa atitude de racionalização, resolveram fechar o *Diário Mercantil* e também o *Diário da Tarde*, que era a publicação popular da cidade com muita presença na classe C e D.

O *Diário Mercantil* era o jornal que realmente exercia grande influência e seu fechamento foi uma perda lamentável. Só não foi pior porque, quase que paralelamente, surgiu a *Tribuna de Minas*, que se tornou um grande jornal e realmente supriu a lacuna que teria ficado caso essa iniciativa não houvesse acontecido, porque todos os outros jornais eram esporádicos ou sem maior expressão. Tínhamos a *Gazeta Comercial*, que se restringia praticamente a publicações de editais públicos; tínhamos *A Tarde*, que era subsidiária da *Gazeta*; a *Folha Mineira*, dependente de várias coisas. A *Tribuna de Minas* preencheu essa lacuna. E é um grande jornal, o principal da cidade.

Paulo César Magella. Você começou na comunicação aos 17 anos, em fevereiro de 1957, mas se tivesse que começar hoje, você seria de novo jornalista, radialista? Você nunca pensou em ser advogado, bancário ou político?

Wilson Cid. Não, nunca pensei. Se tivesse tempo de recomeçar, tentaria não me desviar da minha atividade do rádio, continuaria no rádio, que, por necessidade, acabei por abandonar um pouco para fazer também jornal e outras atividades no campo da comunicação. Se pudesse recomeçar tentaria criar uma estrutura profissional de sobrevivência para me dedicar só ao rádio, embora, hoje, o rádio não seja mais aquele. A televisão agora cobre tudo que o rádio podia cobrir, e cobre melhor porque cobre com imagem. Por exemplo, em dezembro de 62, transmitimos por rádio o incêndio do circo em Niterói, a maior tragédia circense de todos os tempos. Se houvesse transmissão pela televisão, mostrando aqueles animais queimados, aqueles corpos — na hora ali morreram 300 e tantos, não teríamos como transmitir pelo rádio. Como transmitir pelo rádio um episódio se a televisão o transmite com a imagem também? Hoje, a transmissão pelo rádio seria inútil, como várias coisas são inúteis no jornalismo atualmente em função da televisão, ainda mais com a imagem fantástica que ela possui nos tempos atuais, e vai melhorar ainda mais com a digital.

Paulo César Magella. Para fechar a questão do jornalismo: como você vê a nova geração de jornalistas que está ingressando no mercado? Que tipo de qualificação eles têm? Porque no seu tempo, principalmente, havia um suporte intelectual também dos jornalistas, que incentivava os jovens a ler. Você acha que eles estão lendo?

Wilson Cid. A preocupação que tenho com os jovens que estão chegando, como falei inicialmente, é que não os vejo preocupados em ler; preferem ir para a internet, deixando de lado os livros e jornais, ou querem ler coisas muito condensadas. Acho que as pessoas precisam ler mais, sejam de qualquer profissão, mas para o jornalista que comunica, que tem na linguagem seu instrumento de trabalho, isso é fundamental. Lembro que no ginásio líamos, ainda que mal, mas líamos Camões, Machado de Assis, Eça. Líamos Eça de Queirós no ginásio. Hoje, perguntam quem é Eça de Queirós? Não sabem nada disso e não querem saber, e pior é isso, não querem saber. Acredito que a cultura geral seja, atualmente, a grande deficiência de conhecimento e é também um fator de dificuldade das novas gerações, porque um conhecimento abrangente ajuda muito na profissão. Ao fazer uma matéria em Juiz de Fora sobre o crescimento urbano desordenado, como começá-la? Como ambientar esse problema? Com conhecimento anterior: como era a legislação anterior, como houve essa tentativa de recuar os prédios para criar mais espaço nas ruas, que, inclusive, não foi cumprido? Tem que ter leitura, tem que ler, ler, ler e ler. É o que penso. Espero que os jovens se sensibilizem com isso futuramente.

Sérgio Bara. Creio que a vinda dos colonos alemães para Juiz de Fora deu muita peculiaridade à cidade em relação ao estado de Minas Gerais, principalmente, em relação à região central, de Belo Horizonte e seu entorno, devido à ética protestante que, possivelmente, influenciou não só no processo de industrialização de Juiz de Fora, mas também no comportamento da população da cidade. Temos um diferencial extremamente acentuado em relação a Belo Horizonte nesse particular. O comportamento de Juiz de Fora é muito mais laico do que o da sociedade de Belo Horizonte. Trabalhei em Belo Horizonte por dez anos, praticamente, sem morar lá, mas sempre encontrei resistência ao modo de pensar daqui, que não tem uma forte influência religiosa. Esta é uma

observação minha, mas você, que participou da imprensa esse tempo todo, acha que tem fundamento essa observação?

Wilson Cid. Há alguns dias, li uma matéria de 1861, que relatava a criação, durante o governo Bias Fortes em Minas Gerais, de uma comissão especial para tratar da localização definitiva da capital do estado de Minas Gerais e uma das alternativas era Juiz de Fora. Isso me leva a lembrar de uma coisa interessante: penso que foi uma grande falta de sensibilidade das nossas lideranças não terem percebido que o controle administrativo e a influência de poderes estavam se deslocando para Belo Horizonte, e nós, aqui, continuamos olhando para a corte no Rio de Janeiro. Por quê? Porque isso vinha do Império, a diligência vinha do Rio de Janeiro, o telégrafo vinha do Rio de Janeiro, a estrada ia para o Rio de Janeiro, estudava-se no Rio de Janeiro; mas, enquanto isso, estava sendo instalada uma capital que seria a sede administrativa do nosso estado, estado do qual somos parte inseparável. Acho que faltou às nossas lideranças, no princípio do século, perceber esse detalhe: tínhamos que dar as costas para o mar e olhar mais para as montanhas, pois a capital seria então o centro referencial da administração. É por isso que se criou este distanciamento. Você fala na questão laica, mas não é só nisso não: na administração também há certa resistência nossa em relação à capital e da capital em relação a nós. Há uma resistência, não diria má vontade, mas certo desinteresse. Penso que foi um fato muito grave não termos percebido o deslocamento do centro de referência do poder público.

Natálio Luz. Quem lhe conhece na intimidade sabe muito bem a pessoa generosa que você é, a sua disponibilidade para ajudar os amigos nas dificuldades. Nunca vi pessoa tão solícita quando ocorre o falecimento de um colega. Brincadeira: é o primeiro a chegar ao velório e o último a sair. Minha opinião é que este sentimento é atávico, vem das origens dos antecedentes espanhóis, acho que da estirpe de El Cid. É um carinho fora do comum com os amigos que sofrem, esta é a realidade: uma dádiva dos céus, privilégio de uns poucos, misterioso presente de Deus. Pergunto: seria possível uma transmissão com todas as rádios da cidade, em cadeia, com os corais da cidade interpretando *Va pensiero*, de Nabuco, ao vivo, direto do Cemitério da Saudade no dia em que eu morrer?

Wilson Cid. Nesse dia, não estarei lá não. Você está dizendo que gosto de frequentar velório, e não há mérito nenhum nisso, talvez seja até um egoísmo, chegar, olhar e pensar: não sou eu, já está danado de bom. Não sou eu, volto para trás e estamos conversados. Pedro Nava disse que a morte é um negócio interessante porque sem ela você não prova que viveu. Então é um negócio objetivo: é preciso encará-la com grande seriedade, tendo ou não conceitos metafísicos, de outra vida, de reencarnação, ou de qualquer coisa assim. Mas a morte, como disse Fernando Pessoa, é como dobrar a esquina; você continua, só que dobrou a esquina e não dá para ser visto mais. Mas é apenas dobrar a esquina. Acho a morte um negócio tão solene, tão bacana...

Plateia: E o Va pensiero?

Wilson Cid. *Va pensiero* seria muito bom. Vimos juntos *Va pensiero* no Rio de Janeiro, um espetáculo maravilhoso; mas não sei se precisa dessa solenidade toda, o caixão carregado por seis éguas brancas virgens, essas coisas acho que não tem necessidade. Mas a morte é muito solene.

Christina Musse. Vamos encerrar, agradecendo a presença de todos os convidados que nos ajudaram nessa tarefa extremamente agradável e é fato que ele não contou todas as histórias, porque vai escrever mais um livro ainda, apesar de estarmos esperando o primeiro livro, que está devendo a todos nós.

Wilson Cid. É uma pena que as coisas mais engraçadas não possa contar aqui, por se tratar de um registro de universidade. As coisas mais interessantes que ocorreram não são fatos narráveis num auditório, ficam para conversa de botequim.

Christina Musse. Agradeço a todos os convidados e especialmente a Wilson Cid.

Wilson Cid. Muitíssimo obrigado, fiquei muito alegre de estar com todos vocês aqui, pessoas tão ilustres como disse inicialmente, pessoas tão interessantes que me ajudaram a revolver coisas do passado e isto

nos faz muito bem. Quero insistir no agradecimento à Universidade por achar que digo e vivi coisas interessantes para serem registradas. Muitíssimo obrigado.

151

Entrevista concedida ao projeto Diálogos Abertos, em 13 de novembro de 2008, no Museu de Arte Murilo Mendes. Entrevistadores: Christina Musse; Douglas Fazzolato; Francisco Antônio de Mello Reis; José Alberto Pinho Neves; Natálio Luz; Paulo César Magela; Sérgio Bara.

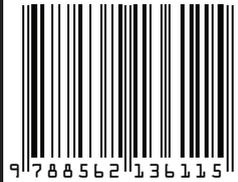
DIÁLOGOS ABERTOS 3 foi composto na fonte Perpetua, o miolo impresso em Polen Bold 90g e a capa em Cartão Trucard 300g, sendo a impressão de 500 exemplares executada pela Rona Editora para a Universidade Federal de Juiz de Fora, Pró-reitoria de Cultura e Museu de Arte Murilo Mendes, em novembro de 2012.



COURIALMIRDEOLIVEIRAPIN

Mais uma vez, o precioso tecido da memória ganha luz e forma nas palavras daqueles que fizeram parte da construção histórica de Juiz de Fora, atestando sua evolução ao longo dos séculos XX e XXI. Graças ao projeto *Diálogos Abertos*, criado pela Pró-reitoria de Cultura, a Universidade Federal de Juiz de Fora tem a honra de disponibilizar ao público acadêmico e à sociedade em geral uma fonte confiável dos acontecimentos que marcaram as últimas décadas. Nesta edição, a terceira de uma série que se pretende contínua, estão profissionais notabilizados em áreas como direito, jornalismo, fotografia, cinema e política, nas figuras de Almir de Oliveira, Wilson Cid, Jorge Curi, Marcos Pimentel e Vera Faria. São experiências diversas marcadas pelo pioneirismo e pela dedicação pessoal, que nos chegam acrescidas do alinhavo fundamental das mudanças que empreenderam na cidade, extrapolando seus limites pela experiência exemplar. Nestas entrevistas, levantam-se as vozes dos próprios realizadores, num relato, raro e oportuno, sobre os fatos na exata medida da memória de quem os vivenciou.

ISBN 978-856213611-5



9 788562 136115

e o próprio ser já se modificou —, modificam-se, transformam-se, são contemporâneos de sua própria existência temporal. Nesse sentido, se esses depoimentos fossem realizados hoje, seriam outros, não estes que aqui estão. E isso é de uma grande importância! É como se achássemos fósseis, tendo que realizar estudos paleontológicos de sua estrutura. Discurso extraído do tempo esperando se transformar em matéria viva e dinâmica pelo leitor. Isso é fonte de pesquisa oferecida por este projeto. E falar em pesquisa dentro de uma universidade, cujas premissas são justamente o ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura, não é pouca coisa.

Através dos diálogos de Almir de Oliveira, Jorge Couri, Marcos Pimentel, Vera Faria e Wilson Cid, que percorrem assuntos como cinema, jornalismo, literatura, política, vamos produzindo em nosso imaginário uma sociedade que se constrói pela voz coletiva. Assim como o filósofo da linguagem Mikhail Bakhtin nos diz que nos vemos e nos tecemos pela voz do outro, o Diálogos Abertos nos dá a chance de tecermos uma história em que somos, nós mesmos, os agentes formadores dela.

Darlan de Oliveira Gusmão Lula

REALIZAÇÃO

